

## **BRUNO FERREIRA LEITE**

O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia,  
Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.

**Tese de doutorado**  
**Fevereiro de 2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO  
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

**BRUNO FERREIRA LEITE**

O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia,  
Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.

Rio de Janeiro  
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO  
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

**BRUNO FERREIRA LEITE**

O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia,  
Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Angelica Alves da Cunha Marques

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares

Rio de Janeiro

2021

## CIP - Catalogação na Publicação

FFL533  
ee      Ferreira Leite, Bruno  
         O ensino de preservação nos cursos brasileiros de  
Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência  
da Informação / Bruno Ferreira Leite. -- Rio de  
Janeiro, 2021.  
         194 f.

         Orientadora: Angelica Alves da Cunha Marques.  
         Coorientadora: Maria Luisa Ramos de Oliveira  
Soares.

         Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto  
Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia,  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,  
2021.

         1. Ensino. 2. Preservação. 3. Arquivologia. 4.  
Biblioteconomia. 5. Museologia. I. Alves da Cunha  
Marques, Angelica, orient. II. Luisa Ramos de  
Oliveira Soares, Maria, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

## **BRUNO FERREIRA LEITE**

O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia,  
Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2021.

---

Profa. Dra. Angelica Alves da Cunha Marques  
PPGCI-IBICT/UnB

---

Profa. Dra. Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares  
PPGMA-FCRB/UFRJ

---

Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha  
PPGCI-IBICT/UNIRIO

---

Prof. Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo  
PPACT-MAST/UFBA

---

Profa. Dra. Adriana Lucia Cox Hollós  
PPACT-MAST/Arquivo Nacional

---

Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra  
PPGCI-IBICT

Em primeiro lugar, aos meus pais.  
Em seguida, a você, que se coloca a ler este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

À Angelica Marques e à Maria Luisa Soares, pela orientação, dedicação, paciência e generosidade. Também, por me ensinarem pelo exemplo que o rigor científico pode conviver com uma abordagem humanizada e respeitosa. Muito obrigado é pouco para agradecer tudo o que aprendi com vocês duas até aqui.

À Adriana Hollós e ao Gustavo Saldanha, por participarem de minha qualificação, tecendo recomendações generosas, as quais foram de extrema relevância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Fabiano Cataldo que, além de participar da qualificação, tecendo recomendações generosas e relevantes, também agradeço pela amizade, pelas parcerias de trabalho e especialmente pela pessoa acolhedora que é.

À Lena Vania Pinheiro, pelo gentil aceite em participar de minha defesa.

Ao Flavio Leal, por ter gentilmente aceito ser membro suplente da banca de defesa e pela atenção de sempre, pela escuta atenta e pelas interessantes (e interessadas) reflexões e apontamentos sobre meu trabalho.

Ao Arthur Bezerra, por também ter aceitado gentilmente ser membro suplente da banca de defesa. Aproveito a ocasião para registrar minha admiração por sua condução didática tranquila e descontraída nas aulas em que fui seu discente. Admiração que também se estende à sua qualidade como músico, uma paixão que compartilhamos.

Ao Ricardo Pimenta, pelos primeiros passos junto ao meu trabalho enquanto foi orientador.

Ao João Marcus, ex-professor, ex-orientador e atual colega de trabalho, pela amizade, escuta atenta e conversas enriquecedoras.

À Brenda Rocco, Thayane Vam de Berg, Thays Lacerda e Stefanie Freire, pela amizade e por podermos partilhar momentos de felicidades e angústias durante nossa formação doutoral.

Ao Felipe Moura, psicanalista que me ajudou a ouvir com mais atenção a mim e as outras pessoas.

À Rafaela Lopes, Kalila Bassanetti, Cíntia Belém e Laís Vianna pela atenta, gentil e qualificada revisão deste texto, dando luz a ajustes necessários os quais eu não havia percebido.

Aos meus educandos, educandas, orientandos e orientandas, que muito me ensinam, dia após dia. Quando atento, é com vocês que mais aprendo.

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas,  
consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele.”

(FREIRE, 1996, p. 23)



LEITE, Bruno Ferreira. **O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. 2021. 194 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em Convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

## RESUMO

Este trabalho tem como tema o ensino sobre preservação no Brasil. Seu objeto de análise são as ementas das disciplinas curriculares que tratam sobre preservação nos cursos brasileiros de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e de pós-graduação em Ciência da Informação. Objetiva analisar o que é, como é e para que fins a preservação é ensinada nesses cursos, visando refletir sobre a possibilidade de conteúdos comuns que os atualizem no âmbito da preservação, sem desconsiderar suas respectivas particularidades disciplinares. Tem como premissa que a conservação preventiva e a gestão de riscos abarcam conteúdos fundamentais para a formação dos profissionais destas quatro disciplinas científicas, ao direcionarem os saberes e os fazeres do e da estudante para perspectivas preventivas, gerenciais, holísticas e metodologicamente eficazes. Tem como hipótese que o ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação encontra-se desalinhado à perspectiva holística, gerencial e preventiva, que conjuga a conservação preventiva à gestão de riscos. Numa abordagem teórico-metodológica quanti-qualitativa, desenvolve-se mediante uma revisão de literatura, seguida de uma coleta de dados em registros institucionais, via Internet. O universo de análise compõe-se das ementas das disciplinas curriculares voltadas à preservação, de todos os cursos brasileiros supracitados. Após a análise dos currículos de 129 cursos ativos encontrados, os resultados apontam para a relevância da conservação preventiva e da capilaridade da metodologia de gestão de riscos para o direcionamento do ensino de preservação, tendo em vista uma perspectiva preventiva, gerencial, holística e eficaz, e não restando dúvidas de que esta deva ser a tônica atual.

Palavras-chave: Ensino. Preservação. Arquivologia. Biblioteconomia. Museologia. Ciência da Informação.

LEITE, Bruno Ferreira. **O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. 2021. 194 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em Convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

### **ABSTRACT**

This work has as its theme the teaching of preservation in Brazil. Its object of analysis are the disciplines that deal with preservation, within the scope of all Brazilian courses of Archival Science, Librarianship, Museology and Information Science. Its main objective is to analyze the profile of preservation teaching in these courses in order to reflect on the possibility of common contents that update them in the scope of preservation, without disregarding their respective disciplinary particularities. Its premise is that preventive conservation and risk management encompass fundamental contents for the formation of professionals in these four scientific disciplines studied here, as contents that direct the thinking and doing of the students towards preventive, managerial, holistic and methodologically effective perspectives. The hypothesis is that the teaching of preservation in the Brazilian courses of Archival Science, Librarianship, Museology and Information Science is out of line with the holistic, managerial and preventive perspective, which combines preventive conservation with risk management. In a quanti-qualitative theoretical-methodological approach, it is developed through a literature review, followed by a data collection in institutional records, via Internet. The universe of analysis is composed for curriculum from all the above-mentioned Brazilian courses. After having analyzed 129 active courses founded, the results point to the relevance of preventive conservation and the capillarity of the risk management methodology for directing the teaching of preservation to a preventive, managerial, holistic and effective perspective, leaving no doubt that this should be the current focus.

Keywords: Teaching. Preservation. Archival Science. Librarianship. Museology.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 –</b>	Motivações para o desenvolvimento do campo patrimonial .....	p. 30
<b>Figura 2 –</b>	Mapa conceitual do campo patrimonial .....	p. 31
<b>Figura 3 –</b>	Termos definidos na Resolução do ICOM-CC de 2008 ...	p. 52
<b>Figura 4 –</b>	Termos propostos no Código de Ética dos Conservadores-Restauradores do Brasil .....	p. 53
<b>Figura 5 –</b>	Conceitos essenciais para o campo da preservação e suas relações hierárquicas que também representam âmbitos de atuação em preservação .....	p. 57
<b>Figura 6 –</b>	Conservação Preventiva em 7 pontos .....	p. 69
<b>Figura 7 –</b>	Diferentes níveis de abstração de um documento digital	p. 74
<b>Figura 8 –</b>	Princípios, estrutura e processo de gestão de riscos .....	p. 81
<b>Figura 9 –</b>	Processo de gestão de riscos para a preservação do patrimônio cultural .....	p. 83
<b>Figura 10 –</b>	Relações que possibilitam os efeitos informativos dos documentos .....	p. 102

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Presença de disciplinas sobre preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação ..... p. 118
- Tabela 2** – Disciplinas obrigatórias e não obrigatórias sobre preservação analisadas..... p. 119
- Tabela 3** – Predominância de conteúdos sobre preservação nos 14 cursos de Arquivologia ..... p. 120
- Tabela 4** – Predominância de conteúdos sobre preservação nos 44 cursos de Biblioteconomia ..... p. 121
- Tabela 5** – Predominância de conteúdos sobre preservação nos 15 cursos de Museologia ..... p. 122
- Tabela 6** – Predominância de conteúdos sobre preservação nos 31 cursos de Ciência da Informação ..... p. 123
- Tabela 7** – Comparação entre as predominâncias de conteúdos sobre preservação nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação ..... p. 124

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABER</b>	Associação Brasileira de Encadernação e Restauro
<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnicas
<b>ABRACOR</b>	Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais
<b>AIC</b>	<i>American Institute of Conservation</i>
<b>CCI</b>	<i>Canadian Conservation Institute</i>
<b>ECCO</b>	<i>European Federation of Conservator-Restorers Organizations</i>
<b>GSAPP</b>	<i>Graduate School of Architecture, Planning and Preservation</i>
<b>IBICT</b>	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
<b>ICA</b>	<i>International Council on Archives</i>
<b>ICCROM</b>	<i>Internacional Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property</i>
<b>ICOM</b>	<i>Internacional Council of Museums</i>
<b>ICOM-CC</b>	<i>International Council of Museums - Committee for Conservation</i>
<b>ICOMOS</b>	<i>International Council on Monuments and Sites</i>
<b>IFLA</b>	<i>The International Federation of Library Associations and Institutions</i>
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>ISO</b>	<i>International Organization for Standardization</i>
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>UFF</b>	Universidade Federal Fluminense
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>UNESCO</b>	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
<b>UNIRIO</b>	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
<b>Université PSL</b>	<i>Université de recherche Paris Sciences et Lettres</i>

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2. O CONCEITO E AS DEFINIÇÕES DE PATRIMÔNIO .....	25
2.1 As adjetivações do conceito de patrimônio .....	31
2.2 O patrimônio como uma representação.....	38
3 A PRESERVAÇÃO COMO UM CAMPO CIENTÍFICO .....	45
3.1 A noção de campo científico a partir de Pierre Bourdieu .....	45
3.2 Os conceitos de preservação, restauração e conservação .....	48
3.3 A restauração e a conservação em perspectiva histórica.....	57
3.3.1 A conservação preventiva.....	65
3.3.2 A preservação de documentos digitais .....	71
3.3.3 A gestão de riscos como metodologia para a preservação.....	77
4 A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS COMO BASE PARA O DIREITO À MEMÓRIA E À INFORMAÇÃO .....	88
4.1 O conceito de memória.....	89
4.2 O conceito de documento e seu efeito informativo .....	93
4.3 Memória, documento, informação e preservação .....	99
5 O ENSINO DE PRESERVAÇÃO NOS CURSOS BRASILEIROS DE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	104
5.1 A preservação na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.....	105
5.2 O ensino de preservação na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação .....	115
5.2.1 Análise de dados sobre o ensino de preservação no Brasil.....	117
5.2.2 Recomendações para o ensino de preservação: o foco na administração da preservação.....	124
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	127
REFERÊNCIAS .....	131
Apêndice A: Dados encontrados nas disciplinas sobre preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação – 2018/2019.....	141

## 1 INTRODUÇÃO

Não é fácil elaborar e desenvolver um projeto de pesquisa com as exigências demandadas por um doutoramento, tais como originalidade e aprofundamento teórico-metodológico. Não foi diferente com esta tese, fruto de um projeto aceito em 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência em Tecnologia em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ). Como toda proposta de pesquisa, esta passou por revisões ao longo das disciplinas cursadas no PPGCI, dos encontros de orientação, da qualificação e de outras experiências do autor.

Dentre os caminhos que levaram às ideias aqui sedimentadas, ressalto o processo de minha aproximação com o tema. Lembro, com isso, que o registro é o processo mais desafiador para retratar algo. Assim como em qualquer explicação, apresento a seguir um esforço de objetivação dos interesses e motivações que resultaram nesta tese.

Faço aqui um recorte, tendo como marco minha graduação em Arquivologia, iniciada em 2008, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Ao longo do curso, o interesse pelo simbólico, pela representação e pelo o que há de cultural nos arquivos chamou bastante a minha atenção. Nesse período, algumas experiências serviram como motivações<sup>1</sup>. Um dos produtos dessa graduação foi a monografia “Arquivos pessoais e seus usos: um estudo de caso sobre o acervo de Dom Adriano Mandarino Hypólito” (LEITE, 2011), orientada pelo professor Dr. João Marcus Figueiredo Assis.

Durante o mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Arquivologia, também da UNIRIO, o tema e objeto não se alteraram. O interesse e o investimento em compreender as motivações de produção, custódia e uso de arquivos pessoais se manteve, proporcionando alguns aprofundamentos sobre o tema. A dissertação foi desenvolvida no Mestrado Profissional em Gestão de

---

<sup>1</sup> Como a participação em Iniciação Científica, o que levou a apresentações de trabalhos, trocas de ideias e ao gosto por disciplinas que tratavam sobre memória, cultura, preservação etc.

Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO) e teve como título “Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito” (LEITE, 2014), também orientada pelo professor Dr. João Marcus Figueiredo Assis.

No processo de seleção para o doutorado, algumas motivações foram mantidas e outras acrescentadas. Seguem alguns exemplos que contextualizam as escolhas que dão sentido à produção desta tese: a) a manutenção do interesse em discutir sobre a valoração e preservação de documentos; b) o caráter simbólico e subjetivo da preservação; c) a objetivação da valoração dos objetos; d) a relação indentitária entre as pessoas e a ideia de patrimônio; e) minha inserção como docente no curso de Arquivologia da UNIRIO, em 2016, especialmente como ministrante da disciplina Conservação Preventiva de Documentos; f) algumas experiências profissionais e, particularmente, o trabalho em uma instituição de ensino, o que me instigou a investigar sobre o tema, convergindo os interesses expostos para o estudo sobre o ensino de preservação, **objeto** desta tese.

A partir de tais interesses e motivações, o esforço feito para apresentar um tema relevante e original em torno desse objeto abrangeu a análise das disciplinas curriculares de todos os cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação (esse último no âmbito da pós-graduação).

Estudos como os de Neide Aparecida Gomes (2000), Ingrid Beck (2006), Simone da Rocha Weitzel (2009), Mirian Paula Manini (2013) e Fabiano Cataldo de Azevedo (2013) já haviam abordado o ensino de preservação em alguns cursos brasileiros, mas sem tratar sobre todos os campos que contemplamos aqui.

Contudo, o que torna esta tese original é a análise sobre a atualização dos currículos dos cursos em questão no âmbito do ensino de preservação a partir de algumas premissas que fundamentam nossa hipótese. Essas premissas são baseadas em referenciais teóricos que nos direcionam a analisar se em tais currículos estão contemplados conteúdos fundamentais para o ensino dos profissionais das disciplinas científicas estudadas. Entretanto, tal análise foi realizada somente no âmbito do ensino, ao se estudar



os currículos dos cursos, não sendo possível, nem pretendido, apreender sobre sua aplicação prática.

Após revisão de literatura, experiência profissional, realização de alguns cursos e da participação em eventos acadêmicos, observamos a importância do ensino da metodologia de gestão de riscos e da disciplina de conservação preventiva como conteúdos indispensáveis ao conhecimento de arquivistas, bibliotecários, museólogos e cientistas da informação. Esses profissionais, em seus respectivos campos de estudo, são direcionados por suas singularidades disciplinares. Contudo, o campo da preservação<sup>2</sup>, especialmente no âmbito da conservação preventiva e da gestão de riscos, congrega conhecimentos transversais e relevantes para todos eles. Assim, a preservação, nesta tese, diz respeito aos bens culturais materiais móveis, analógicos e digitais, por representarem uma macrocaracterística dos objetos de estudo das quatro disciplinas, cada uma com suas particularidades em torno dos seus respectivos objetos.

A conservação preventiva é por nós compreendida como um dos âmbitos de estudo e atuação no campo da preservação. Já a gestão de riscos, como uma metodologia que contribui para o planejamento e a execução da administração da preservação como um todo, a partir de uma perspectiva gerencial, holística e preventiva.

Em paralelo e a partir das mesmas fontes já mencionadas, observamos o indicativo da ausência da aplicação de práticas de conservação preventiva e, especialmente, de gestão de riscos em instituições. Ao percebermos a importância de tais conteúdos para o ensino de preservação, partimos da premissa apresentada abaixo e elaboramos a hipótese norteadora da pesquisa, conforme descrito a seguir.

Temos como **premissa** que a conservação preventiva e a gestão de riscos abarcam conteúdos fundamentais para a formação dos profissionais das quatro disciplinas científicas aqui estudadas, para fins de preservação de bens culturais materiais móveis analógicos e digitais. Tais conteúdos direcionam os saberes e os fazeres do e da estudante para perspectivas preventivas, gerenciais, holísticas e metodologicamente eficazes. Como suporte para tal

---

<sup>2</sup> Trabalhamos a noção de campo científico a partir de Pierre Bourdieu (2004).

perspectiva, partimos de alguns trabalhos de referência para nossa pesquisa, a saber: Gaël de Guichen (1999), Stefan Michalski (2004), Sergio Conde de Albite Silva (2008), Adriana Cox Hollós e José Luiz Pedersoli Júnior (2009), José Barateiro, Gonçalo Antunes e José Borbinha (2009), José Luiz Pedersoli Júnior (2010), Fanny do Couto Ribeiro (2012), Stefan Hein e Karlheinz Schmitt (2013), Aureliana Lopes de Lacerda Tavares (2013; 2014), *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM) e *Canadian Conservation Institute* (CCI) (2017), Arquivo Nacional do Brasil (2019), Thayane Vicente Vam de Berg (2020), *Leibniz Information Centre for Economics* (ZBW, [2017?]).

Em decorrência das observações feitas e da premissa apresentada, temos como **hipótese** que o ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação encontra-se desalinhado à perspectiva holística, gerencial e preventiva, a partir da conservação preventiva aliada à gestão de riscos.

Ao evidenciarmos a importância de pensar no todo e estabelecer prioridades, visando evitar intervenções diretas (conservação curativa ou restauração) com o auxílio de uma metodologia eficaz, essa hipótese nos leva a refletir sobre a provável desatualização do ensino de preservação e as repercussões disso na formação discente. Embora tenhamos o foco no ensino de determinados conteúdos, aqui entendidos como fundamentais para a formação e para as práticas da preservação, outros fatores também devem ser considerados como importantes para a sua efetivação, como a disposição e atuação política, a disponibilização e o direcionamento de recursos, a educação patrimonial e a apropriação social do patrimônio público, a abertura para o diálogo inter e multidisciplinar, dentre outros. A própria adoção do ensino de gestão de riscos é compreendida aqui, ressaltamos, como importante e, no caso brasileiro, tardiamente apropriada no ensino.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que novos desafios se apresentam constantemente para o campo da preservação e alguns representam grandes marcos que se estendem a diversos outros campos do conhecimento, como o caso da pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2 (causador da atual pandemia de COVID-19). Reflexões e revisões frente a novos desafios são, portanto, demandas permanentes, que justificam estudarmos, nesta tese, as

possíveis repercussões da desatualização do ensino frente a problemas (já antigos) e a soluções (nem tão novas).

Dito isso, salientamos que, em nosso entendimento, algumas das principais fontes de conhecimento, conscientização e direcionamento para a atuação no campo da preservação são as instituições de ensino, com destaque para aquelas de nível superior.

Embasados na premissa e na hipótese apresentadas, identificamos nosso principal **problema de pesquisa**: o que é, como é e para que fins a preservação é ensinada nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação? Do problema principal, desdobramos outras questões: o ensino de conservação preventiva e de gestão de riscos estão contemplados nas disciplinas sobre preservação nos cursos supracitados? Quais as repercussões da presença e da ausência do ensino de conservação preventiva e gestão de riscos nesses cursos? A preservação é estudada com uma abordagem focalizada em uma perspectiva técnica e tecnológica ou de forma holística e crítica?

O **objetivo geral** foi analisar o que é, como é e para que fins a preservação é ensinada nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. Para tanto, foram elaborados quatro **objetivos específicos**:

- a) analisar o conceito de bem cultural material móvel a partir de definições de patrimônio;
- b) investigar o campo da preservação como um espaço de disputas e de conteúdos transversais a várias disciplinas científicas;
- c) relacionar o direito à memória e à informação com a preservação ensinada criticamente;
- d) identificar, sistematizar e analisar as características e perfis do ensino de preservação nos cursos brasileiros que compõem o universo de pesquisa desta tese.

Esta pesquisa teve uma abordagem teórico-metodológica mista, ou seja, quanti-qualitativa. Quanto ao método, optamos por realizar uma revisão de literatura que contemplou o estudo de temas relevantes para a análise dos dados coletados e analisados nas seções finais do trabalho, como a história do conceito de patrimônio (para compreender as definições de patrimônio e de

suas adjetivações), o conceito de representação social (para abordar o patrimônio como uma representação), o conceito de memória, de informação e de documento, a preservação (para explorar a perspectiva crítica e técnica da preservação de documentos como base para o direito à memória e à informação), os fundamentos e a história da preservação (para compreender as implicações éticas da preservação e a importância do respeito à dimensão estética e histórica do documento), a preservação enquanto campo científico e suas ramificações teóricas e práticas, e o ensino de preservação no Brasil.

Além dos textos sugeridos no processo de orientação e estudados durante algumas disciplinas cursadas no doutoramento, ampliamos a revisão de literatura por meio de buscas em bases de dados, revistas científicas, livros, anais de congressos, resumos, dicas de outros pesquisadores e pesquisadoras etc.

Quanto à técnica adotada, optamos pela coleta de dados em registros institucionais, via internet. Buscamos por currículos de todos os cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia (graduação) e Ciência da Informação (pós-graduação *stricto sensu*), o que representa nosso **universo de análise**. Desse modo, pudemos identificar e analisar conteúdos pertencentes às disciplinas curriculares sobre preservação mediante levantamento de dados sobre as disciplinas com consulta às bases e-MEC, Sucupira e nos *sites* oficiais de cada um dos cursos – totalizando 129 cursos ativos encontrados no período de 10/10/2018 a 21/01/2019.

Portanto, nosso universo de análise contemplou todas as disciplinas curriculares que tratavam da preservação no âmbito de todos os cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação, totalizando 221 disciplinas obrigatórias e não obrigatórias. Dessas, 35 vinculavam-se aos cursos de Arquivologia; 67, aos de Biblioteconomia; 94, aos de Museologia e 25, aos de Ciência da Informação.

Em todos os documentos encontrados nos *sites*, buscamos nos títulos e nas ementas pelas palavras "preservação", "conservação", "restauração" e "risco" (esta última foi considerada quando relacionada à metodologia de gestão de riscos voltada à preservação).

No quadro 1, detalhamos as **etapas** da coleta de dados.

**Quadro 1** - Detalhamento das etapas de coleta de dados

<b>Etapa de coleta de dados</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Observação</b>
Levantamento de dados sobre os cursos de Arquivologia no Brasil	10/10/2018	10/10/2018	Realizado na base e-MEC
Coleta de documentos dos cursos de Arquivologia levantados	10/10/2018	31/10/2018	Feita nos <i>sites</i> dos cursos
Levantamento de dados sobre os cursos de Biblioteconomia no Brasil	05/11/2018	05/11/2018	Feito na base e-MEC
Coleta de documentos dos cursos de Biblioteconomia levantados	05/11/2018	17/11/2018	Realizada nos <i>sites</i> dos cursos
Levantamento de dados sobre os cursos de Museologia no Brasil	29/11/2018	29/11/2018	Feito na base e-MEC
Coleta de documentos dos cursos de museologia levantados	04/01/2019	11/01/2019	Realizada nos <i>sites</i> dos cursos
Levantamento de dados sobre os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil	17/01/2019	17/01/2019	Pesquisa na base Sucupira
Coleta de documentos dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação levantados	17/01/2019	21/01/2019	Realizado nos <i>sites</i> dos cursos

**Fonte:** autoria própria.

Foram analisados os títulos e/ou<sup>3</sup> as ementas das 221 disciplinas identificadas. Somente os dados que evidenciavam o que procuramos foram considerados para quantificação nas tabelas apresentadas na seção 5; ou seja, mesmo que uma disciplina ministrada contemplasse a gestão de riscos no seu decorrer, somente a consideramos se este dado estivesse presente no seu título e/ou em sua ementa.

Ao fim do levantamento, constatamos que não conseguimos contemplar a coleta de todos os dados pretendidos uma vez que não tivemos acesso aos currículos de todos os cursos pesquisados. Essa situação já era esperada e não representou preocupação quanto à representatividade dos dados coletados, já que, a partir das buscas nas bases e-MEC e Sucupira, localizamos o número de cursos existentes e, em posterior busca nos *sites* oficiais dos cursos, verificamos as seguintes proporções: encontramos

<sup>3</sup> Em alguns poucos casos encontramos apenas títulos sem ementas.

documentos em 14 dos 16 cursos de Arquivologia; 44 dos 55 cursos de Biblioteconomia; 15 dos 21 cursos de Museologia e em 31 dos 37 cursos de Ciência da Informação. No total, dos 129 cursos, encontramos documentos com dados sobre os títulos e/ou ementas das disciplinas em 104 *sites* oficiais, ou seja, 80,6% do nosso universo de análise foi contemplado.

Embora procurássemos pelos currículos com os títulos das disciplinas e suas respectivas ementas, quando esses documentos não eram encontrados, recorremos a outros, como os projetos pedagógicos dos cursos e os programas das disciplinas. Muitos dos dados que buscamos estavam disponíveis em documentos para *download*, geralmente em formato PDF, mas boa parte foi encontrada apenas *on-line* nas páginas dos cursos, especialmente no caso dos cursos de Ciência da Informação. Isso evidenciou a possibilidade da mudança de padrão de representação de dados em diferentes fontes, o que tornou a pesquisa mais complexa e demorada, pois pesquisamos em diversos *sites* de Instituições de Ensino Superior (IES). Esse percurso possibilitou uma ampla coleta de dados uma vez que nossas fontes já existiam em um suporte estável (documentos de arquivo dessas IES disponíveis em seus *sites*).

Os **referenciais teóricos** estão expostos a seguir, juntamente com um breve resumo sobre cada uma das seis seções desta tese, incluindo a introdução (primeira) e as considerações finais (última).

Na seção 1 – **Introdução** –, fizemos esse relato sobre nossa relação com o tema, as escolhas e os caminhos trilhados para o desenvolvimento da pesquisa.

Na seção 2 – **O conceito e as definições de patrimônio** –, identificamos a categoria de bens culturais materiais móveis a partir da história da definição e adjetivação do conceito de patrimônio. Para tanto, tivemos alguns documentos da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO)<sup>4</sup> como referência, por considerarmos o papel dessa instituição relevante para a promoção e proteção dos patrimônios, enquanto organismo internacional influente em diversos países. Para selecionar os documentos, utilizamos como fonte a listagem presente no *site* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na página denominada

---

<sup>4</sup> Em português: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

“Cartas Patrimoniais” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, c2014) e nos documentos localizados no *site UNESCODOC Digital Library*, na página “*General Conference documents*” (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2013-2019).

Ainda sobre a seção 2, para selecionar os documentos para análise, tivemos como referência as pesquisas de Solange Sette Garcia de Zúñiga (2005), Beatriz Mugayar Kühl (2010), Ozana Hannesch (2013), Aureliana Lopes de Lacerda Tavares (2013) e Silvana de Fátima Bojanoski (2018). Não analisamos todos os documentos listados no *site* do IPHAN, pois nosso objetivo foi evidenciar aqueles que inauguraram ou foram um marco para a ampliação ou ressignificação do conceito de patrimônio. Por fim, e não menos importante, cada documento selecionado possui um contexto de produção e não foi representado nesta tese como uma versão final do resultado da discussão que aborda. A seleção e explicação sobre tais documentos buscou contextualizar o desenvolvimento das discussões internacionais sobre o conceito de patrimônio e suas repercussões locais, especialmente no Brasil.

Na seção 3 – **A preservação como um campo científico** –, abordamos a preservação como um campo científico a partir do arcabouço teórico desenvolvido por Pierre Bourdieu (2004). Além dessa noção, utilizamos suas noções de capital científico (puro e institucional) e *habitus*. Ao nos apropriarmos delas, pudemos analisar o campo a partir de sua constituição histórico-epistemológica, numa perspectiva holística, que, por sua vez, contempla a restauração, a conservação (curativa e preventiva), a preservação digital e a gestão de riscos. Para tanto, tivemos como principais referências trabalhos da Sociologia da Ciência, de Bourdieu (2004), e de autores de diferentes formações que atuam no campo, como Gaël de Guichen (1999), Stefan Michalski (2004), Solange Zúñiga (2005), Aloisio Arnaldo Nunes de Castro (2008), Miguel Ángel Márdero Arellano (2008), Yacy-Ara Froner e Alessandra Rosado (2008), Adriana Cox Hollós e José Luiz Pedersoli Júnior (2009), José Barateiro, Gonçalo Antunes e José Borbinha (2009), Fanny do Couto Ribeiro (2012), Aureliana Tavares (2013), *International Centre for the Study of The Preservation and Restoration of Cultural Property* e *Canadian*

*Conservation Institute* (2017), Silvana de Fátima Bojanoski (2018) e Beatriz Mugayar Kühl (2019).

Na seção 4 – **A preservação de documentos como base para o direito à memória e à informação** –, buscamos apresentar a preservação a partir de um olhar crítico. Nesse sentido, demonstramos que a preservação de documentos é essencial para a transmissão de registros, cujo acesso é base para o direito à memória e à informação, seus fins. Para tanto, tivemos como principais referências trabalhos da Memória Social, como os de Aleida Assmann (2017) e Jô Gondar (2016); da História, de Jacques Le Goff (1992); da Teoria da Comunicação, de Lucien Sfez (2007); da Documentação, de Suzanne Briet (2016) e de Paul Otlet (2018); e da Ciência da Informação, de Bernd Frohmann (2012) e Mariana Barros Meirelles (2019).

Na seção 5 – **O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação** –, realizamos um breve histórico das relações das disciplinas estudadas nesta tese com o campo da preservação e analisamos os dados acerca das disciplinas curriculares sobre preservação nos cursos brasileiros supracitados. Ao fim, sugerimos algumas reflexões e possíveis atualizações no ensino de preservação para esses cursos, considerando conteúdos comuns e fundamentais, sem perder de vista suas particularidades disciplinares e suas formas de apropriação. As referências para esta seção foram os trabalhos de Paulo Freire (1996), Neide Gomes (2000), Pierre Bourdieu (2004), Ingrid Beck (2006), Aloisio Castro (2008), Simone da Rocha Weitzel (2009), Ivan Coelho de Sá (2013), Ozana Hannesch (2013), Fabiano Cataldo de Azevedo (2013), Miriam Paula Manini (2013), Aureliana Lopes de Lacerda Tavares (2014) e Ana Paula Corrêa de Carvalho (2018).

Na seção 6 – **Considerações finais** –, apresentamos algumas considerações a partir do que foi exposto durante a tese, com o objetivo de tornar mais inteligível os resultados alcançados para a conclusão da pesquisa.

Por fim e para começar, nossa maior expectativa é que esta tese promova repercussões reflexivas para o campo da preservação no Brasil, por meio da provocação (necessária) e da proposição (fundamentada) de melhoramentos nas relações de ensino-aprendizagem, visto que “se a



educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode”  
(FREIRE, 1996, p. 43).

## 2. O CONCEITO E AS DEFINIÇÕES DE PATRIMÔNIO

“Duas coisas bem distintas, uma é o preço, outra é o valor [...]”  
(Música: O encontro de Lampião com Eike Batista, Banda: El Efecto, 2012).

Ao longo do tempo, o conceito de patrimônio foi apropriado e explorado em diversos contextos e discursos, sejam esses científicos ou não. Na prática científica, política, ou mesmo no dia a dia, a palavra patrimônio geralmente é usada com alguma adjetivação. Caso fôssemos perguntados, não seria difícil apresentar algum exemplo do que seria “patrimônio genético”, “patrimônio histórico”, “patrimônio ambiental”, “patrimônio público”, “patrimônio privado”, “patrimônio documental” etc. Contudo, não seria simples explicar o significado de cada uma dessas categorias, pois precisaríamos ter uma noção ou (melhor) uma definição sobre o conceito de patrimônio.

Não existe uma única definição para patrimônio, porém, podemos ter pistas a partir da etimologia da palavra, isto é, por meio do estudo da sua origem, formação e evolução (DICIONÁRIO..., [2020?]). A fim de compreender como esse conceito é imaginado em seus usos mais corriqueiros e coloquiais e em seus usos científicos no meio acadêmico, utilizamos, nessa pesquisa, dicionários comuns (de amplo acesso) e pesquisas de autoras e autores que estudaram sobre o conceito de patrimônio, com destaque para as estudiosas Maria Cecília Londres Fonseca (2009) e Silvana de Fátima Bojanoski (2018).

A palavra patrimônio, do latim *patrimonium* [*patrimōnium*], tem em seu sentido original ser um “conjunto de bens herdados do passado”, de acordo com o dicionário on-line Glosbe ([2020?]). O conceito de patrimônio também pode ser definido como “herança paterna”, “bens de família”, “quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade”, conforme registra o dicionário *on-line* Michaelis (DICIONÁRIO..., [2020?]). Ainda de acordo com essa última fonte, um exemplo adjetivado da palavra, patrimônio nacional, tem a seguinte definição: “todos os bens do domínio da União ou próprios nacionais: bens imóveis, material bélico, terrenos e acrescidos de marinha e outros.” (DICIONÁRIO..., [2020?]).

No Dicionário de Latim Essencial, ou seja, numa fonte mais específica, Antônio Martinez de Rezende e Sandra Braga Bianchet definem *patrimonium* como “Patrimônio, bens de família. Herança” (REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 314).

Ao definir o verbete “Patrimônio Imaterial”, para o Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, Leticia C. R. Vianna diz que, na cultura ocidental moderna, o conceito de patrimônio geralmente se refere a uma gama de bens de grande valor para pessoas, comunidades, nações ou para todo o conjunto da humanidade (VIANNA, c2014). Nessa afirmação da autora, a ideia de patrimônio é ampliada, em vista do exposto anteriormente, não perdendo suas características originais e comuns de herança ou legado.

Em referências científicas, encontramos algumas ratificações das definições apresentadas nas obras supracitadas. Conforme Bojanoski (2018) nos confirma, o sentido original da palavra patrimônio, em latim, está ligado à ideia de herança e posses familiares transmitidas entre gerações, e associa-se ao sentido de propriedade. Já na contemporaneidade, o termo é usado com uma vasta e complexa gama de definições, tornando-se polissêmico, com múltiplos sentidos e significados (BOJANOSKI, 2018, p. 48-49). Assim, tanto as diferentes definições para patrimônio quanto suas adjetivações nos facilitam a compreender que até mesmo as diversas acepções do conceito, incluindo suas circunstâncias contextuais de tempo e espaço, reforçam o caráter cultural dos sentidos e significados atribuídos à palavra patrimônio (significante).

Importante registrar que o próprio conceito de patrimônio está intimamente relacionado com a ideia de valor. Isso porque cuidamos e transmitimos aquilo que consideramos caro, o que efetivamente estimamos. Nesse sentido, o empenho e a dedicação para a proteção de algo têm a proporção do que se valoriza. E, para entendermos as razões disso, talvez precisássemos até recorrer do Direito à Psicanálise. Em outras palavras, a valoração pode passar pelas justificações mais objetivas, e formalmente legisladas, às motivações mais desconhecidas e subjetivas do inconsciente, sem desconsiderar a relação dialética do indivíduo com o seu meio. A mesma afirmação vale para compreendermos aquilo que não valorizamos.

Os bens patrimoniais sempre representam algo, justamente por eles não serem aquilo que representam. Logo, prestam um serviço de representação, e

não de reapresentação. Representação e reapresentação são ações diferentes: a primeira é uma “tradução” ou “evocação” de algo que ocorreu no passado; e a segunda, algo que se apresenta novamente, na sua forma original<sup>5</sup>. Por isso, tanto a feitura quanto a preservação e a transmissão de bens patrimoniais são carregadas de tentativas de objetivação de algo (o que se representa) margeado por subjetividades.

Ao trabalhar sobre o processo de atribuição de valor que tornam os documentos de arquivo patrimônio, Ozana Hannesch (2013) lembra que, para tanto, tais documentos devem ser identificados com valores de referência para indivíduos e grupos sociais. Esses valores podem representar uma comprovação, uma comemoração, um traço identitário, demonstração de poder, lembranças etc. (HANNESCH, 2013, p. 167).

A instrumentalização da noção de patrimônio pelo Estado, assim como a ideia de “nação”, tem como um de seus marcos a Revolução Francesa, no final do século XVIII. Para Maria Cecília Londres Fonseca (2009), o histórico e o artístico, nesse caso, passam a assumir uma dimensão instrumental, sendo utilizados na construção de uma representação de nação (FONSECA, 2009, p. 37). Sobre esse período, a autora nos lembra de que, como prática social, a seleção e proteção de patrimônios estão referenciadas em um estatuto jurídico próprio, que serve para legitimar a gestão pelo Estado e em nome da sociedade de determinados bens selecionados com base em certos critérios, que variam no tempo e no espaço (FONSECA, 2009, p. 37). Eis aqui uma das raízes históricas da apropriação do conceito de patrimônio em razão de uma ideia de nação, ou melhor, de patrimônio nacional. Não por acaso, esse período, marcado pela Revolução Francesa, deu origem ao primeiro Arquivo Nacional (o Arquivo Nacional da França, em 1790), sendo referência para muitos países do mundo, inclusive para o Brasil.

---

<sup>5</sup> Nada se mantém em seu estado original. A mudança e a deterioração dos bens materiais é uma constante, seja mais lenta ou mais rápida. Contudo, essa afirmação serve mais para diferenciar as noções de representação e reapresentação do que entrar nesse detalhe. Exemplo: um monumento de um cavaleiro empunhando uma espada em cima de um cavalo representa algo para quem o construiu e para quem o observa. O monumento representa algo para essas pessoas que usam o monumento como canal de comunicação, mas ele não é aquilo que representa, ele não é constituído por um homem (de verdade) em cima de um cavalo com uma espada.

Percebe-se, assim, que a emergência da noção de patrimônio nacional se deu no contexto da formação dos Estados-nações e da ideologia do nacionalismo. Já as concepções mais contemporâneas desse tipo de patrimônio, geralmente evocado como patrimônio cultural, indicam algumas mudanças e a influência de organismos internacionais e de comunidades locais para a sua definição (FONSECA, 2009, p. 75).

Há, portanto, uma permanente disputa pela definição do conceito de patrimônio e suas evocações adjetivadas. Disputas que não se limitam à dimensão teórica e produzem efeitos práticos no gerenciamento do patrimônio enquanto objeto de políticas, sejam elas públicas, estatais ou institucionais. Em decorrência disso, mudanças conceituais e práticas indicam uma progressiva apropriação política do tema por parte da sociedade, o que trouxe conflitos em torno de uma prática tradicionalmente exercida pelo Estado (FONSECA, 2009, p. 75). Vale ressaltar que, se o patrimônio é público, esse mesmo público deve fazer parte de sua seleção, preservação e deve ter acesso a ele, para assim perceber-se, de fato, representado.

A própria ideia de patrimônio é fruto da cultura humana e, dessa forma, passa por modificações e é objeto de disputa conceitual. Em suma, a cultura humana elabora conceitos e definições para operacionalizar sua própria realidade, como o próprio conceito de patrimônio. Conforme afirma Ozana Hannesch, esse conceito foi modificado ao longo da história e, na atualidade, é apresentado como um dos definidores de uma cultura (HANNESCH, 2013, p. 2).

No meio científico, geralmente é subclassificado a partir de alguns termos adjetivadores, tais como natural e cultural. Essas duas “subdivisões” representam tipos ou classificações de patrimônio. Abaixo delas, temos outras subclassificações, que serão abordadas ainda nesta seção.

Nesta tese, focalizamos o patrimônio na sua perspectiva cultural material móvel para dar conta do objeto dessa pesquisa: o ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. As mencionadas disciplinas científicas têm em comum o trabalho com a gestão, preservação e acesso a bens culturais materiais móveis.

Retomando o que foi abordado no início desta seção, inclusive de forma provocativa com a epígrafe “Duas coisas bem distintas, uma é o preço, outra é

o valor [...]”, queremos reforçar um dos pontos principais aqui abordados: o debate e as disputas em torno da noção de valor. Atribuído pelo ser humano ao bem, enquanto indivíduo ou enquanto grupo, o valor é um atributo carregado de subjetividades que direciona e determina a seleção do que passará a ser identificado como patrimônio.

Esse debate, contudo, não é simples, a exemplo das disputas em torno do que tem valor para ser um patrimônio pessoal, local, ou até mundial. Analisando tais pontos, percebemos ao longo do nosso estudo que é uma constante a discussão sobre a noção de valor. Portanto, o que se mantém é o debate, mas as concepções de valor, sua amplitude, suas características e seus parâmetros configuram mais um terreno de disputas. Por exemplo, quando as “criações anônimas surgidas da alma popular” são mencionadas na definição de patrimônio cultural na Declaração do México, de 1985, isso representa que a cultura popular, naquele contexto, conquistou um espaço dentro da instituição que produziu esse documento, no caso, o *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS)<sup>6</sup>.

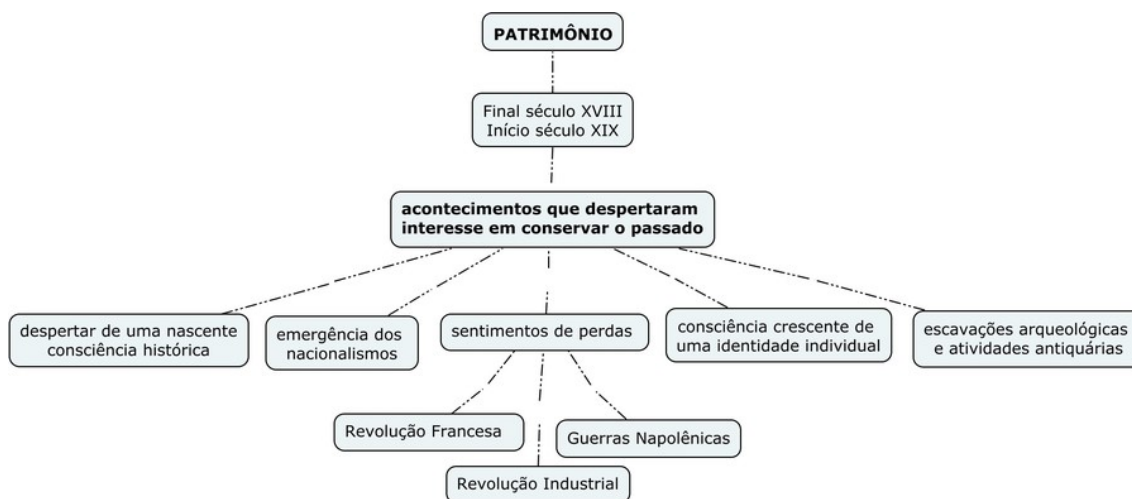
Podemos recorrer à Ozana Hannesch (2013) novamente para reiterar a importância do valor para a caracterização de um bem em patrimônio: “[...] para se tornar patrimônio, os bens precisam de um reconhecimento, que parte de uma atribuição de valor” (HANNESCH, 2013, p. 5). Dando um exemplo dos parâmetros de valoração, essa mesma autora apresenta os valores culturais pautados no texto da Constituição Federal brasileira de 1988: “[...] o histórico, o paisagístico, o artístico, o arqueológico, o paleontológico, o ecológico e o científico” (HANNESCH, 2013, p. 5).

Como vimos, a instrumentalização da noção de patrimônio pelo Estado tem como um de seus marcos o período da Revolução Francesa. Para representar esse processo, durante a época, reproduzimos abaixo uma síntese das motivações apontadas por David Lowenthal (1998 *apud* BOJANOSKI, 2018, p. 52) que levaram pessoas daquele contexto do final do século XVIII e início do XIX a estabelecer uma nova relação com os bens culturais produzidos no passado. A figura foi elaborada por Silvana Bojanoski (2018), com base no trabalho de David Lowenthal (1998).

---

<sup>6</sup> Em português: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

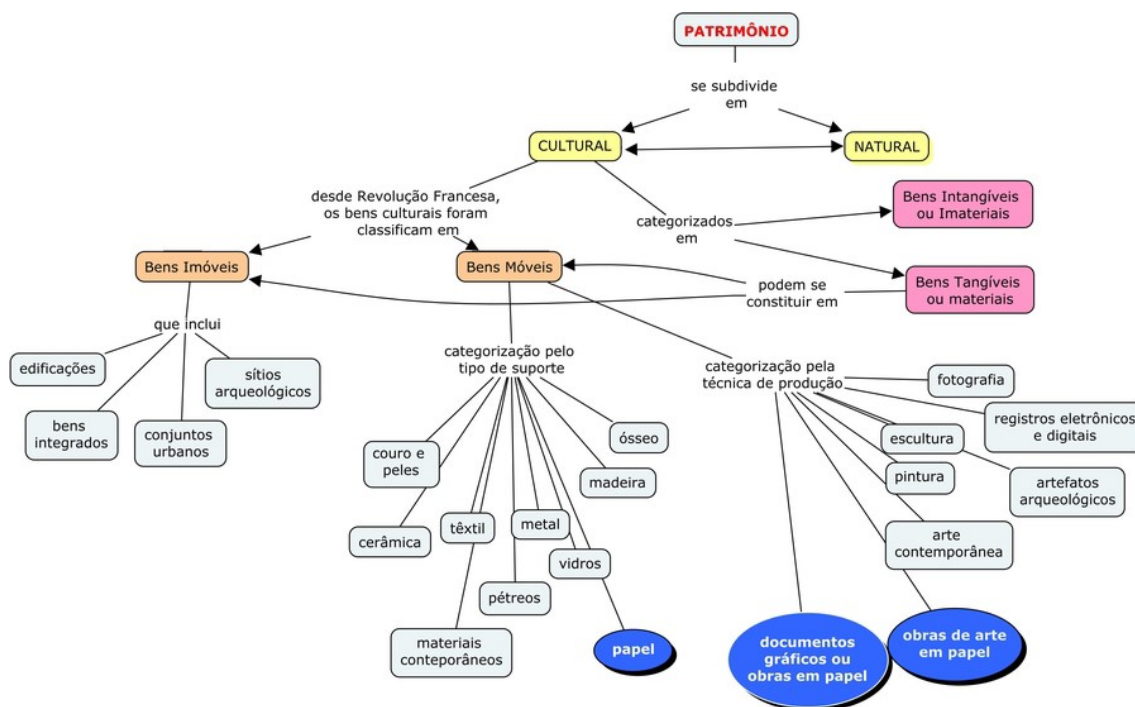
**Figura 1** – Motivações para o desenvolvimento do campo patrimonial.



**Fonte:** elaborada por Silvana de Fátima Bojanoski (2018) a partir de David Lowenthal (1998) (BOJANOSKI, 2018, p. 52)

Outra produção muito importante da mesma autora é um mapa conceitual elaborado para representar o campo do patrimônio. Usamos este mapa para evidenciar em forma de imagem o que apresentamos aqui sobre o conceito de patrimônio e suas adjectivações.

**Figura 2 – Mapa conceitual do campo patrimonial.**



**Fonte:** Elaborada por Silvana de Fátima de Fátima Bojanoski (2018, p. 59).

Entendemos, portanto, que todo patrimônio pode ser percebido como um fragmento que representa algo. A noção de patrimônio traz em seu bojo a ideia de fragmento e nunca de totalidade, uma vez que sua própria seleção é um ato de sua criação (HOLLÓS, 2006, p. 29). Porém, a ideia de seleção não está presente apenas no processo de definição do que é patrimônio, como diz a autora. O processo anterior à seleção, ou seja, a produção e a intensificação (quando há) do esforço de preservação desse bem também são atos de seleção.

## 2.1 As adjetivações do conceito de patrimônio

Um bem, seja ele qual for, reconhecido como patrimônio de uma pessoa, grupo, sociedade ou até mesmo um patrimônio da humanidade, pode ter várias formas de apresentação (e representação). Um bem patrimonial pode ser natural (que não dependeu da ação humana para sua criação) ou pode ser cultural (que é produto da ação humana). Os bens culturais, por sua vez,



podem ser materiais (um documento, um livro, um monumento), mas também podem ser imateriais (um festejo, um ato simbólico, uma forma de viver ou fazer algo). Indo além, os bens culturais podem ser móveis (isso mesmo, algo que podemos mover) ou imóveis (uma edificação, por exemplo).

Como referências para essas classificações, temos a literatura científica, mas, principalmente, documentos conhecidos como cartas patrimoniais, recomendações, resoluções e manifestos. São deles que, geralmente, partem tais concepções e subclassificações de patrimônio. E, nessa pesquisa, temos como principais referências os documentos que foram expedidos pela UNESCO e suas instituições parceiras.

Beatriz Mugayar Kühl (2010) chama a atenção sobre as cartas patrimoniais, as quais, segundo ela, não são um assunto simples, por serem produto de discussões de um determinado momento histórico. Não são feitas com a pretensão de ser uma apresentação teórica extensa e com absoluto rigor. São documentos concisos com a sistematização de pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso e, por isso, registram indicações de caráter geral. Seu propósito é indicativo e, no máximo, prescritivo. As cartas patrimoniais internacionais, como a de Veneza (de 1964), não têm caráter normativo e suas indicações devem ser interpretadas e adequadas à realidade cultural de cada país, sendo seguidas, ou não, em suas propostas legislativas. Essas cartas devem ser reinterpretadas para as realidades locais, podendo resultar em cartas nacionais ou se articulando a elas (KÜHL, 2010, p. 289).

Feita essa explicação sobre o que são as cartas patrimoniais, cabe ressaltar que tais documentos não formam um conjunto homogêneo. Conforme exemplifica Kühl (2010), a Carta de Atenas, de restauração, de 1931; a Declaração de Nara sobre a Autenticidade, de 1994, do ICOMOS; as Normas de Quito, da Organização dos Estados Americanos, de 1967; e a Carta e Declaração de Amsterdã, do Conselho da Europa, de 1975, são documentos importantes, mas não constituem, por natureza, um conjunto coerente. Entre elas existem contradições, justamente por terem sido elaboradas em períodos distintos, por instituições e pessoas diversas e com finalidades diferentes, embora versem sobre patrimônio (KÜHL, 2010, p. 291-292).

A autora nos alerta ainda que o caráter indicativo e prescritivo de uma carta patrimonial difere de resoluções e declarações de simpósios, como os do

próprio ICOMOS – a mesma instituição que publicou a Carta de Veneza em 1964. Ela ressalta que as resoluções e declarações têm um objetivo diferente, o de apresentar o estado da arte de uma dada discussão e oferecer subsídios para o debate. Segundo ela, esse é o caso do Documento de Nara (1994) sobre autenticidade, que é frequentemente citado como uma carta patrimonial, mas não é (KÜHL, 2010, p. 292).

Em sua maioria, os eventos internacionais e seus respectivos documentos representam um panorama dos debates no campo da preservação do patrimônio, nos quais são estabelecidos cenários das ideias e dos contextos que têm influenciado o momento político de vários países na tentativa de apreensão, controle e proteção dos patrimônios (HANNESCH, 2013, p. 52). Evidencia-se, pois, a relevância dos documentos em análise como uma produção cultural: possuem contexto, interesses e representam quem os produziu. Essa última observação nos parece importante para não naturalizarmos esses documentos, mesmo concordando com sua relevância e os tendo como referência para a proteção do patrimônio.

De acordo com Kühl (2010), a visão de que a restauração seria o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido é uma visão sobre o restauro que prevaleceu até o século XIX. Essa perspectiva foi refutada em um documento de âmbito nacional, resultante das resoluções do IV Congresso de Engenheiros e Arquitetos italianos de 1883, que repercutiram as propostas de Camillo Boito, adaptadas pelo Ministério da Educação da Itália. Esse mesmo movimento também é percebido em âmbito austríaco, ao menos desde as proposições de Alois Riegl, no início do século XX e, no contexto internacional, desde a Carta de Atenas, de 1931, a qual contou com ativa participação de Gustavo Giovannoni (KÜHL, 2010, p. 292). Segundo a autora, são posturas que amadureceram na segunda metade do século XIX e início do XX, dando ênfase ao valor documental das obras, respeitando suas várias estratificações ao longo dos anos, suas configurações e suas marcas da passagem do tempo. Essa perspectiva se contrapunha às várias experiências efetuadas ao longo do século XIX, em que se buscava reconstituir o estado “original” de uma obra, muitas vezes idealizado, levando a irreparáveis perdas e deformações, além de induzir o observador a confundir estratos de uma obra historicizada com algo feito recentemente. Tais ações

levantaram polêmica já naquele período tanto entre especialistas quanto nas comunidades que não mais se reconheciam naqueles monumentos transfigurados e “novos em folha” (KÜHL, 2010, p. 292).

Para Solange Sette Garcia de Zúñiga (2005), na Carta de Atenas (1931), foi dada forma aos primeiros princípios da conservação e da restauração (ZÚÑIGA, 2005 p. 31). Nesse sentido, esse documento contribuiu para a propagação de um amplo movimento internacional que influenciou a criação de documentos nacionais, as atividades do *Internacional Council of Museums* (ICOM) da UNESCO e a criação, por essa última, do *Internacional Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM) (ZÚÑIGA, 2005, p. 32). Os princípios gerais que nortearam a elaboração da Carta de Atenas (1931) foram os expressos a seguir:

Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos – e cada caso pode comportar uma solução própria –, a conferência constatou que nos diversos Estados representados predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido a deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época. A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que [sic] o seu caráter histórico ou artístico. (CARTA..., 1931, p. 1)

A Carta de Atenas de 1933 (CARTA..., 1933), fruto do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), embora seja vista como um marco para o tratamento urbanístico, sob um olhar mais atento, relaciona-se à perspectiva da conservação de inúmeros patrimônios culturais sob a guarda de “instituições-memória” (HANNESCH, 2013, p.41).

A Carta de Veneza, resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, permanece como documento base do ICOMOS, criado em 1965 e acolhido pela UNESCO como órgão consultor e de colaboração (KÜHL, 2010, p. 288).

Essa carta patrimonial é centrada em monumentos e sítios históricos. Contudo, a partir do alargamento daquilo que foi considerado “bem cultural”, os tipos cada vez mais variados de bens passaram a ser contemplados nessa

categoria. Nesse sentido, ao longo dos anos, foram produzidos documentos integrativos que aprofundaram e reinterpretaram os princípios da Carta de Veneza, inclusive tratando sobre temas não diretamente abrangidos por ela (KÜHL, 2010, p. 293).

Cabe, como exemplo, citar a definição para a noção de “monumento histórico” registrada na carta:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (CARTA..., 1964, p. 1-2)

Fruto da 13ª Conferência Geral da UNESCO, o documento conhecido como Recomendação de Paris (1964) trouxe outra definição para “bens culturais”, ampliando o conceito de patrimônio cultural e o considerando como um importante elemento para a compreensão e aprendizado de seu povo. Foi a primeira vez em que arquivos e bibliotecas foram contemplados em uma recomendação da UNESCO como potenciais constituintes do patrimônio cultural (HANNESCH, 2013, p. 50).

A seguir, reproduzimos a definição de bens culturais presente no documento. Observa-se a menção aos bens móveis e imóveis no trecho, além da característica de “grande importância” para caracterizar um bem cultural:

Para efeito desta recomendação, são considerados bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimens-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais. (RECOMENDAÇÃO..., 1964, p. 2)

Resultante da 17ª Conferência Geral da UNESCO de 1972, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural abordou questões relativas ao meio ambiente (patrimônio natural), ao patrimônio cultural e à noção de patrimônio mundial da humanidade. Dessa forma, a UNESCO assumiu seu papel na preservação dos bens naturais, entendendo-os como integrados aos bens culturais (BOJANOSKI, 2018, p. 55).

Para Bojanoski (2018), o evento é um marco significativo por considerar a categoria de patrimônio natural a partir das seguintes definições:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.
- os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (RECOMENDAÇÃO..., 1972, p. 2-3)

Assim, além de assumir o duplo aspecto do patrimônio, o cultural e o natural, essa convenção teve especial importância por ter estabelecido a noção de patrimônio mundial da humanidade, cuja preservação deveria ser promovida a partir da cooperação da comunidade internacional (BOJANOSKI, 2018, p. 55).

A Declaração do México (1985), fruto da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, do ICOMOS, é inovadora por incluir, na definição de patrimônio cultural, as criações anônimas surgidas da alma popular, dando espaço à proteção de obras modestas que não se encaixavam no critério dos valores excepcionais (BOJANOSKI, 2018, p. 56). Tal perspectiva amplia ainda mais a noção de representação do patrimônio, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as **criações anônimas surgidas da alma popular** e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. (DECLARAÇÃO..., 1985, p. 4, grifo nosso).

Mais uma vez, as características de representação e valor são evidenciadas na concepção de patrimônio, ampliando a função de representação do patrimônio e as possibilidades dos autores e autoras do que pode ser selecionado como patrimônio, quando o popular, o modesto, ou o não excepcional conquista espaço. Mais uma vez, arquivos e bibliotecas são mencionados.

Decorrente da 25ª Conferência Geral da UNESCO, a Recomendação de Paris de 1989, também conhecida como “Recomendação para a salvaguarda da cultura tradicional e popular”, dialoga com a ideia de valor universal e excepcional, proposto pela Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, das Recomendações de Paris de 1972 (BOJANOSKI, 2018, p. 56). Nesse sentido, esse documento de 1989 assim define a cultura tradicional e popular:

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem a expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes. (RECOMENDAÇÃO..., 1989, p. 4)

Da 32ª Conferência Geral da UNESCO, de 2003, a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial resulta no documento conhecido como Recomendação de Paris, do mesmo ano. Essa recomendação também redimensiona o patrimônio cultural para a UNESCO e, por conseguinte, para suas ações, ao incorporar a noção de patrimônio cultural imaterial (BOJANOSKI, 2018, p. 57). Dessa forma, o documento registra que:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (RECOMENDAÇÃO..., 2003, p. 2-3)

A Carta de Paris de 2003, conhecida como Carta para a Preservação do Patrimônio Digital (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2003), também resultante da 32ª Conferência Geral da UNESCO, destaca-se por ser o primeiro documento dessa instituição em que é explicitamente manifestada a preocupação mundial acerca da preservação do patrimônio digital da humanidade (TAVARES, 2013, p. 19). O

documento contém recomendações e proposições sobre identificação de conceitos, estratégias, ações políticas e éticas, dentre outras iniciativas, para promover a discussão a respeito entre os países membros da UNESCO (TAVARES, 2013, p. 18-19).

## **2.2 O patrimônio como uma representação**

Os bens patrimoniais recebem a função de representar algo e são protegidos (ou preservados) em razão do valor que possuem para um indivíduo e/ou sociedade, o que nos leva a refletir sobre os interesses que fazem com que bens ora “comuns” sejam selecionados patrimônio. Tal seleção, por lógica, tem algumas finalidades: proteção do bem, sua comunicação, a valorização daquilo que ele representa. Essas ações (proteção, comunicação e representação) decorrem de decisões em espaços de disputa. Não é raro, com relação a patrimônios públicos – estátuas, por exemplo – que saibamos de pessoas que os elogiam e de pessoas que os criticam negativamente. Essas seleções também dividem “corações”, identidades, intenções, versões e poderes.

Em seu potencial representativo (e informativo), os patrimônios fruto da cultura humana, sejam eles materiais ou manifestações imateriais, são assim concebidos em consequência de sua seleção, em dado contexto, direcionados a servirem de herança cultural para a memória e identidade de pessoas que a eles tenham acesso, contribuindo para a formação da sociedade (AUGUSTIN, 2017, p. 36-37). Como nos lembra Raquel França Garcia Augustin (2017), os patrimônios culturais são resultados e indícios do conhecimento humano “[...] capazes de promover a inclusão social e um sentimento de reconhecimento, de pertencimento a um lugar, classe ou ideologia” (AUGUSTIN, 2017, p. 36-37).

O medo da perda justifica a preservação do patrimônio. Contudo, precisamos ser críticos e entender que nem todo legado cultural deve nos dizer como construir nosso presente e futuro, mas eles podem “simplesmente” servir para nos alertar sobre como não devemos proceder. Isto também é aprendizado que parte da nossa herança cultural: analisar o que não deu certo

para tentar não repetir os mesmos erros. Eis a dimensão pedagógica da seleção, preservação e comunicação dos nossos patrimônios.

Percebida a importância da representação para o reforço da valorização do patrimônio, vale um empenho maior para compreender o porquê dessa relevância para uma prática tão naturalizada, a de representar. Para compreender melhor o papel da representação e sua relação com a construção, manutenção e destruição de patrimônios, recorreremos ao conceito de representações sociais, que, de acordo com Angela Arruda (2002), tem raízes na Sociologia e presença marcante na Antropologia e na História das Mentalidades (ARRUDA, 2002, p. 128).

Uma representação social não pode ser encarada como uma cópia, reflexo ou imagem fotográfica da realidade, mas sim como uma tradução da realidade, uma versão desta. Ela está em constante transformação, como o objeto que tenta representar, ou seja, é dinâmica, é móvel (ARRUDA, 2002, p. 134), pois a representação depende de comunicação. Sem comunicação não há representação. Mesmo um monumento estático em uma praça ou uma manifestação cultural silenciosa estão comunicando algo e a interpretação de quem observa torna a representação possível, dinâmica e particular. A representação é, portanto, objeto de disputa por uma interpretação da realidade. Por isso, na tentativa de seleção de patrimônios, há a esperança de sedimentar uma leitura, uma versão, mas a estabilidade da interpretação sobre um bem não depende somente dele, mas de muitas variáveis e envolve, novamente, contexto, cultura e comunicação.

Segundo Arruda (2002), a definição de representação social mais consensual entre os pesquisadores do campo é a de Denise Jodelet (ARRUDA, 2002, p. 138). Para Jodelet, a representação social “[...] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (JODELET, 2001, p. 22). Tida como um saber de senso comum, ou um saber ingênuo, natural, essa forma de conhecimento diferente do conhecimento científico é tida como seu objeto de estudo, devido à sua importância para a vida em sociedade e para o entendimento de processos cognitivos e de interações sociais (JODELET, 2001, p. 22). Eis o papel político, orientador e instrumental do patrimônio.



Para Arruda (2002, p. 139) e para Jodelet (2001), devemos fazer três perguntas importantes quando estudamos sobre representações sociais: “quem sabe e de onde sabe?”, “o que sabe e como sabe?” e “sobre o que sabe e com que efeitos?”. Se refletirmos sobre o patrimônio como um meio de representação e rememoração por essência, percebemos que o bem valorizado em questão foi estruturado com algum fim e serve como agente estruturante de certa lógica valorativa. Essa dupla face no campo das representações sociais ressalta sua dimensão semântica que, estruturada, também tende a ser estruturante (ARRUDA, 2002, p. 140-141). Por isso, não podemos esquecer que toda representação tem sua origem em um sujeito individual ou coletivo e se refere a algo (ARRUDA, 2002, p. 141). Esse sujeito é portador de contexto e intenções, e visa comunicar algo. Percebe-se, assim, a função simbólica e, ao mesmo tempo, prática da representação.

Segundo Jodelet (2001), as representações sociais “[...] circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais.” (JODELET, 2001, p. 17-18). Tanto as instituições quanto as redes informais e a mídia intervêm na elaboração e na construção das representações sociais, abrindo caminhos para processos de influência (JODELET, 2001, p. 21). Não é diferente no âmbito individual e familiar e na dimensão das políticas de preservação, em suas mais diversas dimensões e configurações.

Não por acaso, a comunicação tem importância primordial nos fenômenos representativos, pois, como a autora diz, “[...] ela é o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações.” (JODELET, 2001, p. 32). E, pelo fato de a representação ser uma “reconstrução” de um objeto, pode conter defasagens, como distorções, suplementos e subtrações. (JODELET, 2001, p. 36).

No âmbito da valoração e preservação do patrimônio, o processo de musealização é um dos exemplos mais claros desse esforço de representação. Ao ser incorporado pelo museu, o objeto passa pelo processo de musealização, que o valoriza. Nesse processo, ele é removido de seu contexto de origem e passa a fazer parte de outro, o museu. Com essa mudança de contexto e a passagem pelo processo de documentação, conservação e

apresentação à sociedade, o objeto é imbuído de ser um representante de uma realidade, sendo ele mesmo ressignificado pela instituição museológica (AUGUSTIN, 2017, p. 80).

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1998) resume bem a discussão aqui apresentada sobre a construção de sentidos em torno dos bens. Ao se referir a bens materiais, ele lembra que os atributos intrínsecos desses artefatos incluem apenas suas propriedades de natureza físico-química, ou seja, sua forma geométrica, seu peso, cor, textura, dureza etc. Nenhum atributo de sentido lhe é natural. Os sentidos são constituídos no seio das relações sociais em que eles são gerados, criando uma ilusão de autonomia e naturalidade dos artefatos. Contudo, tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados por sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentidos. Para o autor, seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos (MENESES, 1998, p. 90-91). São os diversos esforços de mediação que constroem e reconstroem os sentidos e significados dos patrimônios.

\*\*\*

De acordo com Augustin (2017), o patrimônio cultural é constituído por meio das práticas culturais, saberes e seus produtos, aos quais valores e significados são atribuídos e que nos remetem a uma coletividade, à necessidade de sua preservação e de sua transmissão para o futuro, a partir de um sentimento de identidade e pertencimento atrelados aos valores e significados que relacionamos a esses bens (AUGUSTIN, 2017, p. 14).

Como vimos, os bens materiais são tradicionalmente divididos, a partir da Revolução Francesa, em móveis e imóveis (BOJANOSKI, 2018, p. 16). Podemos citar como bens materiais móveis suportes como osso, madeira, papel, disquetes, metais etc.; e, como bens materiais imóveis, edificações, bens integrados, conjuntos urbanos, sítios arqueológicos (BOJANOSKI, 2018, p. 50).

Em 1964, foi elaborada a Recomendação de Paris, em decorrência da 13ª Conferência Geral da UNESCO, passando a ser conhecida como um marco na promoção da ampliação do conceito de patrimônio cultural. Esse

documento define o que são bens culturais, alargando o conceito de patrimônio cultural e o considerando como um importante legado para a compreensão e aprendizado sobre o que representam. Pela primeira vez, arquivos e bibliotecas foram incluídos como constituintes do patrimônio cultural em uma recomendação da UNESCO (HANNESCH, 2013, p. 50).

Em 1972, no contexto das discussões da ONU sobre o meio ambiente, a UNESCO assumiu a preservação dos bens naturais. A Convenção Geral da UNESCO do ano supracitado é um marco significativo ao incluir a categoria de patrimônio natural em sua agenda, a partir das seguintes características: monumentos naturais, formações geológicas e fisiográficas, locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional para a ciência, conservação ou beleza natural, etc. (RECOMENDAÇÃO..., 1972). O documento também assinala a existência do aspecto natural e cultural do patrimônio, além de ter influenciado a noção de patrimônio mundial da humanidade, cuja preservação deveria ser garantida a partir da cooperação da comunidade internacional. (BOJANOSKI, 2018, p. 55).

Em 2003, a Convenção Geral da UNESCO contemplou a categoria de bens culturais intangíveis ou bens culturais imateriais, que estão relacionados às práticas, representações e expressões culturais etc. (BOJANOSKI, 2018, p. 33). O documento resultante dessa convenção promoveu o redimensionamento do conceito de patrimônio cultural, incorporando a noção de sua imaterialidade (BOJANOSKI, 2018, p. 57).

No Brasil, o conceito de patrimônio cultural é contemplado na Constituição Federal de 1988 (em seu Capítulo III - da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção II - Da Cultura):

**Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, **nos quais se incluem:**

**I - as formas de expressão;**

**II - os modos de criar, fazer e viver;**

**III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;**

**IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;**

**V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.**

**§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio**

**de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.**

§ 2.º **Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.**

§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5.º Ficam **tombados** todos os **documentos** e os sítios **detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos**. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Esse trecho deixa explícita uma tipologia de bens que podem vir a serem selecionados como patrimônio pelo poder público e, conseqüentemente, protegidos por ele. À luz de Fonseca (2009), destacamos o seu primeiro parágrafo, que nos leva a questões além da definição científica e da solução técnica ou burocrática, para a seleção e proteção dos patrimônios brasileiros (sejam eles de projeção nacional ou regional, pois isso não foi especificado).

Podemos relacionar a parte do texto sobre a colaboração da comunidade com o poder público na promoção e proteção do patrimônio brasileiro à perspectiva da representação, apresentada anteriormente. Se a comunidade, que também é produtora de cultura, participa da proteção de parte de seus bens, é desejável que isso resulte na seleção de patrimônios que representem mais fielmente tais comunidades e, dessa forma, construa uma relação de identidade com esses patrimônios, mediante a adesão afetiva (dessas comunidades) para a sua efetiva proteção (dos patrimônios selecionados).

O reconhecimento do que é seu, do que se produz e do que lhe representa é objeto de discussões fervorosas nos dias atuais. A decisão de qual monumento será exposto em praça pública, em diversos momentos, é alvo de conflitos e manifestações. O mesmo pode ser visto em casos de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>7</sup> e em casos de declarações de interesse público e social de arquivos pelo

---

<sup>7</sup> Para saber mais sobre isso, leia: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2009.

Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)<sup>8</sup>, a exemplo do que ocorre com outras instituições envolvidas direta e indiretamente na seleção e/ou proteção do patrimônio cultural brasileiro (o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, dentre diversas outras instituições de âmbito nacional, regional ou local).

Na próxima seção, abordamos a preservação como um campo científico a partir do arcabouço teórico desenvolvido por Pierre Bourdieu (2004). Além dessa noção, utilizamos suas noções de capital científico (puro e institucional) e *habitus*. Ao nos apropriarmos delas, podemos analisar o campo a partir de sua constituição histórico-epistemológica, numa perspectiva holística, que contempla a restauração, a conservação (curativa e preventiva), a preservação digital e a gestão de riscos.

---

<sup>8</sup> Sobre isso, veja quais os arquivos brasileiros são declarados pelo CONARQ: <<http://conarq.gov.br/arquivos-declarados.html>>. Acesso em 28 jun. 2020.

### 3 A PRESERVAÇÃO COMO UM CAMPO CIENTÍFICO

“Não há como se considerar uma intervenção de preservação como um fato conclusivo ou concluído. O tempo e o uso são devoradores de todas as coisas.” (Sérgio Conde de Albite Silva, 2008, p. 278)

A preservação é entendida aqui como um campo científico, a partir da perspectiva teórica desenvolvida por Pierre Bourdieu (2004), a qual é relacionada às noções de *habitus* e capital científico (puro e institucional), do mesmo autor. Assim, podemos analisar a constituição histórico-epistemológica desse campo, numa perspectiva holística, que conjuga a restauração, a conservação (curativa e preventiva), a preservação digital e a gestão de riscos.

A seguir, exploramos as noções de Bourdieu que servem de base para a análise do campo da preservação como um espaço de saberes e poderes em disputa<sup>9</sup>.

#### 3.1 A noção de campo científico a partir de Pierre Bourdieu

A ciência, como qualquer outro produto da atividade humana, não se faz por conta própria, nem por uma única pessoa. É um espaço de (re)construções e disputas, resultado da cultura humana e, como tal, possui contexto. Para compreendê-la, nesta tese, nos apoiamos na noção de campo científico, cunhada por Bourdieu (2004), a partir da qual uma produção cultural (seja a literatura, a arte, a ciência etc.) não pode ser explicada “somente” por meio do seu conteúdo textual e respectivo contexto social, limitada à relação direta entre texto e contexto. Segundo Bourdieu, para compreendermos as conexões e lógicas do campo literário, artístico, jurídico ou científico, é necessário entender um universo intermediário, o campo – que está entre o texto e o contexto – onde estão inseridos agentes (instituições e pessoas) que (re)produzem e difundem o próprio campo, um mundo social, que obedece, como outros, a leis sociais mais ou menos específicas. De acordo com o autor:

---

<sup>9</sup> Para os fins desta tese, os saberes e poderes em disputa foram analisados a partir dos conteúdos sobre preservação presentes (e ausentes) nos currículos dos cursos que analisamos.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem. (BOURDIEU, 2004, p. 20-21).

É essa relativa autonomia que permite ao campo científico escapar às alternativas entre uma “ciência pura”, livre de qualquer injunção social, e uma “ciência escrava”, refém de todas as demandas político-econômicas externas ao campo (BOURDIEU, 2004, p. 21). Logo, essa relação dialética do campo com seu contexto é o que o (re)constrói ao interagir com as demandas externas a partir de sua lógica interna.

Assim, o interior do campo científico é, também, um espaço de conflitos, a exemplo de outros campos. Desse modo, ele é um terreno de disputas para conservar ou transformar esse campo de forças em que indivíduos e instituições interagem e repercutem para a sua manutenção ou alteração, ou seja, de suas estruturas físicas e lógicas, reguladas pelo capital científico, sob a legitimação de seus agentes. Essas forças podem ser observadas no campo científico a partir das influências dos agentes sobre quais são os temas e objetos mais importantes, as questões que mais importam ser pesquisadas, e assim por diante (BOURDIEU, 2004, p. 24-25).

O que o campo da saúde fez, em diversas frentes, perante a pandemia do COVID-19 nos proporciona exemplos sobre a atuação dos agentes desse campo científico em um nível global. Escolhas tiveram de ser feitas e esforços direcionados. A corrida por uma solução preventiva obteve destaque (a produção de uma vacina) em paralelo a pesquisas sobre tratamentos remediativos. É o campo respondendo à demanda social a partir de sua lógica interna. Eis o exemplo da autonomia relativa do campo e da ação de seus agentes por meio de seu capital científico, como uma espécie particular de capital simbólico (sempre fundado a partir de atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no crédito atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do próprio campo científico (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Observa-se, então, que, qualquer que seja o campo, ele é um espaço de disputas e objeto de lutas, tanto de sua representação quanto de sua estrutura.

Nas palavras de Bourdieu, “[...] o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo”. Para entender como se dá a distribuição do capital científico e sua caracterização, o estudioso o classifica em duas categorias, remetendo-as aos agentes do campo (as instituições e os indivíduos):

[...] os campos são o lugar de duas formas de poder que correspondem a duas espécies de capital científico: de um lado, um poder que se pode chamar temporal (ou político), poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação etc., e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras) que ela assegura. De outro, um poder específico, ‘prestígio’ pessoal que é mais ou menos independente do precedente, segundo os campos e as instituições, e que repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre eles (por exemplo, com os ‘colégios invisíveis’ de eruditos unidos por relações de estima mútua). (BOURDIEU, 2004, p. 35).

Essas duas categorias de capital científico são classificadas por Bourdieu (2004) como capital científico “puro”, aquele relacionado ao prestígio pessoal, e capital científico institucional, aquele relacionado à ocupação de posições institucionais. O primeiro diz respeito à independência institucional do indivíduo; o segundo, o vincula a um poder e capital simbólico já institucionalizado, tornando-o menos independente deste. A partir dessa divisão de poderes, o autor percebe as disputas entre os agentes internos do campo como positiva, uma vez que elas podem resultar em avanços científicos significativos (BOURDIEU, 2004, p. 40). Essa dinâmica de disputas proporciona benefícios, pois mantém o campo em movimento. No âmbito desta tese, buscamos identificar o que está presente e o que está ausente nos currículos analisados como um dos resultados das disputas internas do campo da preservação.

Outra noção que Bourdieu (2004) define para compreender o campo científico e suas disputas internas é o que ele denomina *habitus*. Ao entendermos que há estruturas objetivas (físicas e lógicas) que compõem o campo científico, não podemos esquecer das lutas em torno delas. Desse modo, o autor lembra que os indivíduos não são passivamente conduzidos pelas forças dos campos, assim como as instituições são mantidas e



transformadas por indivíduos. Eles são portadores de cultura, adquiridas dentro e fora do campo, inclusive antes de ingressarem no próprio campo, de acordo com suas disposições adquiridas, configuradas nos *habitus*,

isto é, maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo. Aqueles que adquirem, longe do campo em que se inscrevem, as disposições que não são aquelas que esse campo exige, arriscam-se, por exemplo, a estarem sempre defasados, deslocados, mal colocados, mal em sua própria pele, na contramão e na hora errada, com todas as consequências que se possa imaginar. Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições (BOURDIEU, 2004, p. 28-29).

Essas noções de campo científico, capital científico (puro e institucionalizado) e de *habitus*, definidas por Pierre Bourdieu (2004), permitem que tenhamos uma compreensão sobre as disputas em torno dos temas prioritários para a pesquisa e para o ensino da preservação, ao concebê-la como um campo científico. Ao adotar essa perspectiva teórica, estudamos a preservação enquanto um campo de saberes e poderes, cuja formação será analisada a partir de uma perspectiva histórico-epistemológica.

### 3.2 Os conceitos de preservação, restauração e conservação

Por reconhecer que os termos preservação, conservação e restauração são polissêmicos em suas conceitualizações (BOJANOSKI, 2018, p. 25), analisamos algumas de suas definições. A preservação é definida no documento da UNESCO que estabelece as diretrizes para o Programa Memória do Mundo como “[...] a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente – para sempre – do patrimônio documental” (EDMONDSON, 2002, p. 15). Depreende-se que a preservação engloba as atividades relativas à restauração, à conservação curativa e à conservação preventiva. No entanto, é necessário observar que não é possível preservar um bem material em seu estado original para sempre, o que leva a escolhas sobre **como, o quê, por que, para quem e até quando** preservar. Essas questões nos remetem a reflexões complexas, necessárias e pertinentes aos estudos em preservação.

Em 2006, a diretoria do *International Council of Museums - Committee for Conservation* (ICOM-CC) instalou uma força tarefa, coordenada por Gaël de Guichen<sup>10</sup>, para estudar as definições dos termos considerados essenciais para os profissionais que atuam com preservação. De acordo com Silvana Bojanoski (2018, p. 34), Guichen afirmou que, naquele momento, a motivação para o estudo dos termos residia no crescimento da comunidade profissional e na ampliação da quantidade de profissões de diferentes culturas associadas ao ICOM, bem como na variedade de termos considerados centrais para a profissão de conservador-restaurador, os quais estariam causando confusão e mal-entendidos.

Em 2008, como resultado dessa força tarefa, foi publicada uma resolução pelos membros do ICOM-CC, na sua 15ª Conferência Trienal, ocorrida em Nova Delhi (Índia), cujo título foi “Terminologia para caracterizar a conservação do patrimônio cultural tangível”<sup>11</sup>. Antes de apresentar as definições dos termos considerados essenciais para os profissionais que trabalham com a preservação do patrimônio cultural material (ou tangível), são postas as seguintes considerações no documento:

- (a) nosso objetivo é transmitir o patrimônio cultural tangível para as gerações futuras, garantindo seu uso atual e respeitando seu significado social e espiritual,
- (b) quaisquer medidas e ações tomadas resultam de um processo de tomada de decisão interdisciplinar inclusivo,
- (c) o processo de tomada de decisão sempre inclui documentação e investigação (histórica, histórica da arte, científica ou técnica) e leva em consideração o contexto passado, presente e futuro do bem,

E que, desde a criação em 1967 do Comitê Internacional para Conservação do ICOM (ICOM-CC),

- (d) nossa comunidade profissional cresceu significativamente em tamanho e variedade de profissões e culturas representadas,
- (e) o público tem se tornado cada vez mais um parceiro essencial na salvaguarda de nossa herança cultural compartilhada,
- (f) tem havido uma multiplicação ocasional de terminologia\*, resultando em confusão e mal-entendido,

---

<sup>10</sup> “Gaël de Guichen, engenheiro químico de formação, fez parte da equipe técnica do ICCROM desde 1969, onde ocupou importantes funções por vários anos. Também coordenou e participou ativamente de importantes projetos em muitos países, especialmente na área da conservação preventiva.” (BOJANOSKI, 2018, p. 37).

<sup>11</sup> No original: “Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - COMMITTEE FOR CONSERVATION, 2008, p.1).

O ICOM-CC, que representa através do ICOM uma ampla rede profissional internacional, a fim de facilitar a comunicação entre seus membros, os membros do ICOM, a comunidade profissional do patrimônio mundial e com o público em geral, vê a necessidade de uma terminologia clara e consistente.

O ICOM-CC adota os seguintes termos: “conservação preventiva”, “conservação curativa” e “restauração” que juntos constituem a “conservação” do patrimônio cultural tangível. Esses termos são diferenciados de acordo com os objetivos das medidas e ações que abrangem. (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - COMMITTEE FOR CONSERVATION, 2008, p. 1, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Em seguida, o documento registra a definição de quatro termos: *conservation* (aqui traduzida como conservação), *preventive conservation* (aqui traduzida como conservação preventiva), *remedial conservation* (aqui traduzida como conservação curativa) e *restoration* (aqui traduzida como restauração). Entre tais termos, há uma hierarquização em que o conceito de conservação é apresentado como termo hiperônimo (“guarda-chuva”) e os demais como termos hipônimos (BOJANOSKI, 2018, p. 36), o que também nos diz sobre os âmbitos de atuação em preservação. Assim, seguem as definições e exemplos do ICOM-CC:

- **Conservação** – todas as medidas e ações destinadas a salvaguardar o patrimônio cultural tangível, garantindo a sua acessibilidade às gerações presentes e futuras. A conservação abrange a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas as medidas e ações devem respeitar o significado e as propriedades físicas do bem patrimonial cultural em questão.

- **Conservação preventiva** – todas as medidas e ações destinadas a evitar e minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas dentro do contexto ou nos arredores de um item, mas mais frequentemente em um grupo de itens, independentemente de sua idade e condição. Essas medidas e ações são indiretas – elas não interferem nos materiais e estruturas dos itens. Elas não modificam sua aparência.

*Exemplos de conservação preventiva são medidas e ações adequadas para registro, armazenamento, manuseio, embalagem e transporte, segurança, gestão ambiental (luminosidade, umidade, poluição e controle de pragas), planejamento emergencial, educação de equipe, conscientização do público, cumprimento da lei.*

---

<sup>12</sup> O asterisco nesse trecho do documento remete a exemplos da multiplicidade de termos. Veja, conforme se encontra no original: “Examples “non-interventive conservation”, “indirect conservation”, “passive conservation”, “collection care”, “preservation”, “preventative conservation”, “maintenance”, “indirect preservation”, “active conservation”, “conservation”, “direct conservation”, “interventive conservation”, “remedial conservation”, “curative conservation”, “stabilisation”, “treatment”, “direct preservation”, “repair”, “rehabilitation”, “renovation”, “conservation-restoration”, etc.

• **Conservação curativa** – todas as ações aplicadas diretamente a um item ou grupo de itens, com o objetivo de interromper os processos de danos atuais ou reforçar sua estrutura. Essas ações só são realizadas quando os itens estão em condições de fragilidade ou deterioração a tal ponto que podem ser perdidos em um tempo relativamente curto. Essas ações às vezes modificam a aparência dos itens.

*Exemplos de conservação curativa são desinfestação de tecidos, dessalinização de cerâmica, desacidificação de papel, desidratação de materiais arqueológicos úmidos, estabilização de metais corroídos, consolidação de murais de pintura, remoção de ervas daninhas de mosaicos.*

• **Restauração** – todas as ações aplicadas diretamente a um único e estável item, visando facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Essas ações só são realizadas quando o item já perdeu parte de seu significado ou função devido a alterações ou deteriorações anteriores. Elas são baseadas no respeito ao material original. Na maioria das vezes, essas ações modificam a aparência do item.

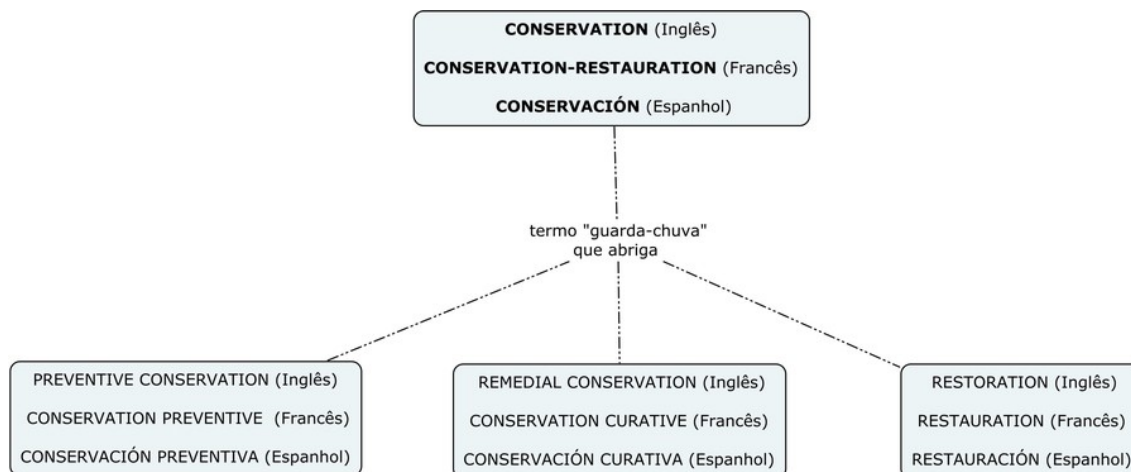
*Exemplos de restauração são retocar uma pintura, remontar uma escultura quebrada, remodelar uma cesta, preencher perdas em um recipiente de vidro. (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - COMMITTEE FOR CONSERVATION, 2008, p. 1-2, tradução nossa)<sup>13</sup>.*

No fim do documento são apresentadas traduções para os termos expostos acima, para o francês e para o espanhol, visando à padronização dos seus significantes e significados. A partir disso, Bojanoski (2018) fez uma representação gráfica da proposta terminológica do ICOM-CC, reproduzida abaixo.

---

<sup>13</sup> Não reproduzimos o texto original aqui por ser um trecho muito extenso. A versão original, em inglês, pode ser acessada no site do ICOM-CC: <<http://www.icom-cc.org/>>. Acesso em 08 nov. 2020.

**Figura 3** – Termos definidos na Resolução do ICOM-CC de 2008.



**Fonte:** Silvana de Fátima Bojanoski (2018, p. 41).

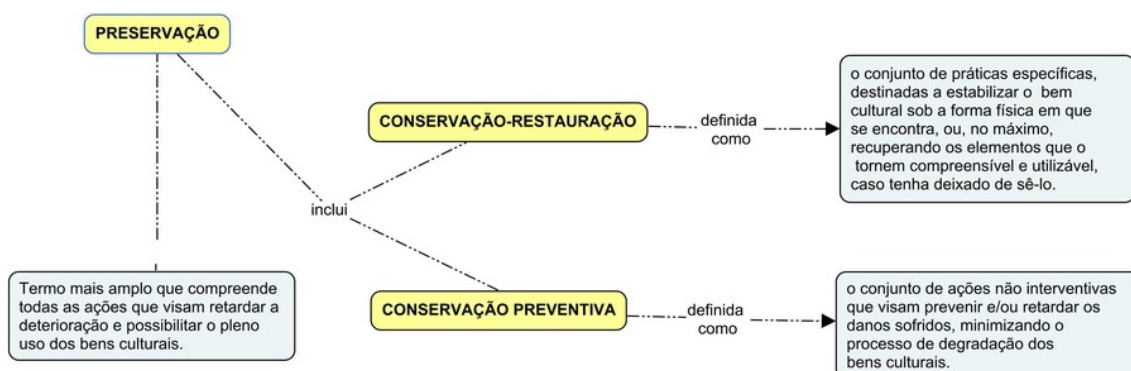
Com o propósito de comparar as definições propostas pelo ICOM-CC com a realidade brasileira, a autora analisou o Código de Ética dos Conservadores-Restauradores brasileiros, de 2005, que estabelece definições para os termos preservação, conservação-restauração e conservação preventiva. Segundo a autora, “trata-se de um documento importante, uma vez que define os princípios éticos a serem seguidos pelos profissionais que atuam na conservação e restauração de bens culturais no Brasil.” (BOJANOSKI, 2018, p. 42). No documento, encontramos as definições da seguinte forma:

Entendemos preservação de modo abrangente, compreendendo todas as ações que visam retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso dos bens culturais. Conservação-restauração seria o conjunto de práticas específicas, destinadas a estabilizar o bem cultural sob a forma física em que se encontra, ou, no máximo, recuperando os elementos que o tornem compreensível e utilizável, caso tenha deixado de sê-lo. Por conservação preventiva designamos o conjunto de ações não-interventivas que visam prevenir e/ou retardar os danos sofridos, minimizando o processo de degradação dos bens culturais (CÓDIGO DE ÉTICA DO CONSERVADOR-RESTAURADOR, 2005, p. 1)<sup>14</sup>

<sup>14</sup> No próprio documento podemos encontrar a citação de outros registros que influenciaram a sua elaboração: “O presente texto foi elaborado a partir dos Códigos do International Council of Museums – ICOM, do American Institute of Conservation – AIC, da European Federation of Conservator-Restorers Organizations ECCO e de DUVIVIER, Edna May de A, Código de Ética: um enfoque preliminar, in: Boletim da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais ABRACOR, Ano VIII, N. 1 Julho/1988, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.” (CÓDIGO DE ÉTICA DO CONSERVADOR-RESTAURADOR, 2005, p. 7).

Nesse documento, percebemos a importância do termo preservação, apresentado de “modo abrangente, compreendendo todas as ações que visam retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso dos bens culturais”, ou seja, aqui esse é o termo hiperônimo. A partir dessa perspectiva, Bojanoski (2018) faz uma representação gráfica da terminologia adotada no Código de Ética dos Conservadores-Restauradores brasileiros, reproduzida a seguir.

**Figura 4** – Termos propostos no Código de Ética dos Conservadores-Restauradores do Brasil.



**Fonte:** Silvana de Fátima Bojanoski (2018, p. 42).

Porém, em estudo terminológico mais aprofundado, realizado pela mesma autora, identificou-se que os termos propostos pelo Código de Ética não foram todos necessariamente adotados pelos profissionais brasileiros. Em artigo publicado em 2017 por Bojanoski, Francisca Ferreira Michelin e Cleci Regina Bevilacqua, como resultado parcial da pesquisa de doutoramento de Bojanoski, as autoras identificaram algumas dissonâncias entre a proposta terminológica do Código de Ética e os termos que mais aparecem nos anais da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR)<sup>15</sup> (BOJANOSKI, 2018, p. 42). De acordo com a estudiosa,

<sup>15</sup> “No artigo, publicado na Revista Calisdocópio, mostra-se os resultados do estudo terminológico pontual realizado no *corpus* conformado pelas comunicações dos eventos da ABRACOR no período de 1988 a 2009 e que foram publicadas na forma de anais. Os números referentes à frequência e pontuação foram obtidos com uma ferramenta usada em análises terminológicas denominada TermoStat.” (BOJANOSKI, 2018, p. 42). O nome correto da revista é *Calidoscópio*.

No estudo realizado buscamos identificar no corpus dos Anais da ABRACOR os termos propostos pela ICOM-CC e pelo Código de Ética dos conservadores-restauradores brasileiros. Considerando a lista de termos gerada no estudo, o termo *conservação* aparece em primeiro lugar (pontuação 140.38), seguido de *restauração* (pontuação 125.21). O termo *preservação* aparece em quinto lugar (pontuação 112.13). Também se identificou o termo *restauro*, uma variação de *restauração*, que aparece em 42º lugar (pontuação 56.51). O termo *conservação preventiva*, por sua vez, só aparece na lista em 105º lugar (pontuação 39.78). O termo que conjuga as palavras *conservação–restauração* tem baixa ocorrência (pontuação 25.38) nos Anais, se comparado com as outras formas. O termo *conservação curativa*, em uma tradução livre para o português do termo em inglês *remedial conservation*, discutido e proposto nos documentos do ICOM-CC, foi encontrado uma única vez. (BOJANOSKI, 2018, p. 43, grifos da autora).

Essa pesquisa demonstrou que a proposta de junção dos termos na grafia *conservação-restauração*, como registrada no Código de Ética supracitado, é pouco frequente nas publicações da ABRACOR (BOJANOSKI, 2018, p. 45), o que indica que ele foi pouco assimilado pelos(as) profissionais que lá publicaram (considerando o recorte temporal da pesquisa das autoras). Tais resultados da investigação de Bojanoski (2018) demonstram a polissemia e variedade de termos considerados como essenciais para o campo da preservação do patrimônio. Constatando essa variedade de termos e de seus respectivos sentidos, a autora afirma que “[...] ainda não existe um consenso, sendo esta uma característica de uma área ainda em processo de estruturação” (BOJANOSKI, 2018, p. 45).

De nossa parte, retomamos o pensamento de Pierre Bourdieu (2004) para evidenciar, nessa situação, alguns aspectos positivos: não há um consenso definitivo e, assim, o campo se mantém em movimento, dinâmico, vivo; logo, o campo pesquisa, discute, está em disputa e em busca de consensos possíveis, o que produz ganhos concretos e construídos coletivamente. O campo sempre estará em (re)construção enquanto ele existir e, dessa maneira, suas estruturas lógicas e físicas e suas regras permanecerão em jogo, em razão do próprio campo e das demandas – internas e externas – que poderão ser atendidas conforme as fronteiras da sua relativa autonomia.

Considerando o exposto, fizemos algumas escolhas para trazer nossa perspectiva sobre as definições dos termos essenciais para o campo da

preservação e suas respectivas hierarquizações, que, para nós, também representam âmbitos de atuação na preservação. Com isso, ao reconhecermos a recorrência do uso do termo preservação pelos profissionais brasileiros (BOJANOSKI, 2018, p. 43), adotamos sua acepção conceitual como termo hiperônimo, e a partir da aderência e da crítica pontual feita à sua definição, registrada no documento que estabelece as diretrizes do Programa Memória do Mundo<sup>16</sup>, chegamos à seguinte definição para o conceito de preservação: preservação é a soma das medidas necessárias destinadas a proporcionar acessibilidade a longo prazo ao patrimônio. A partir dessa perspectiva, entendemos a restauração e a conservação como termos hipônimos à preservação. Este último, também enquanto âmbito de atuação, é aqui percebido como hiperônimo dos termos conservação curativa e conservação preventiva.

Em resumo, a partir de nossa definição de preservação, abaixo dela encontramos os termos hipônimos conservação e restauração, conforme pode ser visto na representação feita na figura 5. Para um entendimento da nossa proposição, aderimos a três definições propostas pelo ICOM-CC (2008), relativas aos termos restauração, conservação curativa e conservação preventiva. Com relação ao termo conservação, por não o compreendermos como propõe o ICOM-CC, conforme o exposto nessa subseção, nosso entendimento sobre o termo reside na seguinte definição: conservação pode ser representada por todas as medidas preventivas e curativas destinadas a proporcionar a preservação e a acessibilidade a longo prazo ao patrimônio. A conservação abrange a conservação preventiva e a conservação curativa. Assim, temos os seguintes termos/conceitos, definições e relações hierárquicas:

- **Preservação:** a soma das medidas necessárias destinadas a proporcionar acessibilidade a longo prazo ao patrimônio.

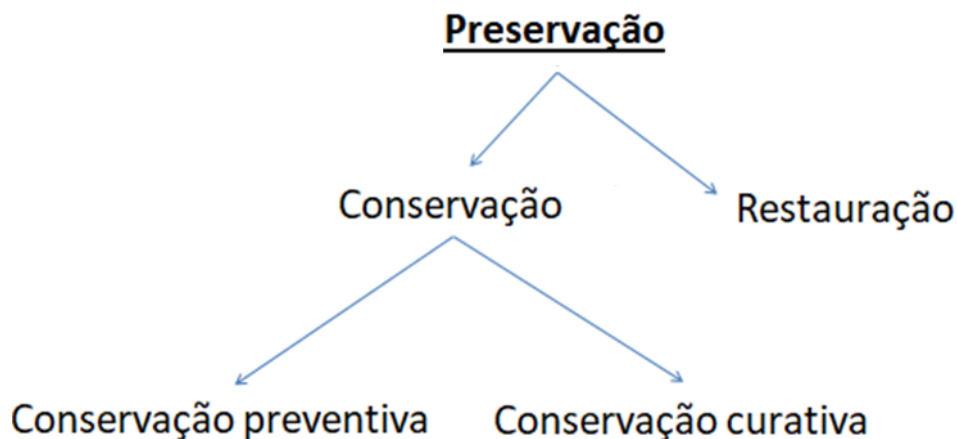
---

<sup>16</sup> Nele, “a preservação é a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente – para sempre — do patrimônio documental” (EDMONDSON, 2002, p. 15). Nossa crítica se refere ao “para sempre”, pois ressaltamos que não é possível preservar um bem material em seu estado original eternamente.



- **Conservação:** pode ser representada por todas as medidas preventivas e curativas destinadas a proporcionar a preservação e acessibilidade a longo prazo ao patrimônio. A conservação abrange a conservação preventiva e a conservação curativa.
- **Conservação curativa:** “todas as ações aplicadas diretamente a um item ou grupo de itens, com o objetivo de interromper os processos de danos atuais ou reforçar sua estrutura. Essas ações só são realizadas quando os itens estão em condições de fragilidade ou deterioração a tal ponto que podem ser perdidos em um tempo relativamente curto. Essas ações às vezes modificam a aparência dos itens.” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - COMMITTEE FOR CONSERVATION, 2008, p. 1-2, tradução nossa)
- **Conservação preventiva:** “todas as medidas e ações destinadas a evitar e minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas dentro do contexto ou nos arredores de um item, mas mais frequentemente em um grupo de itens, independentemente de sua idade e condição. Essas medidas e ações são indiretas – elas não interferem nos materiais e estruturas dos itens. Elas não modificam sua aparência.” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - COMMITTEE FOR CONSERVATION, 2008, p. 2, tradução nossa)
- **Restauração:** “todas as ações aplicadas diretamente a um único e estável item, visando facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Essas ações só são realizadas quando o item já perdeu parte de seu significado ou função devido a alterações ou deteriorações anteriores. Elas são baseadas no respeito ao material original. Na maioria das vezes, essas ações modificam a aparência do item.” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - COMMITTEE FOR CONSERVATION, 2008, p. 2, tradução nossa)

**Figura 5** – Conceitos essenciais para o campo da preservação e suas relações hierárquicas que também representam âmbitos de atuação em preservação.



**Fonte:** Autoria própria, baseado em Programa Memória do Mundo (EDMONDSON, 2002), ICOM-CC (2008) e Silvana de Fátima Bojanoski (2018).

Feita essa abordagem conceitual sobre os termos essenciais para o campo da preservação, a seguir apresentamos a restauração e a conservação em perspectiva histórica, procurando evidenciar suas raízes práticas e as disputas epistemológicas que vêm (re)conformando o campo ao longo do tempo, em suas dimensões teóricas e aplicadas.

### 3.3 A restauração e a conservação em perspectiva histórica

De acordo com Aloisio Arnaldo Nunes de Castro (2008), os estudos mais recentes, à época de sua pesquisa, sobre a história da conservação e da restauração de bens culturais no Brasil tinham ênfase na análise do patrimônio edificado, de pinturas, esculturas e materiais têxteis. Contudo, ele mesmo nos diz que, a partir do final da década de 1990, a temática da preservação de documentos arquivísticos, bibliográficos e de obras de arte em suporte papel passou a ganhar maior destaque, especialmente no âmbito da Ciência da

Informação, a partir da produção acadêmica em programas de pós-graduação. O autor se refere aos seguintes trabalhos: Silva (1998), Gomes (2000), Elias (2002), Beck (2006), Zúñiga (2005) e Hollós (2006).

Durante nossa pesquisa, percebemos que nos últimos 10 anos os estudos sobre a preservação também têm contemplado temáticas relativas à preservação digital e à gestão de riscos, o que tem ampliado o conceito de preservação para os documentos digitais e para uma perspectiva metodológica de administração da preservação. Referimo-nos aos seguintes trabalhos: Ribeiro (2012), Hannesch (2013), Tavares (2014) e Hollós (2014).

Com relação à história da preservação, alguns trabalhos apresentam exemplos de práticas preservacionistas que remontam à antiguidade, a partir de ações que visavam proteger ou recuperar objetos a partir de determinados valores, seja por “[...] motivos estéticos, funcionais, ritualísticos, simbólicos, dentre outros [...]” (BOJANOSKI, 2018, p. 61).

O sagrado é um dos valores que norteavam a preservação de bens materiais no mundo antigo. De acordo com Castro (2008), o que fora eleito “sagrado” pela civilização egípcia da época era merecedor de ações protetoras cuidadosas. Um exemplo é o suporte papiro, confeccionado a partir da planta *cyperus papiros*, substância orgânica constituída predominantemente por celulose, que se constituía como alimento para vários tipos de insetos. Por isso, o papiro como registro de mensagens de teor sacro gozava de atenção, devendo ser protegido visando a sua perenidade. Para tanto, foram identificadas algumas práticas de conservação em países do Oriente Médio daquela época, como a impregnação de documentos com produtos de poder repelente, assim como o armazenamento de documentos em caixas de madeira com conhecida propriedade repelente e ativamente inseticida (CASTRO, 2008, p. 13-14).

A proteção física de livros sagrados também era comum entre gregos e romanos, sobretudo com o estabelecimento e a expansão do cristianismo. A prática da encadernação para melhor conservá-los foi consequência da passagem do uso do rolo de pergaminho para o formato de *códex*, sistematizado pelo Império Romano a partir do século I. Com o cristianismo, o formato rolo ficou associado à literatura pagã, enquanto o *códex*, ao cristianismo (CASTRO, 2008, p. 15).

No período medieval, os mosteiros e as igrejas eram os guardiões de acervos e a eles cabiam a tarefa de conservação desse patrimônio (CASTRO, 2008, p. 17). Ainda de acordo com o estudioso, “há registros de reparos em livros de pergaminho no período medieval que denotam uma atividade ‘restauradora’” (CASTRO, 2008, p. 17). A preocupação com o furto de livros sagrados também era uma preocupação nesse período, quando livros eram acorrentados à estante de leitura para impedir que fossem roubados.

Mesmo com todos esses cuidados, o clero teve que lidar com a impossibilidade de permanência eterna de qualquer bem material. Sobre isso e as soluções encontradas, Castro escreve que

A incapacidade manifestada pelos clérigos em salvaguardar a constituição material dos livros frente aos agentes de degradação faz com que os religiosos os recopiem, formando-se, assim, outros exemplares. A deterioração da materialidade dos livros é inevitável, comparada, de modo análogo, à morte humana. Entretanto, a cópia que fora executada ganha significação de semente, ou seja, de ressurreição, de renascimento. As dualidades apresentadas como integridade *versus* deterioração, vida *versus* morte são recursos utilizados para justificar a prática de copiar as obras e, assim, salvaguardar o conteúdo informacional. O estabelecimento da simbologia da passagem (da deterioração à permanência, das trevas à luz), o ciclo vital, o mistério da ressurreição em Cristo atuam como argumentação para justificar a ação preservacionista defendida e praticada pelo clero. (CASTRO, 2008, p. 24)

Percebe-se, portanto, que o recurso da cópia não é novo, vide, como já explicitado, a inevitabilidade da perda. Nada dura para sempre.

O período renascentista provocou transformações nos modos de valorizar os bens culturais, provocando reflexos nas práticas de conservação e restauração. O interesse pelo antigo ganha espaço, sobretudo na valorização da arte clássica, o que também promove o colecionismo de antiguidades por meio da atribuição de valor a bens culturais antigos (CASTRO, 2008, p. 30).

Castro (2008, p. 30) ainda lembra que “Ana Maria Macarrón Miguel comenta que no período renascentista surge uma prática de restauração em que prevalece a instância estética sobre a histórica”. Tal perspectiva empírica direciona as práticas para reparos, complementação de áreas faltantes, inserções de novos elementos etc., gerando deturpações na materialidade e na instância histórica do objeto (CASTRO, 2008, p. 30). Essas práticas empiristas e “artesanal” de restauração do período – norteadas pelo critério de

valorização da antiguidade – tratam o bem cultural com fins de restituí-lo à sua forma original (CASTRO, 2008, p. 35), prezando pelo estético em detrimento do histórico (das marcas que evidenciam a historicidade do bem).

As repercussões do Iluminismo – baseado nos valores de razão e progresso – contribuíram para transformações políticas e sociais entre o final do século XVIII e início do XIX. Críticas ao Absolutismo, à Igreja Católica e ao Antigo Regime favoreceram o florescimento do capitalismo e da sociedade moderna. Nesse contexto, as revoluções industriais – com suas sucessivas transformações tecnológicas – forneceram novas bases para o mundo moderno. Em meio a tais mudanças, a Revolução Francesa representou um marco na mudança de mentalidade sobre como a sociedade europeia se relacionava com o passado (CASTRO, 2008, p. 36). Essas mudanças foram em direção ao respeito e à conservação dos monumentos, considerando seu valor histórico e possibilitando reflexões para o desenvolvimento e consolidação da conservação e da restauração do patrimônio cultural (MARTÍNEZ JUSTICIA, 2000, p. 173-175 *apud* CASTRO, 2008, p. 36)<sup>17</sup>. Exemplo dos impactos dessas transformações para a conservação e para a restauração é a noção de “patrimônio público”, que irá demandar uma nova postura dos restauradores. Nesse sentido, em 1793, o Museu do Louvre é aberto ao público e, em 1794, é criado o Arquivo Nacional da França, a primeira instituição do gênero concebida, por meio de lei, pelo Estado, para garantir a preservação dos documentos públicos daquele país.

Descobertas científicas da Química, no final do século XVIII, marcaram seu papel de relevância no âmbito da restauração nas primeiras décadas do século XIX, a partir de estudos sobre a constituição material dos objetos. Químicos, como Jean Chaptal, Pasteur e Berthelot contribuíram com seus estudos sobre restaurações em suporte papel (CASTRO, 2008, p. 37).

Alguns autores do século XIX e início do XX destacaram-se nas reflexões conceituais e filosóficas no campo da preservação, que repercutiram nos critérios de proteção do patrimônio, tais como Eugène Emmanuel Viollet-le-

---

<sup>17</sup> Referência completa: MARTÍNEZ JUSTICIA, Maria José. **Historia y teoria de la conservación y restauración artística**. Madri: Tecnos, 2000.

Duc (1814-1879)<sup>18</sup>, John Ruskin (1819-1900)<sup>19</sup>, Camillo Boito (1836-1914)<sup>20</sup>, Alois Riegl<sup>21</sup> (1858-1905) e Cesare Brandi (1906-1988)<sup>22</sup>.

De acordo com Yacy-Ara Froner e Alessandra Rosado (2008, p. 8), provavelmente as bases da conservação moderna têm seu marco em 1930, quando o Escritório Internacional de Museus da Liga das Nações<sup>23</sup>, criado em 1919, promoveu o primeiro encontro internacional para tratar sobre os princípios da restauração. Na ocasião, duzentos diretores de museus, historiadores da arte e cientistas reuniram-se em Roma para a conferência. Ainda segundo essas autoras,

[...] esta conferência propôs o estabelecimento de estudos dos métodos científicos para o exame e a preservação de objetos, monumentos e sítios arqueológicos, históricos e artísticos. Ao final de uma semana de debates intensos, os participantes assinaram um

---

<sup>18</sup> “Viollet-le-Duc (1814-1879) é uma figura incontornável no campo da restauração e sua concepção sobre o tema, enunciada no verbete ‘Restauração’ (publicado no *Dictionnaire Raisoné de L’Architecture Française de XV au XVI siècle*, editado entre 1854 e 1868), é de fundamental importância para a análise dos critérios empregados na preservação de monumentos do passado. As ideias de Viollet-le-Duc tiveram grande repercussão a partir de meados do século XIX, tanto na França, país em que centrou sua atuação, quanto no exterior. Imprimiu uma marca pessoal e indelével no que concerne às teorias de restauração, e seus textos, assim como suas obras, causaram, e continuam causando, muitas polêmicas e discussões.” (KÜHL, 2019).

<sup>19</sup> John Ruskin representou o respeito máximo ao original e às marcas da passagem do tempo, aconselhando manutenções periódicas e admitindo a possibilidade de “morte” de uma dada edificação (BOITO, 2008, p. 17).

<sup>20</sup> “Camillo Boito (1836-1914) é figura destacada no panorama cultural do século XIX, tendo sido arquiteto, restaurador, crítico, historiador, professor, teórico, literato e um analista dos mais argutos de seu próprio tempo. Teve ainda papel relevante na transformação da historiografia da arte e na formação de uma nova cultura arquitetônica na Itália. Como restaurador e teórico, tem um lugar consagrado na historiografia, sendo a ele reservada uma posição intermediária e moderada entre Viollet-le-Duc e Ruskin” (KÜHL, 2008, Orelha do livro).

<sup>21</sup> “Alois Riegl (1858-1905) [...] tratou do tema do julgamento de valor sobre a obra a ser restaurada, relacionando-o à percepção do sujeito que a reconhece, e considerando valores ampliados dos utilizados até então” (HANNESCH, 2013, p. 90).

<sup>22</sup> “Este teórico, cujos méritos se devem à consolidação da ideia de Restauração estabelecida a partir da temporalidade da obra de arte e, especialmente, do reconhecimento desta como tal, acrescentou outras questões e reflexões aos que o antecederam. Para Brandi (2004), a restauração deve responder ao exame particular de cada caso, constituindo-se em um ato crítico, apoiado em princípios, por este motivo a corrente brandiana é denominada Restauração Crítica [...]” (HANNESCH, 2013, p. 90).

<sup>23</sup> “A Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, criada ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com sede em Genebra, na Suíça, foi a primeira organização internacional de escopo universal em bases permanentes, voluntariamente integrada por Estados soberanos com o objetivo principal de instituir um sistema de segurança coletiva, promover a cooperação e assegurar a paz futura” (GARCIA, 1984).

documento confirmando a indispensabilidade dos laboratórios de pesquisa, tanto quanto dos estudos de história da arte e museologia. A Ciência a serviço da arte foi reconhecida e os primórdios da conservação moderna – pautada por estudos laboratoriais e pelo conhecimento dos materiais e das tecnologias construtivas – acabara [sic] de nascer (LEVIN, 1991 *apud* FRONER; ROSADO, 2008, p. 8).

A partir do século XIX, observamos duas grandes tendências que influenciaram as posturas sobre as teorias e práticas da conservação e da restauração no século XX, especialmente no âmbito da preservação do patrimônio arquitetônico e das obras de arte. Uma mais radical, intervencionista e que tinha como objetivo a recuperação do “original” e outra que prezava pela intervenção mínima (BOJANOSKI, 2018, p. 63). Essas vertentes antagônicas, concebidas na segunda metade do século XIX, podem ser percebidas nas posturas interventivas de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc e na oposição feita por Willian Morris e John Ruskin.

Viollet-le-Duc era um “arquiteto-restaurador”, responsável pela reconstrução de muitos monumentos, que acreditava na restauração como uma imitação e reconstrução “no estilo do original”, permitida a partir da utilização de padrões estéticos firmemente estabelecidos. De acordo com Beatriz Mugayar Kühl, ele

[...] procura entender a lógica da concepção do projeto que, quando compreendida como um todo, daria respostas unívocas. Não se contenta unicamente em fazer uma reconstituição hipotética do estado de origem, mas procura fazer uma reconstituição daquilo que teria sido feito se, quando da construção, detivessem todos os conhecimentos e experiências de sua própria época, ou seja, uma reformulação ideal de um dado projeto. O seu procedimento se caracterizava por, inicialmente, procurar entender profundamente um sistema, concebendo então um modelo ideal e impondo, a seguir, sobre a obra, o esquema idealizado. (KÜHL, 2019, p. 18).

Já Willian Morris e John Ruskin entendiam que as complementações estruturais e construções adjacentes destruíam o espírito original dos edifícios antigos (FRONER; ROSADO, 2008, p. 6-7). Contudo, as posições anti-intervencionistas de John Ruskin admitiam que os edifícios fossem consolidados, ou seja, que fossem feitas manutenções, até que não fosse mais possível postergar seu fim (BOJANOSKI, 2018, p. 65).

De acordo com Solange Zúñiga (2005, p. 31), em termos práticos, inicialmente não houve vencedores e vencidos, pois o patrimônio era tratado de acordo com a corrente adotada por quem nele trabalhava. Segundo ela, aos poucos foram se adensando as discussões em torno das práticas de restauro, o que fomentou reflexões críticas que culminaram no desenvolvimento teórico da área.

Camilo Boito apresenta o que nos parece ser uma perspectiva conciliatória e intermediária entre Viollet-le-Duc e John Ruskin sobre conservação e restauração. Ele considera a relevância dos vestígios da passagem do tempo, e propõe uma abordagem do monumento como um documento artístico e histórico. Boito preocupava-se com a autenticidade do documento/monumento, prezava pela intervenção mínima e pelo princípio de visibilidade dos elementos não originais adicionados durante a restauração, além de ser defensor da documentação detalhada sobre as intervenções que fossem realizadas (BOJANOSKI, 2018, p. 67).

Kühl (2008, p. 21-22) assim sintetiza as propostas de Camillo Boito: 1) ênfase no valor documental dos monumentos, que deveriam ser preferencialmente consolidados a reparados e reparados a restaurados; 2) evitar acréscimos e renovações, e se fossem necessários, deveriam ter caráter diverso do original, mas não poderiam destoar do conjunto; 3) os complementos de partes deterioradas ou faltantes, mesmo se seguissem a forma primitiva, deveriam ser de material diverso ou ter incisa a data da restauração; 4) as obras de consolidação deveriam limitar-se ao estritamente necessário, evitando-se a perda dos elementos característicos, ou mesmo, pitorescos; 5) respeitar as várias fases do monumento, sendo a remoção de elementos admitida se tivessem qualidade artística manifestamente inferior à do edifício; 6) registrar as obras, apontando-se a utilidade da fotografia para documentar a fase, antes, durante e depois da intervenção; 7) colocar uma lápide com inscrições e apontar a data e as obras de restauro realizadas<sup>24</sup>.

As proposições de Camilo Boito tiveram e ainda têm forte influência nas teorias sobre restauração. Seus princípios foram levados para a Conferência Internacional de Atenas, de 1931, pelo arquiteto e urbanista italiano Gustavo

---

<sup>24</sup> Estes princípios foram apresentados por Camilo Boito em 1883, durante o Congresso de Engenheiros e Arquitetos Italianos, realizado em Roma (KÜHL, 2018, p. 21).



Giovannoni. Promovido pela Sociedade das Nações, esse evento resultou na conhecida Carta de Atenas de 1931, na qual se recomenda abandonar as reconstituições integrais e adotar a manutenção regular e permanente dos edifícios, promovendo uma abordagem mais conservadora e menos interventiva (BOJANOSKI, 2018, p. 68).

De acordo com Kühl (2006, p. 19), a ênfase no valor documental dos monumentos se firmaria no século XX. Alois Riegl foi uma das pessoas que deram contribuições relevantes a esse respeito. Na virada do século XIX para o XX, ele apresentou perspectivas inovadoras para a teoria e prática da preservação de monumentos históricos, elaborando análises sobre o papel desses monumentos e das suas formas de apreensão social. Riegl contribuiu para a consolidação da preservação de bens culturais como campo disciplinar autônomo, deixando de ser “auxiliar” da História da Arte (KÜHL, 2006, p. 19-20). Rejeitando os postulados de originalidade e foco na estética, o pensamento de Riegl prezava pelo respeito ao documento histórico e seus traços de antiguidade, ou seja, às marcas da passagem do tempo (KÜHL, 2006, p. 21).

O belga Paul Philippot e o italiano Cesare Brandi fundaram as bases teóricas do ICCROM, o que repercutiu em diversos programas de treinamento e atividades de cooperação promovidas por esse instituto internacional. Ambos foram consultores da UNESCO e contribuíram com a redação de cartas, tratados e documentos forjados nas convenções da instituição. Suas teorias, ancoradas tanto nas ciências humanas quanto nas ciências exatas, tiveram grande influência no campo da preservação (FRONER; ROSADO, 2008, p. 10). Para Bojanoski (2018, p. 70), a teoria de Cesare Brandi estabelece claramente as duas instâncias que marcam as obras de arte, uma estética e outra histórica, ou seja, são feitas com fins artísticos e são contextualizadamente produzidas. De acordo com Zúñiga (2005, p. 36), Cesare Brandi propôs preceitos utilizados até hoje, como a reversibilidade das intervenções e a visibilidade das mesmas, retomando tais questões já propostas anteriormente por Boito e Giovannoni (BOJANOSKI, 2018, p. 71). Nas palavras de Zúñiga:

O rigor de princípios pode ser considerado como uma das características de sua obra, sendo o juízo crítico valorizado como embasamento a qualquer tomada de decisão em restauro. Sua teoria

da restauração fornece, aos profissionais de hoje, um sustentáculo teórico metodológico do qual é difícil prescindir. (ZUÑIGA, 2005, p. 36).

Segundo Bojanoski (2018, p. 69), na segunda metade do século XX, os textos de Roberto Pane, Renato Bonelli, Paul Philippot e Cesare Brandi contribuíram para formular os fundamentos da chamada “restauração crítica”, que, de acordo com Kühl (2007, p. 199), foi assim denominada para se entender a restauração como um processo histórico-crítico, que parte de uma pormenorizada análise da obra e não de categorias genéricas pré-determinadas.

Cabe ressaltar a coexistência das várias correntes teóricas no campo da preservação, sucintamente apresentadas aqui e que servem para demonstrar a heterogeneidade das perspectivas teóricas e práticas em disputa. Essa variedade de perspectivas não é um problema, mas um motor para soluções, ao estimular o campo a (re)pensar suas construções formativas, teóricas e práticas (BOJANOSKI, 2018, p. 73).

Percebe-se, também, que as primeiras discussões teóricas e conceituais sobre preservação, em âmbito internacional, estão fortemente demarcadas em torno da restauração e, especialmente, em relação à arquitetura e às obras de arte. Com o passar do tempo, ocorre o alargamento dessa visão, abrangendo a conservação e a restauração de bens culturais em um sentido mais amplo (BOJANOSKI, 2018, p. 73). Esse movimento levará o campo da preservação em direção ao fortalecimento do pensamento preventivo, em que a conservação ganha foco, sobretudo, em sua abordagem preventiva, assunto da próxima subseção.

### **3.3.1 A conservação preventiva**

Para Bojanoski (2018, p. 75), ainda que sejam identificadas raízes distantes no tempo de práticas de conservação preventiva, é possível identificar o início de sua sedimentação como uma disciplina autônoma nos anos 1980. Nesse período, segundo ela, as preocupações associadas ao controle do clima, principalmente em instituições museológicas, passaram a agregar outras questões, paulatinamente, relacionadas à conservação

preventiva, sedimentando-a como uma disciplina autônoma no campo da preservação e aplicável a todos os tipos de bens culturais materiais.

Bojanoski (2018) também ressalta a dificuldade de precisão quanto ao surgimento e sedimentação da conservação preventiva. Mesmo sendo recentemente consolidada, existem distintas versões sobre como ela se organiza, especialmente pela dificuldade de se estabelecer um marco temporal e espacial precisos. Contudo, a mesma autora diz ser possível pontuar alguns acontecimentos que permitem delimitar a conservação preventiva. Sobre a existência das primeiras práticas identificadas como preventivas, a estudiosa afirma que alguns autores, assim como o fazem em relação à conservação e a restauração, encontram exemplos de práticas de conservação preventiva desde tempos muito recuados. Outra abordagem frequente no campo é a que relaciona John Ruskin como seu precursor, justamente por sua perspectiva anti-intervencionista, como já abordado. Todavia, Bojanoski discorda dessa última abordagem ao afirmar que a defesa da conservação dos edifícios históricos, a partir da posição antirrestauração de Ruskin, não o torna precursor ou patrono da conservação e, tampouco, da conservação preventiva. A autora reconhece que possam ser identificadas raízes distantes para a conservação preventiva, mas que seu contexto específico de desenvolvimento se estabelece muito mais próximo dos dias atuais e está relacionado, principalmente, aos novos problemas enfrentados pelas instituições.

Alguns acontecimentos podem ser considerados para a conformação e consolidação da conservação preventiva como uma disciplina (BOJANOSKI, 2018, p. 76-77):

- Trabalhos publicados por conservadores-restauradores anglo-saxões no início do século XX, sobretudo na década de 1930, que identificavam os agentes e os processos de deterioração que afetavam coleções de museus, entendendo que seu controle era a principal medida a ser tomada para preservar os bens custodiados nessas instituições.
- Os impactos da II Guerra Mundial como um dos marcos iniciais para a mudança de mentalidade sobre a preservação.
- A publicação, em 1957, da obra de H. J. Plenderleith, *The Conservation of Antiquities and Works of Art: Treatment, Repair and Restoration*, que propõe uma classificação para os agressores do patrimônio cultural em

três grupos: a umidade, a poluição e a negligência, e “[...] de acordo com Guichen, esta publicação tem especial importância por três razões: o prestígio do autor no Museu Britânico, a amplitude do tema tratado e sua difusão pelo mundo” (BENOÎT DE TAPOL, 2009, p. 36 *apud* BOJANOSKI, 2018, p. 76).

- A publicação da obra de Garry Thomson, em 1978, *The Museum Environment*, significativa nesse contexto.
- As reflexões a partir da perda de grandes conjuntos documentais em decorrência da inundação ocorrida em Florença, em 1966 (ZUÑIGA, 2005, p. 40-41).
- A identificação do chamado “problema do papel quebradiço”, identificado pela primeira vez em instituições norte-americanas na década de 1960 (FEATHER, 1990, p. 317; 1996, p. 5 *apud* ZUÑIGA, 2005, p. 41).
- O papel do ICCROM no desenvolvimento da conservação preventiva, com cursos sobre “prevenção em museus”, a partir de 1975 e que duraram até 1990.
- A fecundidade dos anos 1990 com uma série de acontecimentos, publicações e eventos relacionados ao tema.

De acordo com Solange Zúñiga (2005, p. 43), a década de 1990 representa um marco para a mudança de mentalidade no campo da preservação, a partir do estabelecimento da conservação preventiva. Múltiplas causas contribuíram para essa mudança, provocando reflexões em direção à ênfase em abordagens preventivas a fim de evitar a necessidade de práticas interventivas.

Ainda sobre os anos 1990, podemos citar o Plano Delta (1991), um programa nacional de salvaguarda de coleções dos Países Baixos, que serviu de modelo e influenciou inúmeros outros países; o programa de Prevenção dos Museus Africanos (PREMA), aplicado em 32 países; a criação, em 1994, de um diploma de estudos especializados em conservação preventiva na Universidade de Paris; o III Colóquio Internacional da *Association des Restaurateurs d’Art et d’Archaeologie de Formation Universitaire* (ARAAFU), que aconteceu em 1992, na cidade de Paris; o Congresso organizado pelo *Canadian Conservation Institute* (CCI), em Ottawa, em 1994; e as contribuições

do CCI para avanços na conservação preventiva, que incluem pesquisadores como Stephan Michalski<sup>25</sup> (BOJANOSKI, 2018, p. 78-79).

Com seu estabelecimento enquanto disciplina e âmbito de atuação, cresce a transversalidade da conservação preventiva e suas formas de aplicação em diversos tipos de patrimônios. De acordo com Bojanoski (2018), no início do século XXI, tornou-se mais comum a aplicação da conservação preventiva para além dos espaços museológicos, sendo apropriada por uma extensa variedade de locais, acervos e profissionais. A autora destaca a importância da conservação preventiva ao dizer que “seus avanços são tantos que atualmente é indiscutível que se trata de um campo de conhecimento específico e autônomo dentro da Conservação de bens culturais.” (BOJANOSKI, 2018, p. 83).

Ainda em 1995, o ICOM divulga o texto “A conservação preventiva: uma profunda mudança de mentalidade”, de Gaël de Guichen. Para Castro, essa publicação é considerada um referencial para a consolidação de uma nova mentalidade preservacionista (CASTRO, 2008, p. 143).

Em outro texto publicado também nos anos 1990, intitulado “*La conservación preventiva: ¿simple moda pasajera o cambio trascendental?*”, Guichen faz um resumo da importância da conservação preventiva para o campo da preservação de forma bastante explícita. Nele, o estudioso afirma que a conservação preventiva implica mudar uma antiga mentalidade, em que o objeto de ontem se converta na coleção de hoje; a sala, em edifício; o indivíduo, em equipe; o presente, em futuro; os profissionais, em público, no mais amplo sentido da palavra; o segredo, em comunicação; e o como, em por que (GUICHEN, 1999, p. 5). Essas ideias são tão relevantes para a proposta e afirmação da conservação preventiva que foram sustentadas até então pelo ICCROM quase da mesma forma como Guichen publicou em 1999, como podemos ver na figura 6.

---

<sup>25</sup> Stefan Michalski é graduado em Física e Matemática (1972) e formado como conservador pelo Programa de Mestrado em Conservação de Arte da Queen's University (*Queen's University Master of Art Conservation*). Juntou-se ao Instituto Canadense de Conservação (CCI) em 1979. Durante a sua carreira, iniciou o desenvolvimento de muitas ferramentas no CCI para colaborar na preservação de coleções, incluindo o Módulo de Controle de Umidade Relativa (1981), a Regra de Deslizamento de Danos Ligeiros (1988), o Quadro de Conservação de Coleções de Museus (1994), e a calculadora de danos ligeiros (2012). Foi convidado a participar da comissão responsável pelo capítulo “Museus, Bibliotecas e Arquivos” no Manual ASHRAE (1999), dentre outras atividades (CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE, 2019).

**Figura 6 –** Conservação Preventiva em 7 pontos.



**Fonte:** *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) (2019).*

Ainda segundo Guichen (1999), essa nova perspectiva preventiva não é uma simples moda passageira, é muito mais que a manutenção e supervisão das condições climáticas e, sem dúvidas, produzirá mudanças importantes. Considerando o ambiente de um museu, ele afirma que tais mudanças ocorrerão na formação que todos os membros da instituição – do administrador ao arquiteto, do técnico ao conservador-chefe, do vigilante ao guia – deverão ter em conservação preventiva ou receber instruções sobre seus princípios básicos; além disso, que ocorrerão mudanças na organização (museu), e que nos museus mais importantes deverão ser criados postos específicos e, nos demais, deverão ser adicionadas responsabilidades complementares para a contratação de seus funcionários; também no planejamento deverão ser feitas previsões orçamentárias e uma realocação de recursos, visando a realização de ações necessárias para se evitar danos ao acervo; e, por fim, o público

deverá estar bem informado, por todos os meios viáveis, sobre o valor e a fragilidade dos objetos expostos.

Ao considerar a necessidade dessas mudanças para os processos de preservação, o autor apresenta uma forma de organizá-las, por meio do planejamento da execução da conservação preventiva. Esse planejamento deve englobar todas as pessoas envolvidas com a preservação do patrimônio, prevendo a aplicação de medidas definidas com precisão para prevenir danos oriundos de causas naturais e humanas de deterioração das coleções, a fim de aumentar sua vida útil e propiciar a difusão das mensagens que elas contêm. No fim do texto, Guichen chama a atenção para a demora da aplicação da conservação preventiva como uma prática comum e necessária (GUICHEN, 1999).

Atualmente, podemos afirmar que temos a conservação preventiva como uma tendência entre profissionais do campo da preservação do patrimônio (CARVALHO, 2018). E que, como ressalta Guichen, “mais vale tarde do que nunca” (1999, p. 6, tradução nossa).

No contexto brasileiro, os anos 1990 demarcaram a inserção do conceito de conservação preventiva, a partir de marcos teóricos internacionais, a exemplo do que foi feito por meio do Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA). Essa iniciativa promoveu um amplo programa de tradução, publicação e distribuição gratuita de textos técnicos sobre temas prioritários referentes ao planejamento e administração de programas de conservação preventiva (CASTRO, 2008, p. 144). Em 1997, o Projeto CPBA publicou uma seleção de 53 títulos sobre conservação preventiva de livros e documentos, filmes, fotografias e meios magnéticos (ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO, 2001).

Como reflexo dessa inserção e sedimentação, Aloisio de Castro afirma que

[...] a adoção da conservação preventiva promoveu uma revisão conceitual nas políticas de trabalho das instituições públicas detentoras de acervos, na atuação profissional dos conservadores-restauradores, **nas ementas das disciplinas dos cursos de graduação e de pós-graduação** e na pesquisa de técnicas e materiais aplicáveis à conservação preventiva. Observa-se, ainda, nos editais das leis de incentivo à cultura, bem como no editais dos órgãos oficiais de fomento à pesquisa científica, a relevância na

definição de linhas de projetos com tônica na conservação preventiva. (CASTRO, 2008, p. 144, grifos nossos).

Froner e Rosado (2008) ressaltam que, hoje, a conservação preventiva promoveu significativa e profunda mudança de mentalidade no campo da preservação. Elas afirmam que não basta resgatar, investigar, expor e até mesmo restaurar sem que haja uma política preventiva anterior a essas operações. Assim, o investimento em conservação preventiva não se resume à aplicação de conhecimentos técnicos, mas passou a ser um compromisso ético das instituições.

Cabe lembrar que, quando abordamos a preservação a partir de uma perspectiva holística, não podemos tratar apenas sobre documentos analógicos, desconsiderando os digitais. Ambos podem ser identificados como bens culturais materiais móveis e serem alvo de estratégias de preservação. Portanto, a subseção seguinte é dedicada à preservação de documentos digitais.

### **3.3.2 A preservação de documentos digitais**

Aureliana Tavares (2013) apresenta uma simples e eficiente analogia que nos possibilita ter um olhar integrador e holístico sobre o campo da preservação ao considerarmos a preservação digital como sua integrante. Para ela, preservar significa conceber ações ou medidas para proteger, cuidar e manter os documentos em condições de serem acessados. Desse modo, a preservação digital representa os mesmos fins da preservação “tradicional” acrescida das particularidades dos documentos digitais (TAVARES, 2013, p. 3). A preservação digital pode, assim, ser identificada como análoga à preservação já definida nesta tese, considerando as particularidades dos documentos e objetos digitais para a manutenção de sua inteligibilidade, integridade e autenticidade ao longo do tempo.

Enquanto o documento digital pode ser definido como “documento codificado em linguagem binária digital ou convertido para formato digital legível por máquinas independente do suporte físico e de sua mensagem



original [...]” (REDE CARINIANA, [2016a]), objeto digital pode ser definido como “tipos de arquivos encontrados em meio digital compostos de conjuntos de sequências de bits sobre conteúdos informacionais. [sic] metadados e identificadores” (REDE CARINIANA, [2016a]). Como explica Miguel Ángel Márdero Arellano,

em geral, um objeto digital é um componente digital necessário para reproduzir um documento eletrônico. Ele não é apenas um arquivo, dentro de uma biblioteca digital, mas está composto de várias partes: metadados (descritivos, administrativos, estruturais, de preservação); arquivos de preservação; arquivos de disseminação (2008, p. 47-48).

Como muitos autores e autoras se especializam sobre esse ramo de atuação do campo da preservação, produzindo diversos estudos e cunhando definições mais ou menos aceitas, apresentaremos algumas dessas definições com o propósito de evidenciar que a preservação digital faz parte do campo da preservação e que, dessa forma, pode ser compreendida como uma das especificidades de atuação no campo.

Preservação digital é preservação. Tal perspectiva alinha-se a uma abordagem integradora, particularmente para a preservação de bens culturais materiais móveis, ao contemplar todas as suas especializações e âmbitos de atuação e ao destacar a importância de que tais conteúdos estejam presentes no ensino de preservação de arquivistas, bibliotecários, museólogos e cientistas da informação. Caso contrário, sem o mínimo de preparo para lidar com a preservação dos documentos digitais, os profissionais que lidam diretamente com sua gestão e preservação passarão a preservar “apenas” os registros analógicos da nossa história. Isso pode repercutir na perda de capital científico e político dessas profissões, por conseguinte, de prestígio no mundo do trabalho e de ingerência sobre a preservação do nosso patrimônio documental digital em razão do despreparo para lidar com demandas já não tão novas.

Ao compreendê-la como uma área de especialização do campo da preservação, pode-se dizer que a preservação digital pode ser aplicada nos âmbitos preventivo e corretivo das medidas de preservação. José Barateiro, Gonçalo Antunes e José Borbinha apresentam a seguinte definição para a preservação digital:

[...] preservação digital combina políticas, estratégias e ações para garantir que os objetos digitais permaneçam autênticos e acessíveis aos usuários e sistemas por um longo período, independentemente dos desafios de componentes e falhas de gerenciamento, desastres naturais ou ataques. (BARATEIRO; ANTUNES; BORBINHA, 2009, p. 2, tradução nossa<sup>26</sup>).

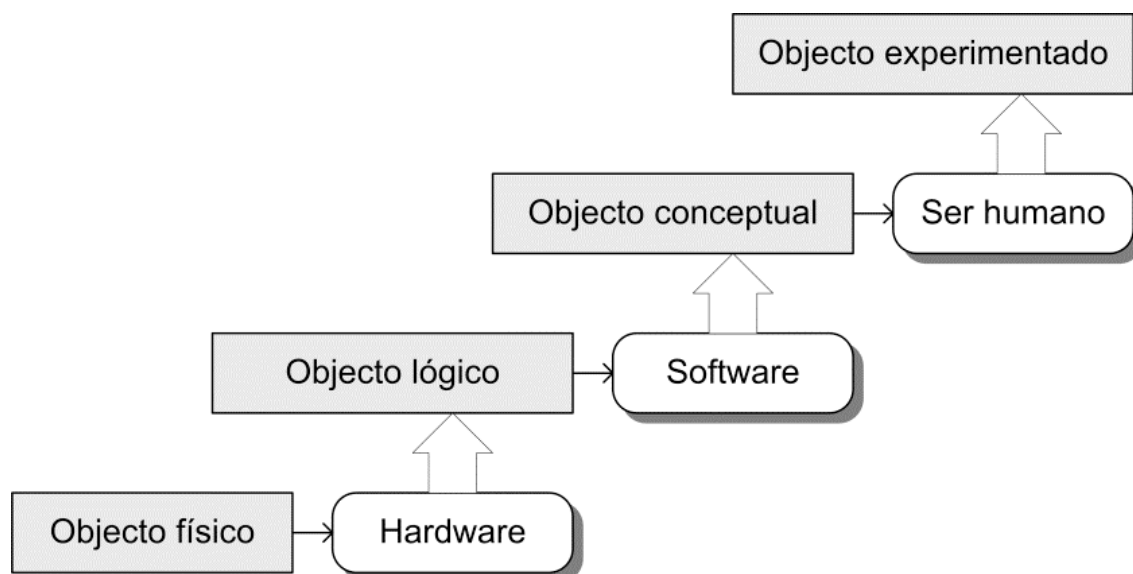
De acordo com Márdero Arellano (2008, p. 32), a preservação digital passou a ser reconhecida como tal a partir dos anos 1990. Suas condições básicas requerem, segundo ele, métodos e tecnologias que contemplem o gerenciamento dos objetos digitais em três níveis: o físico, o lógico e o conceitual (MÁRDERO ARELLANO, 2008, p. 43-44). Esses níveis se relacionam para que um objeto digital possa ser lido e interpretado por um ser humano.

Um objeto digital tem seu nível físico quando o identificamos como símbolos ou sinais inscritos em algum suporte (disco rígido, CD, DVD, disquete etc.). O *hardware*, nesse caso, assume o papel de transformar o que está inscrito no suporte em um conjunto de dados que o *software* irá manipular. Esse conjunto de dados encontra-se geralmente organizado de acordo com as regras ditadas pelo *software* que foi utilizado para produzir o objeto digital. Tais regras estruturam aquilo que chamamos no cotidiano como formato do documento (.doc, .pdf, .mp3, .mp4 etc.), que representa o nível lógico do objeto digital. Ao *software*, cabe prepará-lo para ser apresentado ao ser humano, de forma inteligível a ele, por meio de um periférico de saída, como um monitor ou uma caixa de som, por exemplo. A imagem que se forma na mente do ser humano, receptor dessa representação do documento decodificado, representa o nível conceitual do objeto digital. Esse último nível remete a formas e/ou concepções familiares aos seres humanos, preexistentes no mundo real, como livros, filmes ou fotografias, sendo essa representação, do ponto de vista do usuário, o que deve ser preservado ao longo do tempo (FERREIRA, 2006, p. 21-23). Tais relações estão representadas na figura 7.

---

<sup>26</sup> No original: "Digital preservation combines policies, strategies and actions to ensure that digital objects remain authentic and accessible to users and systems over a long period of time, regardless the challenges of component and management failures, natural disasters or attacks".

**Figura 7** – Diferentes níveis de abstração de um documento digital.



**Fonte:** Miguel Ferreira (2006, p. 23).

Como ressalta Márdero Arellano (2008, p. 48), na preservação de documentos digitais, assim como na de documentos analógicos, é necessária a adoção de ferramentas que protejam e garantam a sua manutenção. Essas ferramentas deverão servir tanto para a prevenção de danos e redução de riscos – conforme a conservação preventiva – quanto para recuperar ou restaurar documentos já danificados – conforme a conservação curativa ou a restauração. O autor exemplifica alguns riscos de degradação dos documentos digitais, tais como os efeitos danosos a partir da temperatura e umidade relativa inadequadas, da poluição e das ameaças biológicas; o uso indevido e/ou constante; as catástrofes naturais e a obsolescência tecnológica. Dito isso, conclui-se que a aplicação das estratégias de preservação para os documentos digitais é uma prioridade, e que sem elas não haveria como proporcionar confiabilidade, integridade e acesso a esses documentos a longo prazo.

Fanny do Couto Ribeiro (2012) chama a atenção para o fato de que muitas estratégias de preservação digital vêm sendo concebidas, mas que nenhuma é universal e apropriada para todos os casos, tipos de instituições ou dados. Segundo ela, a escolha da estratégia dependerá do dado, da natureza

do objeto digital e de quais aspectos devem ser mantidos, podendo variar de um repositório digital<sup>27</sup> para outro. Dessa forma, faz-se necessário incluir estratégias de preservação nesses repositórios para que os objetos digitais permaneçam acessíveis e que qualquer alteração autorizada nos objetos seja devidamente documentada, com a finalidade de constituição e manutenção de repositórios digitais confiáveis<sup>28</sup>.

Ribeiro (2012) apresenta uma relação e um resumo do que ela classifica como as principais estratégias, a partir dos trabalhos de Thomaz e Soares (2004), Márdero Arellano (2004), Ferreira (2006) e do projeto *Preserving Access to Digital Information* (PADI). A autora classifica tais estratégias como estruturais e operacionais. Como estratégias estruturais, ela elenca as seguintes: adoção de padrões, elaboração de manuais, metadados para preservação digital, montagem de infraestrutura para preservação e formação de uma rede de relações. Como estratégias operacionais, ela elenca: preservação de tecnologia, arqueologia digital, refrescamento, *universal virtual computer* (UVC), emulação, migração (que inclui as seguintes “sub-estratégias”: migração/conversão, migração para suportes analógicos, migração distribuída, normalização, encapsulamento, atualização de versões, conversão para formatos concorrentes e *backup*) (RIBEIRO, 2012, p. 68-71)<sup>29</sup>.

Nesse sentido, Ribeiro (2012) ressalta que lidar com a preservação digital demanda o constante controle de riscos e atuação política. A autora busca, por meio de seu estudo, desenvolver métodos de monitoramento e uso da análise de riscos com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos contextos de perigo que envolvem o patrimônio registrado em meios digitais.

Com as mesmas preocupações, Barateiro, Antunes e Borbinha (2009) preparam uma abordagem para a preservação digital baseada na gestão de

---

<sup>27</sup> Definição para repositório digital: “sistema de informação on-line encarregado de gerar e armazenar objetos digitais para seus subsequentes acessos e recuperações” (REDE CARINIANA, 2016b)

<sup>28</sup> Definição para repositório digital confiável: “resultado da associação de repositórios institucionais serviços de preservação e arquivos por área de conhecimento tem como missão prover acesso de longo prazo confiável a recursos digitais gerenciados para suas comunidades alvo hoje e no futuro” (REDE CARINIANA, 2016b)

<sup>29</sup> Para detalhes sobre cada uma dessas estratégias, ver “QUADRO 1 - Tipos de Estratégias de Preservação Digital”, em Fanny Ribeiro (2012, p. 68-71).

riscos para conceber e avaliar/auditar ambientes de preservação digital (repositórios digitais, por exemplo). Em seu trabalho, os autores tratam das definições de contexto e requisitos para a preservação digital e sobre a identificação de ameaças e vulnerabilidades a que os objetos e documentos digitais podem estar expostos (BARATEIRO; ANTUNES; BORBINHA, 2009, p. 1). Eles apresentam uma relação e classificação de vulnerabilidades e ameaças possíveis (BARATEIRO; ANTUNES; BORBINHA, 2009, p. 6), que compreendem:

- **Vulnerabilidades:** dados (falhas de mídia e obsolescência de mídia); infraestrutura (falhas de *hardware*, falhas de comunicação, obsolescência de *hardware* e falhas de serviço de rede); processo (falhas de *software* e obsolescência de *software*).

- **Ameaças:** desastres (naturais e erro operacional humano); ataques (internos e externos); gestão (falhas de organização e econômicas); legislação.

Para esses estudiosos, a preservação digital geralmente faz uso dos conceitos de gerenciamento de riscos para avaliar repositórios, e não necessariamente para concebê-los. A auditoria de repositórios digitais baseadas na avaliação de riscos se concentra na identificação, classificação e avaliação dos riscos de acordo com as especificidades contextuais de cada repositório digital (BARATEIRO; ANTUNES; BORBINHA, 2009).

Um exemplo de aplicação dessa proposta de abordagem pode ser encontrado na Biblioteca Nacional Alemã de Economia (*German National Library of Economics – ZBW*), onde sua política de preservação define as diretrizes da instituição para a preservação digital. A ZBW opera um sistema de preservação digital em conjunto com outras duas bibliotecas alemãs, a *Leibniz Information Centre for Science and Technology University Library* e a *ZB-MED (German National Library of Medicine - Information Centre for Life Sciences)* (ZARNITZ; TUNNAT, 2018, p. 1). De acordo com a própria ZBW,

O Arquivo Digital da ZBW oferece uma gestão de risco detalhada. É possível definir riscos para cada formato de arquivo [documento digital] se houver um risco conhecido. Além disso, é possível definir um risco para um formato de arquivo que só se aplica em

determinadas circunstâncias [...]. A equipe de curadores digitais sempre descreve os riscos da forma mais detalhada possível. Todo o conteúdo arquivado no arquivo digital é testado regularmente através da ferramenta de gestão de riscos. Por exemplo, os riscos podem ser atenuados pela migração para um formato mais recente que comporte menos riscos para a disponibilidade a longo prazo. (ZBW, [2017?], p. 1, tradução nossa<sup>30</sup>).

Observa-se, portanto, a importância da preservação digital e da metodologia de gestão de riscos para o trabalho no campo da preservação.

Como afirma Erin Baucom (2019), a preservação digital é a única maneira de manter os recursos digitais já existentes e os que ainda existirão, nos quais as organizações investem tempo, dinheiro e recursos humanos. Para ela, muitos materiais do patrimônio cultural nunca existirão em outra forma senão como objetos digitais e que, sem iniciativas para preservá-los, esses bens serão perdidos com o tempo. Como lembra Ribeiro (2012), estamos em tempos em que os documentos digitais são perdidos com a mesma facilidade que gerados.

Em razão da importância da gestão de riscos não somente para a preservação digital, mas também como um instrumento metodológico para o campo da preservação como um todo, a próxima subseção abordará sobre como essa metodologia pode ser apropriada pelos profissionais que atuam no campo, com as vantagens de direcionar os seus saberes e fazeres para uma perspectiva preventiva, gerencial, holística e eficaz.

### **3.3.3 A gestão de riscos como metodologia para a preservação**

A gestão de riscos pode ser genericamente compreendida como uma metodologia com a finalidade de fornecer suporte à proteção dos recursos humanos, financeiros e materiais frente a consequências negativas de eventos

---

<sup>30</sup> No original: “The ZBW Digital Archive offers a detailed risk management. It is possible to define risks to each file format, if there is a known risk. Furthermore, it is possible to define a risk to a file format that only applies under certain circumstances. For instance, a file format only bears a risk for long-term availability if the file does not match the file format specifications or if the file format exceeds a certain size. The digital curation team always describes risks as detailed as possible. All the content archived in the digital archive is tested via the risk management tool on a regular basis. For instance, the risks can be mitigated by migration to a more recent file format that bears fewer risks for the long-term availability.” (ZBW, [2017?], p. 1)

que possam ameaçar a realização dos objetivos de uma organização (TAVARES, 2013, p. 4).

De acordo com José Luiz Pedersoli Júnior, em entrevista à revista *Acervo do Arquivo Nacional do Brasil*, essa metodologia, da forma que é praticada atualmente, tem suas origens nos anos 1960. Inicialmente associada à indústria seguradora, a gestão de riscos é hoje apropriada e utilizada por instituições e empresas privadas de setores da saúde, do meio ambiente, de negócios etc. Ela foi apropriada para a preservação do patrimônio cultural móvel em meados dos anos 1990 e vem despertando um interesse crescente por parte de instituições e profissionais do campo da preservação, pois representa uma contribuição adicional às estratégias de segurança e conservação preventiva, permitindo o estabelecimento de prioridades para ações preventivas, de forma embasada e transparente (PEDERSOLI JÚNIOR, 2010, p. 8)

Adriana Cox Hollós e José Luiz Pedersoli Júnior (2009) demonstram a viabilidade e a importância da apropriação da gestão de riscos como metodologia científica para a preservação de documentos. Segundo eles, a formulação de um programa eficaz de preservação pressupõe o conhecimento detalhado sobre o acervo sob guarda de uma determinada organização, seu(s) valor(es) e uso(s) e os riscos de deterioração a que o acervo está sujeito. Nesse sentido, a metodologia de gestão de riscos vem sendo adaptada e utilizada para a seleção de prioridades de ação no trabalho de gestão da preservação de acervos. Ambos destacam a relevância da norma técnica australiana e neozelandesa sobre gestão de riscos – a AS/NZS 4360:2004 – como precursora da norma ISO 31000:2009 (HOLLÓS; PEDERSOLI JÚNIOR, 2009), atualmente substituída pela ISO 31000:2018 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. v).

No Brasil, a norma ABNT NBR ISO 31000:2018 representa “[...] uma adoção idêntica, em conteúdo técnico, estrutura e redação, à ISO 31000:2018, que foi elaborada pelo *Technical Committee Risk Management (ISO/TC 262)*” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. v). Essa norma apresenta o seguinte escopo:

Este documento fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações. A aplicação destas diretrizes pode ser personalizada para qualquer organização e seu contexto. Este documento fornece uma abordagem comum para gerenciar qualquer tipo de risco e não é específico para qualquer indústria ou setor. Este documento pode ser usado ao longo da vida da organização e aplicado a qualquer atividade, incluindo a tomada de decisão em todos os níveis. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 1)

A partir dessa perspectiva geral sobre a metodologia, a norma ABNT NBR ISO 31000:2018 define risco como “efeito da incerteza nos objetivos”, ponderando que (1) um efeito representa um desvio em relação ao esperado, podendo ele ser positivo, negativo ou ambos, e pode abordar, criar ou resultar em ameaças e/ou oportunidades; (2) objetivos podem possuir diferentes aspectos e categorias, podendo ser aplicados em diferentes níveis; e (3) um risco é normalmente relacionado a fontes de risco, eventos potenciais, suas consequências e suas probabilidades (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 1).

A norma estabelece diretrizes que contemplam os princípios gerais, a estrutura e as etapas do processo de gestão de riscos. Quanto aos princípios, ela os apresenta como orientações sobre as características da gestão de riscos que a tornam eficaz e eficiente, sendo eles a base para gerenciar riscos. Propõe que tais princípios sejam considerados durante o estabelecimento da estrutura e do processo de gestão de riscos de uma organização, uma vez que estabelecem que a gestão de riscos deve ser: integrada (ser parte integrante de todas as atividades organizacionais), estruturada e abrangente, personalizada (ao seu contexto de aplicação), inclusiva e dinâmica. Além disso, deve possuir as melhores informações disponíveis, que considere os fatores humanos e culturais e seja planejada para sua melhoria contínua (por meio do aprendizado e das experiências adquiridas durante o processo) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 3-4).

Quanto à estrutura, o seu propósito é o de apoiar a organização na integração da gestão de riscos às suas atividades. A eficácia da gestão de riscos dependerá da sua integração na governança organizacional e em todas as suas atividades, o que inclui diversas tomadas de decisão, em diferentes níveis (o que requer apoio das partes interessadas e, em especial, da alta direção). A estrutura proposta engloba: liderança e comprometimento,

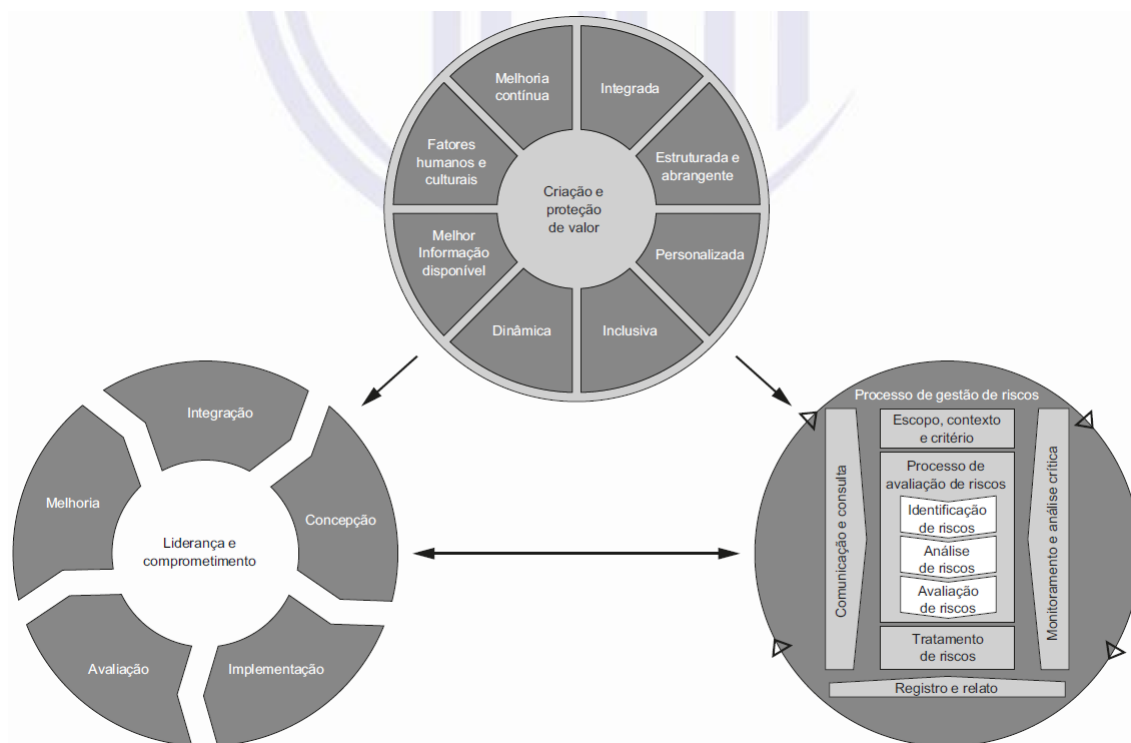


integração, concepção (entendimento da organização e seu contexto; articulação do comprometimento com a gestão de riscos; atribuição de papéis organizacionais, autoridades, responsabilidades e responsabilizações; alocação de recursos e estabelecimento da comunicação e consultas permanentes), implementação, avaliação e a melhoria (adaptação e melhoria contínua do processo) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 4-9).

Quanto ao processo de gestão de riscos em si, ele envolve as atividades de comunicação e consulta; o estabelecimento de escopo de atuação, contexto e critérios (definição do escopo do trabalho, dos contextos externo e interno, bem como dos critérios de risco); o processo de avaliação de riscos (identificação, análise e avaliação de riscos); o tratamento de riscos (seleção de opções de tratamento de riscos e preparo para a implementação de planos de tratamento de riscos); o monitoramento e análise crítica; o registro e o relato sobre o processo. Convém que o processo de gestão de riscos seja integrado às tomadas de decisão, à estrutura, às operações e aos processos da organização (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018, p. 9-16).

A figura 8 representa as relações entre os princípios, a estrutura e o processo de gestão de riscos propostos na ABNT NBR ISO 31000:2018.

**Figura 8 – Princípios, estrutura e processo de gestão de riscos.**



**Fonte:** ABNT NBR 31000/2018 (2018, p. vi).

José Luiz Pedersoli Júnior explica como a gestão de riscos pode ser apropriada e aplicada para a preservação do patrimônio, como um instrumento eficaz para a otimização das tomadas de decisão a respeito. Sua utilização possibilita uma visão abrangente e simultânea de diversos tipos de risco para o patrimônio, desde eventos emergenciais e catastróficos (como grandes incêndios, enchentes etc.) até diferentes processos de degradação que ocorrem de forma mais lenta e contínua (como o enfraquecimento de suportes celulósicos, danos por insetos, corrosão por tintas ferrogálicas etc.). A partir da identificação e análise dos riscos, é possível o estabelecimento de prioridades de ação e de alocação de recursos para mitigá-los. Nesse sentido, estratégias sustentáveis podem ser empreendidas para minimizar os impactos negativos sobre o objetivo de preservar e disponibilizar o acesso a longo prazo do patrimônio cultural. Como exemplo de opções de estratégias que podem ser implementadas em arquivos, bibliotecas e museus, o autor cita a instalação de controle climático, de um sistema de vídeo-vigilância, de equipamento de

detecção e combate a incêndio. Sobre “o que fazer primeiro?” e “quais as prioridades do acervo?”, ele diz que a metodologia de gerenciamento de riscos permite a definição dessas prioridades visando maximizar o uso dos recursos disponíveis. De acordo com ele, esse instrumento metodológico para a preservação dos acervos permite o estabelecimento de estratégias bem-sucedidas para a preservação do patrimônio cultural de forma holística, fomentando a colaboração intersetorial, interinstitucional, interdisciplinar e promovendo a criação de sinergias para o alcance do objetivo comum de preservar o patrimônio de forma mais eficiente (PEDERSOLI JÚNIOR, 2010, p. 8-10).

Adriana Hollós e Pedersoli Júnior explicam de forma clara e resumida como entendem o processo de gestão de riscos para a preservação do patrimônio cultural, ao apresentarem as etapas do processo em perspectiva sequencial:

- 1) **estabelecer o contexto** em que os riscos serão gerenciados (explicitar os objetivos da organização, definir o horizonte de tempo do processo, as partes e atores internos e externos à organização a serem envolvidos, os ambientes internos e externos em que o processo ocorrerá, os critérios para avaliação de riscos);
- 2) **identificar os riscos** de forma sistemática e abrangente;
- 3) **analisar os riscos** para quantificar sua magnitude (ou seja, sua probabilidade de ocorrência e o impacto esperado);
- 4) **avaliar os riscos** para decidir quais deles serão tratados e com que prioridade (comparando suas magnitudes e incertezas entre si e com critérios previamente estabelecidos, identificando causas e aspectos em comum e considerando-os detalhadamente dentro de seu contexto);
- 5) **tratar os riscos** identificados como prioridade para reduzi-los a níveis aceitáveis, segundo planejamento desenvolvido para tal e baseado no estudo sistemático e seleção de opções de tratamento (em termos de benefício-custo, redução simultânea de riscos múltiplos etc.). (HOLLÓS; PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, p. 77, grifos dos autores).

Como eles mesmos ressaltam, para representar o processo de forma completa, não podemos esquecer das etapas contínuas e necessárias que são a consulta e comunicação com todos os atores e as partes interessadas, além do monitoramento e da revisão do próprio processo (HOLLÓS; PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, p. 77). Para representá-lo, eles se baseiam na norma técnica australiana e neozelandesa AS/NZS 4360:2004. Contudo, podemos trazer uma referência mais recente para representar em forma de imagem o processo e as

etapas de gestão de riscos apropriada pelo campo da preservação, conforme figura 9.

**Figura 9** – Processo de gestão de riscos para a preservação do patrimônio cultural.



**Fonte:** ICCROM e CCI (2017, p. 18).

Nesse ciclo, estão representadas as diferentes etapas do processo de gestão de riscos definidas pelo ICCROM em parceria com o CCI (segmentos do círculo principal), bem como os conceitos e instrumentos complementares desenvolvidos especificamente para a aplicação da metodologia para a preservação do patrimônio cultural (círculos periféricos menores) (INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY; CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE, 2017, p. 18).

Destacamos alguns conceitos e instrumentos apresentados, tais como os dez agentes de deterioração, que podem ser identificados como forças físicas, criminosos, fogo, água, pestes/pragas, poluentes, luz/UV, temperatura incorreta/inadequada, umidade relativa incorreta/inadequada e dissociação<sup>31</sup>. Também ressaltamos os seis diferentes níveis ou camadas de envoltório dos itens que compõem os acervos, que podem ser representadas pela região, pelo sítio, pelo edifício, pela sala, pela(o) vitrine/estante/mobiliário e pela(o) embalagem/suporte (HOLLÓS; PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, p. 78; INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY, 2017).

Quanto ao estabelecimento de prioridades para tratamento dos riscos, o processo de análise de riscos é essencial. Ele é elaborado a partir da quantificação da magnitude de cada um dos riscos, a partir da frequência ou velocidade em que se projeta a ocorrência do dano, em conjunto com a perda de valor para o acervo em decorrência da extensão do dano causado e da fração afetada. Após a determinação das magnitudes de cada risco para o acervo, é possível compará-los e, com critérios complementares, estabelecer prioridades para seu tratamento e mitigação (HOLLÓS; PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, p. 78).

Sobre a etapa de tratamento, são utilizados os cinco estágios de controle para cada um dos seis diferentes níveis ou camadas de envoltório, que estabelecem opções de tratamento de riscos estruturadas de forma sistemática. São elas: evitar, bloquear, detectar, responder e recuperar (HOLLÓS; PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, p. 78).

Podemos considerar, portanto, que a gestão de riscos é uma metodologia transversal e útil para a preservação de bens culturais materiais analógicos e digitais, como já visto na subseção anterior, ao compreendermos

---

<sup>31</sup> A dissociação pode ser entendida como a falta de instrumento de classificação e/ou pesquisa dos documentos constantes em um acervo, dissociando-os dos meios necessários para sua gestão e preservação. Fontes comuns de dissociação: "inventário inexistente ou incompleto, identificação indevida ou insuficiente de objetos do acervo, obsolescência de *hardware* ou *software* utilizados para armazenar e acessar dados e informações sobre o acervo, condições inadequadas de armazenamento do acervo, aposentadoria ou afastamento de funcionários detentores de conhecimento exclusivo sobre o acervo, etc." (INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY, 2017, p. 48, tradução nossa).

que “lidar com a preservação digital é lidar com redução e controle de riscos” (RIBEIRO, 2012, p. 114).

Levando em conta o exposto, concordamos com Hollós e Pedersoli Júnior quando afirmam que essa metodologia representa um avanço para a conservação preventiva, proporcionando o estabelecimento embasado de prioridades para alocação de recursos, a partir de uma visão integrada e holística sobre possíveis danos e perdas de valor para o patrimônio (HOLLÓS; PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, p. 78).

Stefan Michalski chama a atenção para a utilidade da gestão de riscos como uma metodologia que visa ao longo prazo: ela não deve tratar sobre o(s) próximo(s) ano(s), nem mesmo sobre o tempo de uma vida. É sobre a vida de nossos filhos, de seus filhos, e assim por diante. Um referencial prático, de acordo com a experiência na metodologia, é que devemos identificar riscos pensando em torno de cem anos, o que envolve muitas atividades e especialistas que estão direta e indiretamente envolvidos com a preservação. O autor lembra que a preservação deve ser entendida como um processo sem fim, pois cada atividade pode ser compreendida como parte de um ciclo que se repete. A preservação a longo prazo depende da gestão de riscos, com métodos integrados, do trabalho em equipe e de sustentabilidade. Para Michalski, os responsáveis pela preservação devem compreender essas ideias e, gradualmente, convencer outras pessoas (MICHALSKI, 2004, p. 84)

Como lembra Ribeiro (2012), riscos sempre estiveram, estão e estarão presentes em toda e qualquer atividade humana. A consciência disso nos levou à procura por medidas para administrar os riscos com o objetivo de reduzir sua frequência e de mitigar a severidade dos danos causados por eles.

É a partir do que apresentamos até aqui que podemos embasar a ideia de relevância e capilaridade da metodologia de gestão de riscos para os âmbitos de atuação no campo da preservação, direcionando o ensino e as práticas dos profissionais que interagem no campo para uma perspectiva preventiva, gerencial, holística e eficaz.

Como citado no início dessa seção, “não há como se considerar uma intervenção de preservação como um fato conclusivo ou concluído. O tempo e o uso são devoradores de todas as coisas” (SILVA, 2008, p. 278). Portanto, precisamos compreender a preservação como um processo sem fim, como diz Michalski (2004).

Outro aprendizado que podemos afirmar, até aqui, é sobre quais devem ser as bases da preservação. Conforme defende Kühl (2006), distintas formas de se perceber um patrimônio devem coexistir e deve-se ter em mente que o que deu início à sua preservação não foi seu valor monetário. Sua preservação é motivada pelo reconhecimento de seu significado cultural – o que inclui seu valor estético, histórico, memorial e simbólico – tornando-o digno de medidas de proteção para ser transmitido às próximas gerações. Para a autora, deveriam ser essas as razões principais para guiar as decisões de preservação dos documentos (*lato sensu*) selecionados como patrimônios. Ela lembra que certamente aparecerão conflitos sobre valores, mas isso não significa que uma solução pertinente seja impossível.

Preservar não se trata de conservar e/ou restaurar tudo. Requer avaliação e estabelecimento de prioridades. Deve-se reconhecer que escolhas precisam ser feitas; processos, planejados; estruturas, levantadas; ações, realizadas continuamente. No que se refere às escolhas, cabem as seguintes ressalvas: não dizem respeito à opinião pessoal, de gosto ou capricho; fazem-se necessários estudos conscienciosos, formulados por equipes multidisciplinares, fundamentados na Antropologia, na Sociologia, na História etc., ou seja, nas ciências de modo amplo, e nunca de forma arbitrária (KÜHL, 2006, p. 31). O campo da preservação apresenta-se, portanto, como um espaço onde diversas disciplinas científicas estabelecem relações, (re)construindo o próprio campo e sendo, também, influenciadas por ele (HOLLÓS; PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, p. 76), como a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia, a Ciência da Informação, a Conservação-Restauração, a Química, a Física, a Biologia, a Tecnologia da Informação, dentre outras.

Sugerimos, portanto, essa perspectiva englobadora e dialógica para (re)pensarmos o ensino e as práticas de preservação, pois sua efetividade exige um compromisso a longo prazo de várias instâncias da sociedade,

juntamente com o poder público e privado. Afinal, preservação não se limita apenas ao conhecimento técnico e tecnológico, e demanda ações administrativas, legais, políticas e econômicas (TAVARES, 2014, p. 22).

A preservação de hoje representa o estabelecimento das mudanças de mentalidade provocadas pelo surgimento, desenvolvimento e expansão da conservação preventiva, conforme apresentado por Gaël de Guichen (1999), Solange Zúñiga (2005), Aloisio de Castro (2008) e Silvana Bojanoski (2008). Contudo, precisamos ir além, apropriando-nos da preservação digital e da metodologia de gestão de riscos, tendo em vista estratégias mais eficazes e eficientes.

Precisamos pensar e agir preventivamente e estarmos preparados para reagir quando necessário; ter uma perspectiva holística sobre o campo da preservação para nos entendermos como parte de um todo e saber nosso papel dentro dele; atuar de forma planejada, no sentido de gerenciar para mitigar riscos negativos; e selecionar métodos eficazes para a administração dos processos de preservação. Para preservar a longo prazo, devemos pensar a longo prazo.



#### 4 A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS COMO BASE PARA O DIREITO À MEMÓRIA E À INFORMAÇÃO

"Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades, o tempo não para." (Música: O Tempo Não Para, Compositores: Agenor de Miranda Araujo Neto (Cazuza) e Arnaldo Pires Brandão, 1988)

Como vimos na seção anterior, cada conceito e suas respectivas definições são resultado de um trabalho intelectual de objetivação sobre parte da realidade. Esse trabalho possui suas fundamentações teóricas e implicações práticas. Fundamentações diferentes podem produzir definições diferentes para um mesmo conceito e, na prática, aplicações diferentes. Por isso, a escolha de um determinado conceito e sua respectiva definição é algo relevante, tanto na pesquisa acadêmica, quanto na prática profissional.

Memória, documento e informação são conceitos abordados por várias disciplinas científicas, como a Memória Social, a Ciência da Informação, a História, a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia etc. A discussão conceitual sobre tais termos foi organizada, nesta seção, para apresentar algumas perspectivas sobre cada um, incluindo a nossa opção sobre suas respectivas definições, tendo em vista a compreensão das relações da memória e do documento com o processo informativo, mais especificamente, com os **efeitos informativos dos documentos**.

Levando-se em conta as seções anteriores, focalizamos os bens culturais materiais móveis, ao tratarmos sobre o objeto documento, em sentido amplo. Direcionamo-nos, portanto, para o recorte que circunscreve de forma mais aproximada nosso interesse de pesquisa. Assim, ao abordarmos sobre os efeitos informativos dos documentos queremos deixar evidente a importância de sua preservação para a manutenção desse potencial ao longo do tempo.

A seguir, apresentamos o conceito de memória.

#### 4.1 O conceito de memória

Remetendo-nos ao tema desta tese, podemos fazer a seguinte pergunta: preservamos memórias?

Respondendo, ainda que de forma resumida, preservamos bens – naturais ou culturais – e não memórias. Os bens culturais são canais de comunicação de mensagens, considerando que cada atenção destinada a eles poderá gerar uma interpretação a partir de seu potencial informativo. Expressões da cultura humana, eles (os bens culturais) podem ser materiais (um documento, uma escultura, um prédio, um diário etc.) ou imateriais (manifestações artístico-culturais, modos de viver, formas de expressão etc.).

Mas por que optamos por essa resposta? E o que isso tem a ver com o conceito de memória? O que une esses conceitos em torno da nossa discussão sobre preservação? Partimos da premissa de que tentamos preservar informações, em suas diversas formas de representação, uma vez que não preservamos a informação em si e, sim, o registro da informação. Aqui, entendemos informação como resultado de um processo comunicativo e não um produto material. Em outras palavras, informação (enquanto processo) é diferente de documento (que pode ser produto material do processo informativo).

A memória, como explicamos adiante, apresenta-se como um processo de (re)construção permanente, sempre no presente, sobre algo que se lembra. Estamos tratando sobre o processo humano de lembrar-se de experiências (vividas diretamente ou não, pelo sujeito que lembra). Nessa perspectiva, o registro será a sedimentação de uma lembrança, que, da próxima vez que acionada pelo seu produtor (um ser humano), não será exatamente igual à lembrança anterior, mesmo que seja sobre um mesmo fato. Já o registro guarda sua característica de fixidez, sendo, portanto, a representação da informação (processo cognitivo humano de percepção, interpretação e autotransformação). Desse modo, a informação é agente de (re)construção da memória.

Por seu caráter dinâmico, mutável e processual, não preservamos memórias, nem informações. O que é passível de se preservar é a representação, tanto de lembranças, quanto de informações (ou processos

informativos), produzindo documentos por meio da ação de registro. Esses, sim, podem se manipulados, estocados/arquivados, classificados, eliminados, recuperados/acessados. Preservamos, em síntese, a sedimentação de memórias, representações de informações, por sua vez registradas em documentos (reiteramos, aqui entendidos em sentido amplo).

Krzysztof Pomian (2000) nos ajuda a definir o conceito de memória. Para ele, “toda a memória é em primeiro lugar uma faculdade de conservar os vestígios do que pertence já em si a uma época passada.” (POMIAN, 2000, p. 507). A memória, na perspectiva desse autor, é entendida como um processo presente de representação de um determinado passado. O ato de lembrar, de fazer uso de nossa memória, é sempre uma tentativa de reproduzir alguma experiência. Por isso não resgatamos ou recuperamos lembranças como se elas estivessem estocadas ou arquivadas de forma fixa em algum arquivo, mas as reconstruímos, sempre no presente, a partir dos vestígios, por vezes distorcidos, do que conseguimos lembrar. Cada lembrança, mesmo que seja sobre uma mesma experiência, poderá ser uma lembrança minimamente diferente. Em outras palavras, ela “é sempre imperfeita, porque o passado não pode, em circunstância alguma, ser simplesmente restituído na íntegra, e toda a reconstrução é sempre marcada pela dúvida.” (POMIAN, 2000, p. 508).

A memória, por ser naturalmente imperfeita, um processo de reconstrução sobre um passado constantemente representado no presente, demonstra suas limitações, convivendo sempre com o esquecimento. Por perceber tais limitações intrínsecas ao ser humano, recorreremos a formas de sedimentação, ou melhor, de registro de memórias, visando sua fixidez e perenidade (preservação). Nesse sentido, Pomian (2000, p. 507) explica que “[...] os vestígios do passado podem ser transmitidos sob a forma de criações exteriores ao próprio organismo, capazes de uma existência autônoma em relação [ao ser humano] [...]”. Estamos tratando, portanto, sobre os registros, que geram os documentos.

Mesmo contando com técnicas mnemônicas<sup>32</sup> para se preservar algo advindo da memória, como explica Aleida Assmann (2017), não temos opção

---

<sup>32</sup> De acordo com Assmann (2017, p. 31), “mnemotécnica significa arte da memória, e aqui ‘arte’ deve ser entendida no seu antigo sentido de ‘técnica’”. Ou seja, são técnicas que auxiliam

senão recorrer ao registro, ou, nas palavras de Pomian (2000), às “criações exteriores ao próprio organismo”. Nesse sentido, para que fique claro, estamos tratando do conceito de memória enquanto processo de recordação sobre uma determinada experiência passada por algum ser humano e não nos referimos à memória enquanto um conjunto de dados armazenados em um servidor computacional, arquivo, biblioteca etc. Dessa maneira, não recorreremos a tais analogias nesse texto, considerando que, para nós, informação também é um processo, e não um produto manipulável, como o documento é. Nesse aspecto processual, memória e informação se assemelham.

Ressaltando a imperfeição da memória, Assmann (2017) explica:

A recordação procede basicamente de forma reconstrutiva: sempre começa do presente e avança inevitavelmente para um deslocamento, uma deformação, uma distorção, uma reavaliação e uma renovação do que foi lembrado até o momento da sua recuperação. [...]. No que diz respeito à psicomotricidade da recordação, esquecimento e recordação estão indissociavelmente intrincados. Um é possibilitador do outro. Podemos também dizer: o esquecimento é oponente do armazenamento, mas cúmplice da recordação. (ASSMANN, 2017, p. 33-34)

Em outras palavras, só podemos recordar, ou melhor, representar algo vivenciado, porque não nos lembramos de tudo o que vivemos. Se não fosse assim, usaríamos o tempo da experiência para recordar, como no conto “Funes, o Memorioso”, de Jorge Luis Borges (1979), e não nos restaria tempo para pensar sobre o que lembramos.

Por essas razões, não preservamos memórias, mas recorremos ao ato de registrar (produzindo documentos) para preservar sua representação, sedimentá-las materialmente, em algum momento, em algum lugar, a partir de alguma perspectiva. Podemos citar Assmann (2017) novamente para comparar a alternância/flexibilidade da memória e a fixidez/estabilidade dos documentos: “as metáforas da escrita, que pela fixação sígnica implicam uma permanente legibilidade e disponibilidade do conteúdo da memória, negligenciam justamente essa alternância de presença e ausência, tão própria à estrutura da recordação.” (ASSMANN, 2017, p. 166).

---

o seu usuário a lembrar com grande precisão uma grande quantidade de acontecimentos passados.

Asmann (2017) faz uma comparação com a ideia de arquivo e de memória para exemplificar as possibilidades de preservação:

O arquivo está ligado desde o seu princípio com a escrita, a burocracia, a administração e os atos administrativos. O que condiciona a existência de um arquivo são sistemas de registro que agem como meios de armazenamento externos, e o mais importante deles é a técnica da escrita, que removeu a memória de dentro do ser humano e a tornou fixa e independente dos portadores vivos. (ASSMANN, 2017, p. 367).

Dessa forma, podemos, ainda de acordo com ela, concluir que a memória pode ser definida “[...] como uma massa plástica que é sempre reformulada sob as diferentes perspectivas do presente.” (ASSMANN, 2017, p. 170).

E uma das questões latentes quando tratamos desses assuntos é a seletividade intrínseca aos processos memoriais e de preservação. Paolo Jedlowski (2005, p. 88) nos lembra dos interesses potenciais para estabilizar/sedimentar/registrar memórias: “[...] a capacidade de criar e estabilizar a memória representa uma manifestação geral de poder em todos os níveis da organização social.”. Em outras palavras, a produção e o registro de memórias não são processos ingênuos ou desinteressados. Escolhas e decisões sobre qual memória será registrada e preservada passam por questões que envolvem dimensões políticas, culturais e éticas.

Por fim, fazemos algumas afirmações sobre características importantes acerca do conceito de memória a partir de Jô Gondar (2016): 1) memória é um conceito polissêmico, adotado e debatido no interior de vários campos, inclusive os que estudamos nesta tese; 2) é tão fecundo em diversas disciplinas que possibilitou a construção de um campo transdisciplinar, a Memória Social, para além das demais disciplinas que trabalham o conceito, “fazendo emergir um novo campo de problemas que até então não se encontrava contemplado por nenhuma delas.” (GONDAR, 2016, p. 20); 3) sua definição evoca questões de cunho ético e político, considerando a aplicação do conceito, o que, como toda escolha, traz “[...] consequências para a vida que se leva e se pretende levar” (GONDAR, 2016, p. 23); 4) o esquecimento é inevitável e necessário para a (re)construção da memória; 5) memória permite a construção, manutenção e transformação de identidades, que podem ser

definidas como a criação de uma “[...] imagem de si, para si e para os outros.” (POLLAK, 1992, p. 204 *apud* GONDAR, 2016, p. 31); e 6) a representação é inerente à memória na medida em que, ao lembrarmos, sempre rerepresentamos algo, não necessariamente como o representado era.

## 4.2 O conceito de documento e seu efeito informativo

Nesta tese, os documentos são compreendidos como um canal e um meio de efeitos de informação, por carregarem signos potencialmente informativos.

Nossa perspectiva teórica sobre o documento como parte de um processo comunicativo-informativo pretende ser holística e dialética, baseada no que Lucien Sfez (2007) chamou de “comunicação expressiva”. Esta abordagem teórica sobre a comunicação rompe com a ideia de linearidade entre emissor, canal e receptor. Sobre ela, Sfez escreve:

Aqui, nada de emissor, canal e receptor, nada de bola de bilhar, causa e efeito, com sucessões e hierarquias compartimentadas, signos que representam. Ao contrário, aqui tudo está classificado já de início. O efeito está na causa. Hierarquias talvez, mas misturadas umas às outras, se bem que não se saiba mais distinguir o que é base e o que é ápice. Sujeito e objeto estão ligados, mas por níveis. A metáfora do organismo impera. (SFEZ, 2007, p. 67).

O que Sfez quer dizer é: comunicação não se reduz a um emissor, um canal, possíveis ruídos e um receptor. O emissor é, também, um receptor, na medida em que espera uma atitude responsiva dos receptores com os quais interage. Da mesma forma, os receptores não são passivos, pois reagem ao emissor e, em certa medida, influenciam a emissão das mensagens. Os ruídos, por sua vez, podem servir à comunicação, quando nos apropriamos deles de forma útil, ou seja, não são necessariamente um elemento que dificulta o processo comunicativo e informativo. Em suma, temos emissores que são ao mesmo tempo receptores, e receptores que também são emissores. Não há um papel contraditório, mas, sim, dialético e interacional no processo comunicativo.

Em um esforço de síntese, o estudioso assim apresenta a definição de comunicação expressiva:

Aqui, deixa de existir envio, por parte de um sujeito emissor, de uma mensagem calculável a um objeto receptor. A comunicação é inserção de um sujeito complexo num ambiente propriamente complexo. O sujeito faz parte do meio, e o meio, do sujeito. Causalidade circular. Idéia paradoxal, segundo a qual a parte está em um todo que é parte da parte. [...] A realidade do mundo não é mais objetiva, mas faz parte de mim mesmo. Ela existe... em mim. Eu existo... nela. [...] Totalidade, mas totalidade com hierarquias. (SFEZ, 2007, p. 105).

Levando-se em conta essas considerações, compreendemos o canal como um elemento imprescindível para o processo comunicativo e o documento como um dos canais possíveis para que haja a comunicação. O documento apresenta-se, portanto, como uma possibilidade de mediação a partir da sedimentação realizada pelo ato do registro.

Podemos entender o documento como um canal por ele ser um suporte material por meio do qual signos são registrados e comunicados.

Dito isso, temos na noção de documento um importante canal que, em muitos casos, é produzido com intenções de perdurar no tempo. Aqui, partimos da concepção de que “há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira [...]” (LE GOFF, 1992, p. 540) e de que “importa salientar que [...] todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta.” (LE GOFF, 1992, p. 432-433). Em outras palavras, essa noção de documento é ampla e, de forma geral, afirma que não há documento nem memórias inócuos, espontâneos ou imparciais. Essa perspectiva tem como marco a *École des annales*.

Outro marco relevante para a teorização sobre documento foi o trabalho desenvolvido por Paul Otlet, no *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*<sup>33</sup>, publicado em 1934, sendo esta uma obra fundamental para a elaboração de uma nova disciplina científica científica, a Documentação.

W. Boyd Rayward explica que para Otlet o conhecimento encontrava-se engastado nos documentos que o objetificavam e lhe conferiam uma espécie

---

<sup>33</sup> Em português: “Tratado de documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática”.

de *status* público. De acordo com Rayward, Otlet não os reduzia a palavras escritas ou impressas, considerando como documento objetos, figuras, ilustrações, partituras, ou seja, qualquer coisa que tivesse valor probatório, que “documentasse” algo, era considerado documento (RAYWARD, 2018, p. xiii).

O *Traité de documentation*, segundo o próprio Otlet, “destina-se a apresentar uma exposição geral das noções relativas ao livro e ao documento, e ao emprego lógico dos elementos que constituem a documentação.” (OTLET, 2018, p. 3). Assim o autor representou sua noção sobre a constituição dos documentos: “[...] cada um deles é constituído por um conjunto de fatos ou ideias apresentados em formato de texto ou imagem e ordenados segundo uma classificação ou um plano determinado pelo objeto ou o propósito a que se propõem seus redatores” (OTLET, 2018, p. 5). Buscando uma definição ampla que definisse livro e documento, o autor escreve que ambos são “um suporte, feito de determinado material e com determinada dimensão, eventualmente resultado de determinada dobragem ou de montagem em rolo, onde se colocam os signos representativos de certos dados intelectuais” (OTLET, 2018, p. 59).

Percebemos que a obra supracitada de Otlet vai muito além da preocupação de definir o livro, o documento e a própria Documentação. Como ele próprio resume, seu trabalho contemplou as seguintes preocupações:

É preciso examinar sucessivamente: 1. A noção geral de livro e de documento. 2. Seus elementos constitutivos: materiais, gráficos, linguísticos, intelectuais. 3. Suas partes. 4. Suas espécies ou tipos. 5. Os documentos gráficos, além das publicações impressas: manuscritos, documentos cartográficos, estampas, arquivos, músicas e inscrições. 6. As outras espécies de documentos, livros ou documentos gráficos que podemos considerar como seus substitutos: objetos e aparelhos de demonstração, discos, filmes etc. 7. As operações, funções e atividades que dão origem ao livro: feitura, descrição, crítica, distribuição e circulação, **conservação**, utilização, destruição. (OTLET, 2018, p. 59, grifo nosso).

Suzanne Briet (2016) publicou em 1951 o livro *Qu'est-ce que la documentation?*<sup>34</sup>, considerado uma relevante contribuição para o desenvolvimento da Documentação. Nele a autora propõe uma definição geral para o conceito de documento, os considerando como “todo indício, concreto

---

<sup>34</sup> Em português: “O que é documentação?”.



ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 2016, p. 1).

Por compreender esta definição como abstrata demais e, portanto, pouco acessível, Briet fez os seguintes questionamentos e explicações:

Uma estrela é um documento? Um seixo rolado pela correnteza é um documento? Um animal vivo é um documento? Não, mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zoológico. Em nossa época de múltiplas e aceleradas comunicações, o menor acontecimento científico ou político, quando levado ao conhecimento público, imediatamente assume a solenidade da “roupagem documentária” (Raymond Bayer). Admiramos a fertilidade documentária a partir de um simples fato. Por exemplo: um antílope de uma nova espécie foi encontrado por um explorador na África, que conseguiu capturar um exemplar e enviá-lo para a Europa, para nosso Jardin des Plantes. Um comunicado para a imprensa faz com que esse fato seja divulgado em notícias de jornais, rádios e atualidades cinematográficas. A descoberta é objeto de uma comunicação perante a Académie des Sciences. Um professor do Muséum [National d’Histoire Naturelle] considera-o para suas aulas. O animal vivo é enjaulado e colocado no zoológico. Morto, será empalhado e conservado (no museu). Emprestado para uma exposição. Mostrado em filme sonoro. Seu berro é gravado em disco. A primeira monografia sobre esse animal fará parte de um tratado ilustrado com pranchas, depois, de uma enciclopédia especializada de zoologia geral e, posteriormente, de uma enciclopédia geral. As obras são catalogadas numa biblioteca, após terem sido anunciadas em catálogos de livrarias e de editoras, e na Bibliographie de la France. Os documentos são reproduzidos (desenhos, aquarelas, pinturas, estátuas, fotos, filmes e microfilmes), depois selecionados, resumidos, descritos, traduzidos (produtos documentários). Os documentos relativos a esse fato são objeto de uma ordenação científica (fauna) e ideológica (classificação). Enfim, sua conservação e utilização são determinadas por técnicas gerais e métodos válidos para o conjunto dos documentos, métodos esses estudados em associações nacionais e congressos internacionais. O antílope catalogado é um documento primário e os demais são documentos secundários ou derivados. (BRIET, 2016, p. 1- 2)

Ronald E. Day (2006) ressalta a relevância do trabalho de Paul Otlet e de Suzanne Briet para o desenvolvimento da Documentação, ambos apresentados pelo autor, respectivamente, como representantes da primeira e da segunda geração desta disciplina científica. Day assim descreve o trabalho de ambos:

Suzanne Briet (1894-1989) foi uma importante documentalista europeia, constituindo aquilo a que podemos chamar de segunda geração da Documentação Europeia. Se a primeira geração pode ser pensada em termos da obra do fundador da Documentação Europeia, Paul Otlet (1868-1944), então a segunda geração pode ser pensada em termos da obra de Suzanne Briet, e em particular, o seu pequeno,

mas importante livro *O que é Documentação? O que é Documentação?* é um livro revolucionário no campo dos estudos da biblioteca, e vai além da ênfase de Otlet no livro como tropo e pedra angular da documentação. Oferece uma visão para além da de bibliotecas e livros, vendo na documentação um horizonte ilimitado de formas físicas e formatos estéticos para documentos e um horizonte ilimitado de técnicas e tecnologias (e de "agências documentarias" que as empregam) ao serviço de multidões de culturas particulares. Nestes aspectos, o manifesto de Briet permanece uma "necessidade para o nosso tempo". (DAY, 2006, p. v, tradução nossa<sup>35</sup>)

De acordo com Mariana Barros Meirelles (2019), o documento tem sido defendido por alguns pesquisadores e pesquisadoras, incluindo Bernd Frohmann, como o objeto da Ciência da Informação, ao revisitar os trabalhos de Paul Otlet e de Suzanne Briet, ressignificando suas noções de documento e informação e fundando uma forma de pensar o documento, batizada de “neodocumentalismo”.

Para a autora, a abordagem neodocumentalista implica considerarmos que a informação não é transmitida ou comunicada pelo documento. Isso significa dizer que a informação não é inerente ao texto, pois os sentidos de um texto não estão fixados de forma a garantir efeitos pré-determinados. Eles – os sentidos – são construídos a partir das práticas com os documentos, estabelecidas entre os documentos e vários outros elementos envolvidos na produção de sentidos e nos efeitos de informação do documento. Assim, os efeitos informativos são produzidos em meio às articulações entre o documento e elementos como técnicas, atores, instituições, discursos, disciplinas, relações sociais, etc. (MEIRELLES, 2019, p. 19).

A estudiosa explica que a profundidade desta abordagem apresenta-se quando percebemos que os efeitos informativos dos documentos dependem de uma luta constante no bojo das práticas documentárias, inseridas num sistema de relações em permanente mudança. Assim, as possibilidades de sentidos e

---

<sup>35</sup> No original: “Suzanne Briet (1894–1989) was an important European Documentalist, constituting what we may term the second generation of European Documentation. If the first generation may be thought of in terms of the work of the founder of European Documentation, Paul Otlet (1868–1944), then the second generation might be thought of in terms of the work of Suzanne Briet, and in particular, her small but important book, *What Is Documentation? What Is Documentation?* is a revolutionary book in the field of library studies, and it goes beyond Otlet’s emphasis on the book as the trope and cornerstone for documentation. It offers a vision beyond that of libraries and books, seeing in documentation an unlimited horizon of physical forms and aesthetic formats for documents and an unlimited horizon of techniques and Technologies (and of “documentary agencies” employing these) in the service of multitudes of particular cultures. In these regards, Briet’s manifesto remains a “necessity for our time.” (DAY, 2006, p. v)

efeitos informativos são redefinidas pelo contexto social, histórico, tecnológico, etc., no qual as práticas documentárias acontecem. Essa perspectiva cultural da Ciência da Informação é defendida e representada por Bernd Frohmann (MEIRELLES, 2019, p. 20), segundo o qual, as práticas documentárias possuem as seguintes e notáveis propriedades:

A primeira é a **materialidade**: já que os documentos existem em alguma forma material, sua materialidade configura práticas com eles [...]. Uma segunda propriedade das práticas documentárias é o quanto profundamente incorporadas elas estão nas **instituições**. Muito da autoridade da informatividade dos documentos depende dos locais institucionais de sua produção [...]. Uma terceira propriedade é a **disciplina social**: práticas documentárias, como muitas outras, exigem treinamento, ensino, correção e outras medidas disciplinares [...]. Uma quarta propriedade é a **historicidade**: práticas surgem, desenvolvem-se, entram em declínio e desaparecem – tudo isso sob circunstâncias históricas específicas. (FROHMANN, 2012, p. 236-237, grifo nosso).

Para Frohmann (2012) esta explicação não chega a ser exaustiva, mas que as ideias de materialidade, institucionalidade, disciplina social e historicidade fornecem um útil começo para uma filosofia da informação cujo ponto de partida seja o conceito de práticas documentárias.

Retomando o que foi dito por Meirelles (2019) e Frohmann (2012) percebemos que as práticas documentárias subsidiam as potencialidades (e possibilidades) dos efeitos informativos dos documentos. Já a preservação, como vimos, proporciona a existência dos documentos a longo prazo.

Considerando a materialidade do documento e as práticas documentárias, Meirelles (2019) explica que Frohmann considera os documentos como enunciados materializados porque são através deles que os enunciados circulam. Contudo, o documento como meio não deve ser confundido como suporte, como utilizamos Sfez (2007) para explicar a ideia de documento como um canal no processo comunicativo. Frohmann entende o documento como um meio através do qual os enunciados entram em sistemas de relações com pessoas, instituições e práticas sociais, pois eles precisam de uma dimensão material para circular (FROHMANN, 2007a, p. 8 *apud* MEIRELLES, 2019, p. 32 ). A noção de “meio” trabalhada por Frohmann não remete à concepção fisicalista do documento, mas que os documentos

funcionam como plataforma discursiva de enunciados autorizados e reconhecidos institucionalmente (MEIRELLES, 2019, p. 32).

Assim, o documento pode ser visto como sujeito e objeto, simultaneamente, pois é constituído e constitui efeitos sobre o social (MEIRELLES, 2019, p. 27-28). A autora explica que “ao contrário da informação, substância mental, o documento não depende da agência humana para existir materialmente e produzir efeitos” (MEIRELLES, 2019, p. 33). Contudo, como afirma o próprio Frohmann, “[...] é preciso o pensamento para transformar documentos de matéria sem vida para informação viva” (FROHMANN, 2012, p. 232).

Retomando em síntese o exposto nesta subseção, o processo comunicativo não é linear, pois as partes que o compõem interagem, e, nesse processo, demandam-se códigos e signos compartilhados e compreendidos pelos sujeitos envolvidos (SFEZ, 2007). Os documentos, em seus mais variados suportes e formas de apresentação (LE GOFF, 1992) são canais de comunicação, uma vez que servem à interação entre sistemas e sujeitos. São, em suma, meios de **efeitos informativos**, por servirem como plataforma discursiva de enunciados autorizados e reconhecidos institucionalmente (FROHMANN, 2012; MEIRELLES, 2019).

#### **4.3 Memória, documento, informação e preservação**

Ao longo desta seção, apresentamos uma perspectiva que compreende a informação como resultante de um processo comunicativo, uma visão que nos parece mais adequada para a percepção do que é informação. Além de compreendê-la como intrínseca ao processo comunicativo, a relacionamos à memória e ao documento. Por sua vez, o documento possui potencial para efeitos informativos a partir das práticas documentárias (FROHMANN, 2012; MEIRELLES, 2019). Portanto, não há informação sem sujeito, sem memória e sem comunicação.

Esses conceitos (memória, documento e informação) estão circunscritos aos processos comunicativos que por sua, vez, decorrem de construções

culturais atravessadas pela linguagem. Essa última também é decorrente da produção cultural humana. Somos, portanto, todos e todas, seres socioculturais ao estabelecermos uma relação dialética com a realidade que nos cerca. Somos, em proporções diferentes, influenciadores e influenciados, seja isso percebido ou não por cada um de nós. A partir dessa perspectiva cultural, temos as potencialidades e os limites das diversas linguagens a que somos ensinados e que, com o tempo, formam-nos e com as quais nos identificamos. A fala e as imagens, nesse contexto, exercem um papel relevante, uma vez que são os meios mais usuais para estabelecermos comunicações. Os registros, ou seja, as práticas que geram documentos e fixam em certo suporte as nossas expressões culturais são, por excelência, instrumentos de sedimentação de lembranças e representação dos processos informativos.

A partir dessas relações aqui evidenciadas entre memória, documento e informação, podemos perceber um ciclo cuja ideia foi mencionada no início desta seção. A memória como processo constante de reconstrução sobre o que se lembra mantém, contudo, uma certa estabilidade que nos permite lembrar de experiências e, por isso, saber quem somos, o que pensamos sobre determinados assuntos etc. É certo que não lembramos da mesma experiência sempre da mesma forma, diante da (re)construção permanente da memória. Mesmo assim, é dela que nos servimos para compreender os códigos que dominamos e os discursos que construímos para os outros e para nós mesmos.

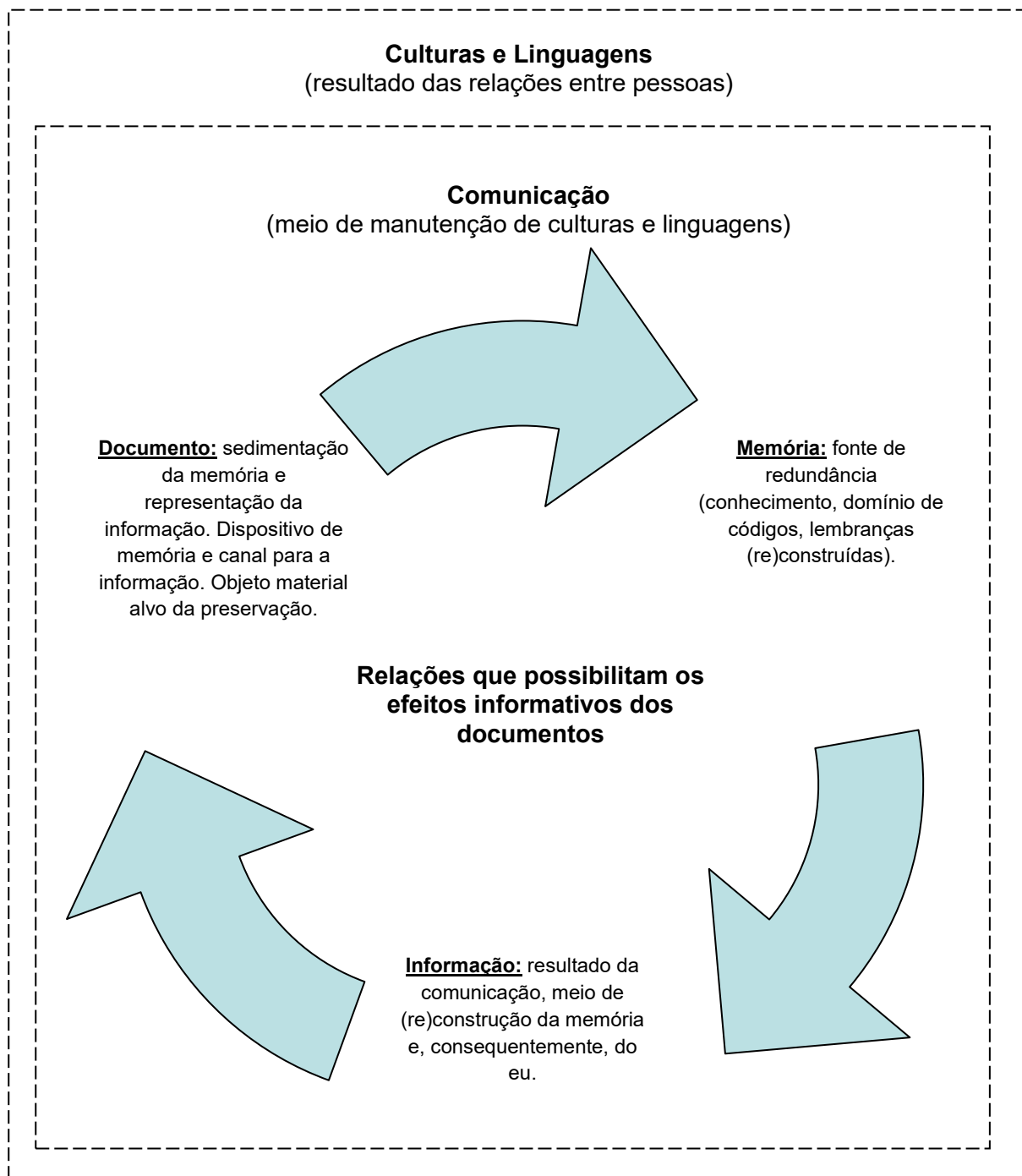
A informação, enquanto processo de autotransformação resultante da percepção e interpretação de algo – que é o mínimo para que haja alguma comunicação – é um agente de transformação do eu, logo, da memória. Em outras palavras, a informação é a base para a (re)construção da memória, que, por sua vez, fundamenta o entendimento dos códigos e signos (registros em geral) dominados pelo ser humano, o que possibilita a interpretação dos documentos.

Já o documento apresenta-se como um canal que, por si, não tem valor, nem significado ou informação e não é sinônimo de memória, mas, sim, um elemento externo ao ser humano, um instrumento de comunicação. O registro é uma ação, que gerará um documento, que demanda o domínio de alguma linguagem e técnica de registro para sedimentar e transmitir uma mensagem

entendida como uma tentativa de objetivação, circunscrita aos limites e potencialidades da linguagem adotada e de quem a registra. Por fim, o documento, enquanto tentativa de fixidez, também serve como dispositivo de memória e de informação.

Vejamos uma tentativa de representar graficamente as relações e circunstâncias apresentadas.

**Figura 10** – Relações que possibilitam os efeitos informativos dos documentos.



**Fonte:** Autoria própria.

A preservação de documentos é, portanto, essencial para a transmissão, no espaço e no tempo, de registros cujo acesso é base para o direito à memória e à informação, o que evidencia a relevância de definir o que, como, por quem e para quem preservar. À memória, porque o documento serve como “extensão” da memória humana e opera de forma diferente dela, sendo objeto de sedimentação de lembranças (e instrumento de esquecimentos). À informação, pois é o objeto que viabiliza que os signos sejam registrados e trafegados, possibilitando sua manipulação, estoque, preservação, cópia, disseminação, ou seja, seu acesso.

Ao pensarmos sobre a preservação de documentos e seu potencial para efeitos informativos, não podemos esquecer que em qualquer intervenção para preservação, devemos prezar pela atuação ética e considerar a dimensão estética e histórica do documento. Por isso, não se deve negligenciar a importância da documentação sobre qualquer intervenção (seja direta ou indireta no documento); a manutenção de sua integridade, desde sua criação; técnicas que possibilitem a reversibilidade de qualquer tratamento; e a manutenção de sua inteligibilidade, autenticidade e marcas de historicidade. Tais cuidados éticos e técnicos são necessários para evitar a criação de um falso histórico e, conseqüentemente, de graves distorções nos efeitos informativos dos documentos.

Em suma, a preservação de documentos é fundamental para o exercício do direito à informação e à memória, uma vez que, do documento preservado – logo, existente – possibilitamos seus efeitos informativos. Esse potencial, por sua vez, não depende somente do documento, mas também de quem o produziu e de quem o acessa, incluindo diversos outros elementos (técnicas, instituições, discursos, disciplinas, relações sociais, etc) (FROHMANN, 2012; MEIRELLES, 2019, p. 19).

Vide todo o exposto até aqui, na próxima seção analisamos criticamente os dados levantados sobre o ensino de preservação no Brasil.



## 5 O ENSINO DE PRESERVAÇÃO NOS CURSOS BRASILEIROS DE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

"A inexorabilidade do futuro é a negação da história"

(Paulo Freire, 1996, p. 29)

Paulo Freire (1996) falava e escrevia sobre o poder transformador da educação. De acordo com ele, ela não pode tudo, mas pode alguma coisa fundamental. Esse sentido, o de transformação das coisas, remete-nos à noção de campo científico de Pierre Bourdieu (2004), segundo a qual o campo é um espaço de disputas entre a conservação (*status quo*) e a transformação do próprio campo, pois ele – o campo – é um jogo com suas próprias regras.

Embasada principalmente em tais autores, esta seção contempla a análise das disputas internas do campo da preservação a partir dos conteúdos sobre preservação que ganham destaque e daqueles ausentes nas disciplinas curriculares dos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. As presenças e ausências mencionadas representam um dos resultados das constantes disputas e, conseqüentemente, da (re)construção do campo ao longo de sua história, como abordamos na subseção 3.3.

Como premissas para essa análise, reproduzimos algumas afirmações de Freire (1996), como subsídio de algumas propostas de reflexão sobre o atual ensino de preservação nas disciplinas científicas supracitadas. Para fazer tais propostas – de pequenas transformações, para nos referirmos novamente a Bourdieu (2004) –, entendemos que, ao (re)pensarmos o ensino, devemos considerar que: ensinar exige rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, materialização das palavras pelo exemplo, risco, aceitação do novo, rejeição a qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre as práticas, consciência do próprio inacabamento, de seus condicionamentos, respeito à autonomia do educando, humildade, tolerância, luta pelos direitos dos educadores e educadoras, esperança, convicção de que mudanças são possíveis, curiosidade, segurança,

competência profissional, generosidade, comprometimento, compreensão de que a educação é uma forma de intervenção no mundo, liberdade (não confundindo com ausência de autoridade), autoridade (diferente de autoritarismo), tomada consciente de decisões, reconhecimento de que a educação é ideológica, disponibilidade para o diálogo e o bem-querer dos educandos. Como disse Freire (1996), esses são alguns saberes necessários às práticas educativas.

Considerando tais premissas, abordamos a seguir um breve panorama sobre o ensino de preservação no âmbito internacional e, especialmente, no Brasil para, em seguida, analisarmos os dados coletados sobre os atuais currículos dos cursos brasileiros que compõem o universo dessa pesquisa. Ao fim desta última seção, fazemos algumas propostas de reflexão sobre a necessidade de atualização do ensino de preservação.

### **5.1 A preservação na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**

O reconhecimento da relevância da educação para a preservação dos patrimônios coletivos não é uma constatação nova. A Carta de Atenas de 1931 já servia, dentre outros aspectos, para registrar que

A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização. (CARTA..., 1931, p. 4)<sup>36</sup>.

No cenário internacional, Gomes (2000) nos apresenta algumas iniciativas de ensino de preservação, conforme resumimos a seguir:

- A atuação do *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), criado pela UNESCO em 1956, desenvolvendo trabalhos no âmbito da

---

<sup>36</sup> Abordamos sobre esse e outros documentos internacionais relevantes para o campo da preservação na subseção 2.1.

pesquisa, consultoria e treinamento para preservação dos mais diversos tipos de bens culturais (monumentos, sítios arqueológicos, documentos museológicos, bibliográficos e arquivísticos).

- A atuação do *Northeast Document Conservartion Center* (NEDCC), fundado em 1973, ao promover pesquisas, seminários, produções técnicas e ajudar em casos de desastre, principalmente a partir dos anos 1980. Um de seus cursos mais significativos iniciou-se em 1981, voltado para a administração da conservação. A instituição se tornou referência nacional e internacional para trabalhos de conservação e educação em preservação.
- O programa de formação de restauradores profissionais do Chile, iniciado em 1984, mediante convênio entre direções de bibliotecas, arquivos, museus e a Pontifícia Universidade Católica do Chile, com o objetivo de oferecer programas distintos de integração e complementação para a formação de licenciados em Arte, com menção em restauração, visando ao aperfeiçoamento do corpo profissional do *Centro Nacional de Conservati3n y Restauraci3n*.
- A cria3o do *National Preservation Office* (NPO), em 1984, na Divis3o de refer3ncia da Biblioteca Brit3nica (*The British Library*). O NPO conseguiu estabelecer rela3es com bibliotecas do Reino Unido, por meio de pesquisas, de atividades de conserva3o e, principalmente, do ensino/treinamento de conserva3o para bibliotec3rios e conservadores.
- O curso de mestrado em Administra3o da Preserva3o, criado na *University of Texas at Austin*, na *Graduate School of Library and Information Sciences*, que foi transferido para a *Columbia University*, em 1992. O programa do curso forma conservadores e administradores da preserva3o.
- O desenvolvimento de pesquisas e treinamentos voltados para a conserva3o de materiais de bibliotecas e arquivos do *Istituto Centrale per la Patologia degli Archivi e del Libro* (ICPAL), na It3lia.

- Os programas de treinamento e cooperação da UNESCO, voltados para a preparação e distribuição de materiais educativos acerca da preservação, para serem adaptados e utilizados em cursos.

Em paralelo a tais iniciativas direcionadas ao ensino, muitos profissionais aprenderam a preservar por meio de práticas dentro das instituições de custódia de acervos, especialmente em arquivos, bibliotecas, museus e instituições correlatas, onde é mais evidente que essa preservação de documentos é essencial (o que não significa que ela não seja importante nas demais organizações públicas, privadas e, inclusive, em nossas casas).

No caso do Brasil, muitos profissionais que buscavam se especializar em conservação e restauração durante os anos 1960, 1970 e 1980 – profissionais pioneiros para o desenvolvimento científico, das práticas e do ensino de preservação no Brasil<sup>37</sup> – tinham como um caminho comum a realização de estágios e cursos no exterior (CASTRO, 2008, p. 111). Como ressalta Aloisio Castro, nesse período também houve a participação de especialistas estrangeiros como consultores e professores em cursos de curta duração no país, o que serviu para a disseminação de conceitos e preceitos estabelecidos em cartas patrimoniais e em recomendações internacionais sobre preservação, incluindo as perspectivas de instituições como a UNESCO, o ICCROM, o ICOM, o *International Council on Archives* (ICA), a IFLA e a Fundação Ford. O autor lembra que o Brasil é um país de dimensões continentais e com diversidade geográfica e cultural, e tais fatores contribuíram para a heterogeneidade de linhas de atuação no campo da preservação, diferentemente do que podemos observar em países europeus e norte-americanos, onde se podem identificar tendências para determinada “escola de preservação” (CASTRO, 2008, p. 148-149).

Considerando as repercussões de abordagens internacionais na formação do campo da preservação no Brasil, podemos perceber como um de seus resultados a implantação dos laboratórios de conservação e restauração de papel, sobretudo a partir dos anos 1980. Ainda de acordo com Castro (2008,

---

<sup>37</sup> Por exemplo: Gilda Lefebvre, Ingrid Beck, Lindaura Alban Corujeira, Maria Luiza Ramos de Oliveira Soares. Embora em momento anterior, não podemos deixar de citar o prof. Edson Motta, que teve, em meados dos anos 1940, uma formação tipicamente norte-americana, no *Fogg Art Museum*, na *Harvard University* (CASTRO, 2008, p. 111).

p. 136-137), nessa fase de cunho tecnicista – que gira em torno do final da década de 1970 até a de 1990 – destacam-se as discussões sobre o diagnóstico do estado de conservação dos acervos deteriorados e dos critérios, das técnicas e das metodologias aplicáveis à restauração de bens culturais deteriorados. Tais direcionamentos, focalizando o arsenal tecnológico, os equipamentos científicos, as instalações e os mobiliários específicos, sugerem a construção de um *habitus* dos profissionais que atuavam no campo da preservação no Brasil, especialmente dos conservadores-restauradores. A sedimentação de perspectivas sobre os fazeres e os saberes no campo trouxe repercussões para o ensino de preservação, não somente para esses profissionais, mas também para outras formações, como as que estudamos nesta tese.

Nesse contexto de influências internacionais, destacam-se as recomendações da UNESCO aos seus Estados-membros, especialmente por meio das publicações da Divisão do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos, relativas ao *Records and Archives Management Programme* (RAMP/UNESCO), em convênio com o ICA, que estabeleceram os “princípios relativos ao planejamento e implantação de um programa para a conservação de documentos e livros em papel” (CASTRO, 2008, p. 135).

Algumas organizações brasileiras destacaram-se na promoção de pesquisas e no ensino de preservação, como:

- A Fundação Viate, que patrocinou projetos na área de ensino e pesquisa em conservação.
- A Associação Brasileira de Encadernação e Restauo (ABER), que desenvolveu, em parceria com a Escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Theobaldo De Nigris, um curso sobre preservação de documentos gráficos, com aulas práticas em laboratório (GOMES, 2000, p. 44).
- A Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR), que organizou congressos, palestras, encontros de profissionais da área, cursos e estágios, além de conceder bolsas de estudo (GOMES, 2000, p. 45). De acordo com Ana Carvalho, essa organização foi essencial para a criação do Curso de Especialização

em Conservação de Bens Culturais Móveis da UFRJ<sup>38</sup> (CARVALHO, 2018, p. 97).

- A Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que realizava congressos que contemplavam temáticas relativas à preservação e agregava profissionais interessados e atuantes no campo (HANNESCH, 2013, p. 59-60).

Tais iniciativas tiveram a participação de conservadores-restauradores, responsáveis pela promoção de boa parte delas. Embora esta pesquisa não abarque o ensino nos cursos de conservação-restauração, reconhecemos o papel fundamental desses agentes para as dinâmicas de (re)construção do campo da preservação, tanto no Brasil quanto no exterior, o que repercute nas práticas e no ensino de preservação em diversas disciplinas científicas.

Com relação à Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, verificamos em seus percursos históricos muitos movimentos que as aproximam, especialmente nos primeiros cursos dessas áreas no Brasil, fortemente influenciados por escolas francesas, mais especificamente pela *École Nationale des Chartes* (ENC) e pela *École du Louvre*. Há estudos e práticas que mantêm tais aproximações, assim como há outros que sedimentam especificidades e reconhecem as fronteiras entre tais disciplinas científicas, que representam as suas identidades disciplinares (SÁ, 2013, p. 34). Nesse sentido, destaca-se a ENC, que, segundo o mesmo autor, com forte influência nos cursos ao redor do mundo,

[...] lançou as bases da formação científica e influenciou muitos outros cursos afins, na França, na Europa e em todo o mundo. A disciplina classificação de arquivos e bibliotecas (depois classificação de bibliotecas e arquivos) pode ser considerada uma espécie de ponto de partida para os estudos classificatórios não somente de arquivos e bibliotecas, mas também de museus, na medida em que as metodologias, técnicas de identificação, classificação e organização de livros e documentos possibilitaram estabelecer parâmetros aplicáveis também aos objetos, como moedas, medalhas, selos sigilográficos, esculturas, pinturas etc. (SÁ, 2013, p. 37).

Ainda de acordo com Sá (2013, p. 37), a instituição foi referência para diversos cursos de formação em patrimônio, não somente para os cursos de

---

<sup>38</sup> Esse curso foi implementado na década de 1980 e fez parte de um período fértil da conservação no Brasil, em especial no Rio de Janeiro (CARVALHO, 2018).

Arquivologia e Biblioteconomia, como é normalmente reconhecido, como também para os cursos de Arqueologia, História da Arte e Museologia, inclusive os da *École du Louvre*.

No Brasil, destacamos que o currículo da ENC teve influência significativa nos primeiros cursos de Arquivologia (Diplomática, do Arquivo Nacional, 1911), Biblioteconomia (Biblioteca Nacional, 1911) e Museologia (Curso técnico do Museu Histórico Nacional, em 1922, e Curso de museus do Museu Histórico Nacional, em 1932) (SÁ, 2013, p. 44-45).

Mais adiante, durante a institucionalização do ensino universitário dessas três áreas, podemos citar o papel do Curso Permanente de Arquivos (CPA), ministrado no Arquivo Nacional (1960-1977); do curso de Biblioteconomia, ministrado na Biblioteca Nacional (1931-1969); e do Curso de Museus, ministrado no Museu Histórico Nacional (1932-). Tais cursos, após deixarem de ser oferecidos em suas respectivas instituições de origem, foram absorvidos pela Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj), depois transformada em Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Eles foram, inclusive, de grande relevância para a implantação do Centro de Ciências Humanas e Sociais dessa universidade, o CCH.

No caso da Ciência da Informação, Lena Vania Ribeiro Pinheiro (2013) demarca a importância do atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que, em 1976, substituiu o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), órgão fundado em 1954. Para ela, comparado a institutos semelhantes de outros países, o IBBBD pode ser considerado um instituto de vanguarda para os estudos em Ciência da Informação no Brasil.

Vide o exposto, destacamos a seguir alguns exemplos que demonstram a aproximação das quatro disciplinas científicas que analisamos, nesta tese, com a pesquisa, o ensino e as práticas de preservação.

No escopo da Arquivologia, algumas iniciativas de conservação do patrimônio arquivístico, até a primeira metade do século XIX, tiveram duas abordagens principais: a) a preocupação com a normatização da administração dos documentos públicos, significativamente representada pela criação dos Arquivos Nacionais, Centrais e Gerais e pela promulgação de leis que regulamentavam a eliminação ou o recolhimento de documentos públicos; e b)

os estudos e as recomendações sobre qualidade de materiais utilizados na produção de documentos, bem como orientações sobre sua preservação (HANNESCH, 2013, p. 37-38).

A relação do princípio de respeito aos fundos<sup>39</sup> com a preservação, como um norteador metodológico de respeito à integridade dos fundos arquivísticos, colaborou para a preservação e a gestão administrativa dos arquivos (HANNESCH, 2013, p. 37).

O livro *A Manual of Archive Administration, including the Problems of War Archives and Archive Making*, de Hilary Jenkinson (1922), foi o primeiro texto da área a sugerir práticas de conservação em um manual arquivístico, ao descrever vários aspectos da preservação (HANNESCH, 2013, p. 40).

Como ressalta Hannesch, pode ser observado nos manuais de Hilary Jenkinson (1922), Eugenio Casanova (1928) e Theodore Roosevelt Schellenberg (1974), assim como no manual holandês de arranjo e descrição de arquivos (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898), que o acondicionamento já era indicado como um aspecto da conservação da época, o que também pode ser verificado em eventos da Arquivologia realizados no final do século XIX e início do XX (HANNESCH, 2013, p. 43).

Nos debates ocorridos no 2º Congresso Internacional de Arquivos (1953), discutiu-se sobre a criação de diretrizes para problemas comuns ao patrimônio arquivístico nos vários países-membros, especialmente sobre o tratamento de grandes massas documentais acumuladas e as transferências de acervos ocorridas por toda a Europa (HANNESCH, 2013, p. 34).

No Brasil, a atuação da AAB e sua colaboração com a pesquisa e difusão de trabalhos sobre preservação agregaram diversos profissionais em seus congressos em torno do tema. Vale ressaltar que durante o 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), promovido pela associação em 1976, foi realizado o 1º Seminário de Conservação e Restauração de Documentos, que contou com profissionais brasileiros e do exterior atuantes no campo da preservação (HANNESCH, 2013, p. 59-60).

---

<sup>39</sup> De acordo com Camila Lima Souza, esse princípio “[...] relaciona-se com a obrigatoriedade de não mesclar conjuntos documentais arquivísticos (fundos) de origens diferentes, prevendo uma articulação do organismo produtor do documento com a função que este representa. Nesse sentido, a sua aplicação também colabora no entendimento do contexto funcional relacionado à gênese documental.” (SOUZA, 2012, p. 46).



No âmbito da Biblioteconomia, o projeto da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), com o apoio da UNESCO, em 1989, levantou as necessidades de treinamento em preservação em uma amostra representativa de cursos de Biblioteconomia e de Arquivologia em diferentes países (BECK, 2006, p. 67).

Os resultados publicados pela UNESCO no estudo RAMP *Review of training needs in preservation and conservation*, no mesmo ano, demonstraram em que proporção conteúdos sobre preservação estavam presentes no ensino das duas disciplinas científicas supracitadas (BECK, 2006, p. 68)

No Brasil, conteúdos sobre conservação foram contemplados no currículo do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1911), conforme análise dos programas das disciplinas de 1917, realizada por Simone da Rocha Weitzel. A autora identificou os seguintes assuntos: técnicas empregadas para conservação e restauração de diversos tipos de materiais como livros, moedas, estampas e pergaminhos; tipos de acondicionamento, como encadernação, montagem simples de estampas e em *passe-partout*<sup>40</sup> (WEITZEL, 2009, p. 13-14). Os conteúdos sobre preservação compuseram os programas das disciplinas Bibliografia, Iconografia e Numismática do referido curso (AZEVEDO, 2013, p. 3-4).

Após a incorporação do curso da BN à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (Fefieg), atual UNIRIO, os conteúdos sobre preservação continuaram a ser abordados em outras disciplinas, a saber: Organização e Administração de Bibliotecas (OAB), Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC) e História do Livro e das Bibliotecas. A disciplina Conservação era oferecida pela Escola de Arquivologia, como disciplina optativa aos discentes de Biblioteconomia. Em 2010, a disciplina Políticas de Preservação em Acervos Bibliográficos (PPAB) passou a fazer parte da grade curricular das disciplinas oferecidas pelo Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos (AZEVEDO, 2013, p. 5), hoje Departamento de Biblioteconomia.

---

<sup>40</sup> Peça de cartão recortado, formando uma moldura, para enquadrar e proteger desenhos, fotografias etc.

Castro (2008) lembra que os Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação foram espaços de discussão sobre conservação e restauração a partir da década de 1960.

E o Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA), por sua vez, destacou-se por disseminar conteúdos sobre conservação preventiva para bibliotecários e arquivistas (HANNESCH, 2013, p.64-65).

Dois eventos mais recentes também relacionados à Biblioteconomia merecem destaque: o I Encontro sobre o Ensino de Preservação (2001); e o II Encontro sobre o Ensino de Preservação: Biblioteconomia, Documentação e Preservação de Acervos de Memória (Rio de Janeiro, 2011), com o objetivo de promover a reflexão sobre a relevância do ensino de preservação como disciplina obrigatória nas áreas de Documentação e avaliar a ação do CPBA na disseminação do conhecimento sobre preservação (ENCONTRO SOBRE O ENSINO..., 2011, p.1)<sup>41</sup>.

As relações da Museologia com a conservação também são antigas: esta surge no âmbito dos museus e aos poucos foi adquirindo autonomia, tendo hoje suas trajetórias próprias e muitas interfaces (CARVALHO, 2018, p. 46). As influências dos museus no ensino da conservação e da restauração no Brasil levaram à capacitação dos seus próprios conservadores-restauradores, preocupação registrada na grade do Curso de Museus, de 1932, do MHN (CARVALHO, 2018, p. 5). Esse curso, que pertence à Escola de Museologia da UNIRIO desde 1977, inicialmente formava conservadores de museus. Somente a partir da década de 1970 é que a denominação “conservador de museus” passou a ser substituída por museólogo (CARVALHO, 2018, p. 3). A partir dos anos 1960 e 1970, o Curso de Museologia – quando foi incorporado à Universidade – passou a inserir conteúdos de preservação em disciplinas com ênfase na conservação preventiva (CARVALHO, 2018, p. 206).

Na Ciência da Informação, estudos sobre diferentes aspectos da preservação foram realizados nos seus cursos brasileiros de pós-graduação, como aqueles já citados na subseção 3.3: Silva (1998), Gomes (2000), Elias

---

<sup>41</sup> As recomendações do encontro podem ser encontradas em: <<https://abdf.org.br/sobre-abdf/noticias/item/855-recomendacoes-do-ii-encontro-sobre-o-ensino-de-preservacao>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

(2002), Beck (2006), Zúñiga (2005), Hollós (2006), Ribeiro (2012), Tavares (2014) e Hollós (2014).

Levando-se em conta esse panorama das abordagens sobre a preservação, a conservação e a restauração nas disciplinas que compõem o universo de análise desta tese, podemos citar as escolas norte-americanas e europeias como fortes referências internacionais para o ensino de preservação no Brasil. Dentre elas, destacamos a *Graduate School of Architecture, Planning and Preservation (GSAPP)*, da *Columbia University*, e a ENC, da *Université de recherche Paris Sciences et Lettres (PSL)*. Ambas mantêm formações voltadas para o campo da preservação, em seus cursos atuais, conforme quadro 2.

#### Quadro 2 – Disciplinas sobre preservação na GSAPP e na ENC

Universidade	Escola	Curso	Nível	Disciplina
<b>Columbia University</b>	GSAPP	<i>Historic Preservation</i>	Mestrado (M.S.)	<i>Theory &amp; Practice of Historic Preservation e Preservation Planning &amp; Policy</i>
<b>Columbia University</b>	GSAPP	<i>Historic Preservation</i>	Doutorado (Ph.D.)	Currículo não encontrado no site.
<b>Université PSL</b>	ENC	<i>Archiviste paléographe</i>	Graduação	Disciplinas que contemplam conteúdos sobre preservação: <i>Histoire de l'art, Histoire du livre et des bibliothèques e Latin.</i>

**Fonte:** Autoria própria a partir dos dados encontrados em <<https://www.arch.columbia.edu/>> e <<http://www.chartes.psl.eu/fr>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

Observam-se algumas diferenças entre o curso de mestrado norte-americano e o curso de graduação francês: no primeiro, fica explícito o foco na relação da preservação com a teoria e a prática, e com políticas e planejamento para preservação; no segundo, os conteúdos sobre preservação estão intimamente ligados à perspectiva histórica, conforme explica Sá:

[...] como instituição de ensino superior, a École Nationale des Chartes, atualmente com um curso de quatro anos de duração, continua expedindo diploma de arquivista-paleógrafo e vários de seus egressos – os *chartistes*, como ainda são chamados seus alunos e ex-alunos – fizeram e fazem carreira como conservadores de patrimônio, atuando não somente em arquivos e bibliotecas, mas também em museus importantes da França. (SÁ, 2013, p. 37).

Neide Gomes (2000) e Ingrid Beck (2006), duas pesquisadoras brasileiras, realizaram estudos sobre o ensino de preservação, que muito

inspiraram as questões norteadoras desta tese, ao investigá-lo nos cursos brasileiros de Arquivologia e Biblioteconomia. As duas pesquisas também foram produzidas em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, um da Universidade de Brasília (UnB) e o outro da Universidade Federal Fluminense (UFF), em convênio com o IBICT. É a partir de algumas de suas contribuições que analisamos o ensino de preservação no âmbito das disciplinas científicas contempladas nesta pesquisa, conforme apresentamos a seguir.

## **5.2 O ensino de preservação na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**

Buscando demonstrar alguns aspectos que podem ser comuns para o ensino de preservação nas disciplinas científicas que estudamos, apresentamos alguns apontamentos baseados em afirmações de Gomes (2000), Beck (2006), Manini (2013) e em algumas das recomendações do II Encontro sobre o Ensino de Preservação: Biblioteconomia, Documentação e Preservação de Acervos de Memória (Rio de Janeiro, 2011). Em seguida, analisamos os dados sobre as disciplinas presentes nos currículos dos cursos que compõem o universo desta pesquisa, com o objetivo de propor reflexões sobre o ensino de preservação nos cursos supracitados.

Seguem, portanto, os apontamentos que consideramos mais relevantes para (re)pensarmos o ensino de preservação:

- A necessidade de se acompanhar o desenvolvimento tecnológico, que traz consigo novos desafios para a preservação (GOMES, 2000, p. 9) e para o seu ensino.
- A importância do ensino para a atuação profissional, o que requer cooperação entre instituições e profissionais já formados, bem como a atualização do ensino de preservação para lidar com novos desafios e resolver questões novas e antigas (GOMES, 2000, p. 9), trabalhando inter ou multidisciplinarmente para tratar sobre questões contemporâneas (BECK, 2006, p. 49).

- O reconhecimento das contribuições que o campo recebe de outras disciplinas, como a Química, a Biologia, dentre outras (GOMES, 2000, p. 9), incluindo as disciplinas científicas estudadas nesta tese.
- O reconhecimento do profissional conservador-restaurador como um agente fundamental para o campo da preservação (GOMES, 2000, p. 9).
- O ensino de preservação que deve considerar os documentos analógicos e digitais (GOMES, 2000, p. 53), entendendo a imprescindibilidade da preservação dos documentos digitais (BECK, 2006, p. 58).
- A preservação no seu escopo gerencial (BECK, 2006, p. 51).
- A necessidade de aprendizado contínuo (BECK, 2006, p. 54).
- A relevância de uma visão holística do ensino de preservação (BECK, 2006, p. 58).
- A obrigatoriedade do ensino da preservação como disciplina específica nos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e afins (RECOMENDAÇÕES DO II ENCONTRO..., 2012);
- O fomento de aproximações entre as graduações em Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e afins e a Pós-graduação, estimulando a articulação do ensino e da pesquisa em preservação (RECOMENDAÇÕES DO II ENCONTRO..., 2012);
- O foco do ensino da preservação no âmbito da gestão e da curadoria de acervos, e não no ensino orientado para ações intervencionistas (RECOMENDAÇÕES DO II ENCONTRO..., 2012);
- O favorecimento no ensino da preservação de conteúdos sobre segurança de acervos e educação patrimonial, enfatizando, sempre, a ação preventiva (RECOMENDAÇÕES DO II ENCONTRO..., 2012);

- E a importância de estarmos atentos e refletirmos sobre novas demandas para o ensino (MANINI, 2013, p. 126), (re)construindo *habitus*.

Diante dessas observações, verificamos que a preservação não se resume a um conjunto de medidas técnicas e envolve questões políticas, identitárias, econômicas etc. circunscritas às dimensões socioculturais, como abordamos ao longo da seção 4. Analisamos, a seguir, os dados acerca das disciplinas sobre preservação presentes nos currículos dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.

### **5.2.1 Análise de dados sobre o ensino de preservação no Brasil**

Os dados que apresentamos nesta subseção foram levantados e analisados a partir dos estudos de Gomes (2000) e Beck (2006), com a finalidade de compreendermos um pouco do histórico e das transformações ocorridas no ensino de preservação nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, contemplados pelas autoras.

Paralelamente, apresentamos a análise dos dados que coletamos sobre o ensino de preservação nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação, mediante levantamento de dados sobre as disciplinas nas bases e-MEC e Sucupira, e nos *sites* oficiais de cada um dos cursos, totalizando 129 cursos ativos e 221 disciplinas curriculares (obrigatórias e não obrigatórias), assim distribuídas: 35 em Arquivologia, 67 em Biblioteconomia, 94 em Museologia e 25 em Ciência da Informação (conforme detalhado no apêndice A).

A seguir, apresentamos os dados sobre a presença (e a ausência) de disciplinas sobre preservação nos 129 cursos mapeados.

**Tabela 1** – Presença de disciplinas sobre preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.

Curso	Nº de cursos	Nº de cursos com dados encontrados	Oferece disciplina
Arquivologia (GOMES, 2000, p. 53)	6	6	6
Arquivologia (BECK, 2006, p. 71-73)	9	9	9
Arquivologia (2018)	16	14	14
Biblioteconomia (GOMES, 2000, p. 53)	19	19	12
Biblioteconomia (BECK, 2006, p. 71-73)	34	34	10
Biblioteconomia (2018)	55	44	34
Museologia (2019)	21	15	15
Ciência da Informação (2019)	37	31	12
<b>TOTAL (2018-2019)</b>	<b>129</b>	<b>104</b>	<b>75</b>

**Fonte:** elaborada pelo autor.

Esses números indicam a manutenção da presença de disciplinas sobre preservação nos cursos de Arquivologia desde os anos 2000, nos quais todos os currículos (de 2018) com dados encontrados contemplam ao menos uma disciplina que abrange o tema diretamente.

A proporção de disciplinas sobre preservação nos cursos de Biblioteconomia varia entre os anos 2000, 2006 e 2018, representando uma tendência de que os cursos voltaram a contemplar mais disciplinas sobre o tema, se compararmos com a queda verificada de 2000 para 2006 e analisada por Beck:

[...] o fator central é o impacto que as novas tecnologias vêm causando sobre o currículo dos cursos de Biblioteconomia, fazendo com que muitas disciplinas desapareçam para dar lugar a um novo conteúdo. Alguns cursos de Biblioteconomia mudaram a sua denominação para Ciência da Informação e outros foram encerrados, para dar lugar a um novo tipo de curso, o de Ciência da Computação. Surgem disciplinas com diferentes nomenclaturas como: "Tecnologia da Informação", "Gestão de Sistemas Informacionais", "Planejamento de Sistemas de Informação", "Produção de Documentos Eletrônicos" e ainda "Produção, Armazenamento, Conservação e Disseminação de Documentos Eletrônicos", entre outras. As grades curriculares destes cursos parecem atender, o que parece compreensível, a uma forte pressão do mercado de trabalho. Em sua maioria, entretanto, deixam de ter um compromisso com a questão da preservação, e isto é muito preocupante. (BECK, 2006, p. 85-86).

Verifica-se a presença de disciplinas curriculares sobre preservação em todos os cursos de Museologia (2019), considerando-se os títulos e/ou ementas encontrados, o que reforça a relação histórica da Museologia com a preservação. Entretanto, nos cursos de Ciência da Informação, nota-se que disciplinas sobre preservação não são frequentes (2019), o que coaduna com o apontamento anterior de Beck (2006).

Na tabela 2, encontram-se os dados que categorizam a quantidade de disciplinas obrigatórias e não obrigatórias nos cursos.

**Tabela 2** – Disciplinas obrigatórias e não obrigatórias sobre preservação analisadas.

Curso	Total de disciplinas encontradas	Disciplinas		
		Obrigatória	Não Obrigatória	Categoria não identificada
<b>Arquivologia (2018)</b>	35 (em 14 cursos)	23	12	0
<b>Biblioteconomia (2018)</b>	67 (em 44 cursos)	41	25	1
<b>Museologia (2019)</b>	94 (em 15 cursos)	54	40	0
<b>Ciência da Informação (2019)</b>	25 (em 31 cursos)	1	20	4
<b>TOTAL</b>	221	119	97	5

**Fonte:** elaborada pelo autor.

Constata-se a diferença entre o perfil da graduação (três primeiros cursos) com o da pós-graduação (Ciência da Informação): nesse último, há maior proporção de disciplinas optativas, o que nos remete à escassez de disciplinas obrigatórias sobre preservação em tais cursos e à necessidade de reflexão sobre a preservação como base para o acesso, que, por sua vez, é uma questão de pesquisa relevante para essa disciplina científica.

Nas próximas tabelas, são apresentados os dados levantados a partir dos títulos e das ementas das disciplinas sobre preservação, de acordo com os documentos encontrados nos *sites* de cada curso, entre 10/10/2018 e 21/01/2019, quando buscamos, nos títulos e nas ementas, pelas palavras "preservação", "conservação", "restauração" e "risco". Essa última foi considerada quando relacionada à metodologia de gestão de riscos voltada à preservação.



**Tabela 3** – Predominância de conteúdos sobre preservação nos 14 cursos de Arquivologia

Conteúdo	Nº de cursos em que aparece	Frequência
<b>Preservação</b>	14	67
<b>Conservação</b> (englobando conservação preventiva ou conservação curativa)	12	30
<b>Conservação preventiva</b> (especificamente ou termo similar, como “preservação preventiva”, por exemplo)	8	10
<b>Restauração</b>	6	17
<b>Preservação digital e/ou curadoria digital</b>	10	32
<b>Gestão de riscos</b>	0	0
<b>TOTAL</b>	50	156

**Fonte:** elaborada pelo autor, conforme os títulos e/ou ementas das disciplinas.

Foram analisados os títulos e/ou as ementas das disciplinas identificadas e somente os dados que evidenciavam o que procurávamos foram considerados. Assim, mesmo que uma disciplina, no momento do nosso levantamento, contemplasse o ensino de gestão de riscos, só a contabilizamos caso esse dado estivesse presente no seu título e/ou na sua ementa. Buscamos, desse modo, refletir sobre o papel das instituições em (re)pensar e atualizar seus currículos e não sobre a atuação de professores e professoras que, em muitos casos, atualizam os conteúdos ministrados nas disciplinas por conta própria, indo além das ementas oficiais.

Nota-se que os 14 cursos com dados encontrados contemplavam o termo preservação (geralmente entendido como hiperônimo da conservação e da restauração); 12 deles abordam a conservação (em ao menos uma de suas abordagens: preventiva e/ou curativa), sendo que 8 deles indicam explicitamente a conservação preventiva; 6 deles têm alguma abordagem sobre restauração (teórica e/ou prática); 10 abordam de alguma forma a preservação de documentos digitais. Tais números representam um dado positivo para nossa investigação, visto que predominam conteúdos sobre preservação nos cursos de Arquivologia, com destaque para a conservação preventiva e os documentos digitais.

Nenhum curso registrava oficialmente o ensino da metodologia de gestão de riscos, o que representa um dado negativo, tendo em vista a relevância desse instrumento metodológico para o planejamento e a administração da preservação, especialmente em sua dimensão preventiva.

**Tabela 4** – Predominância de conteúdos sobre preservação nos 44 cursos de Biblioteconomia

Conteúdo	Nº de cursos em que aparece	Frequência
<b>Preservação</b>	28	98
<b>Conservação</b> (englobando conservação preventiva ou conservação curativa)	27	63
<b>Conservação preventiva</b> (especificamente ou termo similar, como “preservação preventiva”, por exemplo)	13	20
<b>Restauração</b>	11	24
<b>Preservação digital e/ou curadoria digital</b>	14	40
<b>Gestão de riscos</b>	1	1
<b>TOTAL</b>	94	246

**Fonte:** elaborada pelo autor, conforme os títulos e/ou ementas das disciplinas.

Levando-se em conta os dados da tabela 4, 28 dos 44 cursos contemplam o termo preservação; 27 abordam a conservação, sendo que apenas 13 dos 44 o fazem explicitamente sobre a conservação preventiva; 11 têm alguma abordagem sobre restauração; somente 14 abordam de alguma forma a preservação de documentos digitais e apenas um curso, o da Universidade Federal do Ceará (UFC), registra oficialmente o ensino da metodologia de gestão de riscos. Tais números representam um dado negativo, tendo em vista a relevância do ensino da conservação preventiva, da preservação digital e da gestão de riscos, como demonstrado ao longo desta tese, e especialmente na subseção 3.3.

**Tabela 5** – Predominância de conteúdos sobre preservação nos 15 cursos de Museologia

Conteúdo	Nº de cursos em que aparece	Frequência
<b>Preservação</b>	13	51
<b>Conservação</b> (englobando conservação preventiva ou conservação curativa)	15	112
<b>Conservação preventiva</b> (especificamente ou termo similar, como “preservação preventiva”, por exemplo)	9	31
<b>Restauração</b>	9	29
<b>Preservação digital e/ou curadoria digital</b>	2	2
<b>Gestão de riscos</b>	1	1
<b>TOTAL</b>	49	226

**Fonte:** elaborada pelo autor, conforme os títulos e/ou ementas das disciplinas.

Verifica-se que 13 dos 15 cursos com dados encontrados contemplam o termo preservação; 15 deles abordam a conservação, sendo que 9 indicam explicitamente a conservação preventiva e 9 têm alguma abordagem sobre restauração. Tais números representam um dado positivo, visto que predominam conteúdos sobre preservação nos cursos de Museologia, com destaque para o espaço destinado ao termo conservação.

Por outro lado, apenas dois cursos mencionam a preservação de documentos digitais, os da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e somente um curso registra oficialmente o ensino da metodologia de gestão de riscos, o da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Tais números representam um dado negativo, considerando o que já foi exposto na análise das tabelas anteriores.

**Tabela 6** – Predominância de conteúdos sobre preservação nos 31 cursos de Ciência da Informação

Conteúdo	Nº de cursos em que aparece	Frequência
<b>Preservação</b>	12	54
<b>Conservação</b> (englobando conservação preventiva ou conservação curativa)	1	8
<b>Conservação preventiva</b> (especificamente ou termo similar, como “preservação preventiva”, por exemplo)	1	3
<b>Restauração</b>	1	3
<b>Preservação digital e/ou curadoria digital</b>	7	32
<b>Gestão de riscos</b>	2	2
<b>TOTAL</b>	24	102

**Fonte:** elaborada pelo autor, conforme os títulos e/ou ementas das disciplinas.

Nessa tabela, observamos que 12 dos 31 cursos com dados encontrados contemplam o termo preservação; apenas um aborda a conservação, sendo ele também o único que indica explicitamente a conservação preventiva e que tem alguma abordagem sobre restauração, o Mestrado Profissional em Memória e Acervos, do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); 7 abordam de alguma forma a preservação de documentos digitais e apenas 2 cursos registram oficialmente o ensino da metodologia de gestão de riscos, reiterando as preocupações já mencionadas, o Mestrado e o Doutorado da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tais números representam um dado negativo e preocupante, visto que não estava sendo contemplado nos currículos o ensino de preservação nesses cursos, essencial para o acesso a documentos e informações a longo prazo.

Na tabela 7, apresentamos os dados comparativos das predominâncias de conteúdos sobre preservação nas disciplinas curriculares dos cursos analisados.

**Tabela 7** – Comparação entre as predominâncias de conteúdos sobre preservação nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação

Cursos	Preservação	Conservação	Conservação preventiva	Restauração	Preservação digital e/ou curadoria digital	Gestão de riscos
<b>Arquivologia (14)</b>	14	12	8	6	10	0
<b>Biblioteconomia (44)</b>	28	27	13	11	14	1
<b>Museologia (15)</b>	13	15	9	9	2	1
<b>Ciência da Informação (31)</b>	12	1	1	1	7	2

**Fonte:** elaborada pelo autor, conforme os títulos e/ou ementas das disciplinas.

### 5.2.2 Recomendações para o ensino de preservação: o foco na administração da preservação

Com a finalidade de apresentar uma proposta de reflexão sobre a necessidade de atualização dos currículos dos cursos estudados, consideramos que:

- Há uma grande variedade de nomenclatura e de conteúdos nas disciplinas curriculares sobre preservação (BECK, 2006, p. 86-87) ainda hoje, o que dificulta uma harmonização em torno do ensino de conteúdos básicos e fundamentais para o campo.
- Os currículos dos cursos representam um espaço de disputas, movimentado por relações de força que culminam na presença e na ausência de determinados conteúdos. Assim como afirmou Beck (2006), notamos equívocos no foco do ensino, a partir dos dados analisados, que indicam o ensino de práticas de conservação curativa e de restauração, levando-se em conta as limitações da carga horária das disciplinas. Conforme ressalta a autora, esse conteúdo ocupa o espaço essencial para a formação profissional de arquivistas e bibliotecários. Estendemos essa perspectiva aos museólogos e cientistas da informação, além de salientarmos a escassez de conteúdos sobre

preservação em cursos de mestrado e doutorado em Ciência da Informação.

- Há uma tendência à adoção das publicações do projeto CPBA como material didático, desde o trabalho de Gomes (2000) (BECK, 2006, p. 87).
- Pesquisas sobre o ensino de preservação são raras, assim como a frequente inobservância do papel fundamental da preservação, ou seja, de base para a gestão e para o acesso, o que tem reflexos nas práticas dos profissionais que atuam no campo (BECK, 2006, p. 87-88).
- A formação de profissionais voltados e capacitados para trabalhar na administração da preservação exige dos educadores, em primeiro lugar, a compreensão dessa necessidade (BECK, 2006, p. 89), que, evidentemente, deve alcançar as instituições de ensino, responsáveis pela atualização dos currículos a partir de suas instâncias competentes.
- A conservação preventiva e a preservação digital devem ser conteúdos contemplados no ensino de Arquivologia e Biblioteconomia (BECK, 2006, p. 90-91), assim como no de Museologia e Ciência da Informação.
- Os professores e professoras devem estar atualizados e capacitados para o ensino da preservação (BECK, 2006, p. 91), tendo como conteúdo essencial a preservação em suas dimensões preventiva e gerencial (que indicamos para todas as formações aqui estudadas).
- Os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação precisam conferir mais atenção à preservação (BECK, 2006, p. 91), ainda hoje.
- A importância da preservação do patrimônio público contemplada na educação de jovens e adultos pode favorecer um entendimento amplo sobre a relevância de ambos para a vida em sociedade (HOLLÓS, 2006, p. 67).
- A educação pode ser um caminho para a superação de dilemas e desafios sobre preservação (HOLLÓS, 2006, p. 74), sejam desafios específicos ou não.

Com base no exposto ao longo desta tese, propomos que o ensino de preservação nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação no Brasil:

- Seja atualizado com as diretrizes nacionais e internacionais que focalizam a prevenção e o planejamento da preservação (incluindo aquelas sobre ações responsivas: corretivas e de restauração/recuperação).
- Mantenha contato, para cooperação no ensino, com organizações públicas, privadas e com profissionais que atuam no campo da preservação.
- Leve em conta a importância do foco na administração da preservação, alinhando seus conteúdos a uma perspectiva holística, gerencial e preventiva, a partir da conservação preventiva aliada à gestão de riscos.
- Considere a aplicabilidade do ensino de preservação em organizações públicas, privadas e no âmbito pessoal, inclusive como meio de reconhecimento e valorização do campo.
- Tenha clareza e critérios do que se pretende preservar, tendo em vista a manutenção dos bens culturais materiais móveis, comuns às quatro disciplinas científicas aqui estudadas.
- Planeje e defina como cada disciplina científica se apropriará dos conteúdos essenciais para o ensino de preservação, a partir das suas particularidades disciplinares, para que essa apropriação também fique clara para os discentes.
- Tome conhecimento e consciência de que o ensino de preservação vai muito além de um conjunto de medidas técnicas, e que precisa ser realizado de forma reflexiva e crítica.
- Relacione a preservação ao direito ao acesso, à memória e à informação.
- Considere o campo da preservação como um espaço dinâmico, em contato com a realidade que o cerca e em constante (re)construção.
- Avalie os conteúdos das disciplinas dos cursos e, se julgar pertinente, as revise, a partir das instâncias competentes.
- Lembre-se de que a educação não pode tudo, mas pode promover transformações significativas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando alguns pontos da pesquisa, verificamos que a hipótese apresentada foi confirmada, ou seja, o ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação encontra-se desalinhado à perspectiva holística, gerencial e preventiva que contempla a conservação preventiva aliada à gestão de riscos. Destacamos essa confirmação principalmente em relação à gestão de riscos, embora tenhamos explicitado que nossa análise foi pautada exclusivamente nas ementas oficiais das disciplinas curriculares dos cursos analisados.

Assim como observado na introdução, outros fatores também devem ser abordados no ensino e nas práticas da preservação, tais como a atuação política, políticas que planejem a disponibilidade e o direcionamento de recursos, a educação patrimonial e a apropriação social do patrimônio público, a abertura para o diálogo inter e multidisciplinar, dentre outros.

Parece-nos também pertinente reforçar que uma das principais fontes de conhecimento, conscientização e (re)direcionamento de ações no campo da preservação são as instituições de ensino. Nesse sentido, lembremo-nos de Freire, novamente, com o potencial transformador da educação, e de Bourdieu, com as disputas inerentes ao campo científico. Ambos foram de suma importância para as reflexões que perpassam esta tese, especialmente na concepção do campo da preservação como um espaço de fazeres, saberes e poderes em constante disputas e transformações.

Entendemos que o problema de pesquisa foi “resolvido”, a partir do cumprimento dos objetivos propostos, os quais, por sua vez, nortearam a construção das seções deste trabalho. Assim, a questão “o que é, como é e para que fins a preservação é ensinada nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação?” foi analisada, mediante o alcance dos quatro objetivos: a) a análise do conceito de bem cultural material móvel, a partir de definições de patrimônio, para compreendermos o que tais disciplinas científicas abordam como seu objeto de preservação; b) a



investigação do campo da preservação como um espaço de disputas e de conteúdos transversais a várias disciplinas científicas, para conhecermos e compreendermos a sua formação histórica e epistemológica, bem como as suas repercussões no ensino e nas práticas da preservação; c) o relacionamento da preservação com o direito à memória e à informação, para propor seu ensino de forma reflexiva e crítica, ampliando-a para além de um conjunto de técnicas; e d) a identificação, sistematização e análise das características e perfis no ensino de preservação nos cursos brasileiros que compuseram o universo desta pesquisa, a fim de apresentar as recomendações propostas na seção anterior.

Considerando todo o exposto, ratificamos a relevância da conservação preventiva e da capilaridade da metodologia de gestão de riscos para o direcionamento do ensino e das práticas de preservação para uma perspectiva preventiva, gerencial, holística e eficaz. Não temos dúvidas de que essa deva ser a tônica atual.

Essa é a essência da nossa proposta para as políticas e a administração da preservação, enquanto perspectiva de ensino no campo, sem nos esquecermos de que para preservar a longo prazo, devemos pensar a longo prazo. A preservação deve ser pensada como um processo dinâmico e continuado, que envolve diferentes agentes, recursos, perspectivas, saberes e fazeres.

Ressaltamos, portanto, a relevância e a complexidade do caráter ético da preservação, que envolve questões como a estética e a historicidade do bem preservado. Nesse sentido, compreendemos a importância deste olhar para a preservação a fim de proporcionar a comunicação dos documentos ao longo do tempo, atentando para os atributos caros à sua contextualização. Em suma, a preservação apresenta-se como uma importante aliada do acesso à informação ao considerarmos o potencial dos documentos para promover efeitos informativos. Em outras palavras, a preservação é base e condição para o acesso à informação.

Mesmo tendo cumprido nosso objetivo de pesquisa, identificamos algumas questões e desdobramentos possíveis a partir do trabalho realizado. Por exemplo, seria interessante um estudo para analisar com maior profundidade as influências e perspectivas de escolas internacionais no ensino

e nas práticas da preservação no Brasil, bem como o posicionamento de pesquisadores e pesquisadoras brasileiros sobre o assunto. Além disso, como cientistas brasileiros e de outros países idealizariam o ensino de preservação para os cursos estudados nesta tese? O que professores e professoras que ministram as disciplinas dos cursos que estudamos pensam sobre o assunto? No geral, eles vão além das ementas? Há, atualmente, algum consenso sobre a relevância da conservação preventiva e da gestão de riscos? O que pensam pesquisadores e docentes dos cursos de Conservação e Restauração? Quais e como as transformações socioculturais em curso repercutem no campo da preservação? Como respondê-las? Quais demandas nos trazem os usuários dos documentos e dos patrimônios? Como atendê-los? Quais questões, perspectivas e propostas nos trazem nossos estudantes?

\*\*\*

Permito-me, neste trecho desta última seção, num tom mais pessoal e na primeira pessoa do singular, retomar o que outras pesquisadoras e pesquisadores me ajudaram a enxergar e analisar.

Este trabalho foi um grande desafio para minha formação e atuação profissional, hoje como docente. Pessoalmente (re)aprendi e (re)valorizei muitas coisas ao longo desses quatro anos de doutoramento. Essa é uma consideração indispensável, a meu ver, depois de tudo o que busquei apresentar nesta tese, que representa parte de um extenso e intenso processo de pesquisa e de (re)descobertas.

Passamos (e infelizmente passaremos) por diversas experiências negativas no âmbito da preservação do patrimônio. Algumas delas catastróficas, como guerras, inundações, incêndios, tsunamis etc. Nossa história é feita de desafios, perdas, ganhos e de superações. Temos em comum a certeza da perda e de que nada dura para sempre. Contudo, também temos em comum nossa curiosidade e criatividade para lidar com isso.

A ciência é um meio de compreender a realidade e de lidar com os desafios que encaramos. E é nessa perspectiva que este trabalho se insere ao propor demonstrar que podemos ir além, considerando o legado que nos foi deixado, a inovação e a diversidade como alguns dos princípios relevantes

para qualquer proposta de “desenvolvimento” inclusivo, colaborativo e acolhedor.

No Brasil, temos um histórico muito lamentável de descaso e de catástrofes que comprometem a preservação do nosso patrimônio coletivo. Em contrapartida, também temos diversas iniciativas e pessoas engajadas em “ir além” nesse campo, envidando esforços que ultrapassam parâmetros de cumprimento de sua profissão e se configuram, também, como luta pela preservação do nosso patrimônio. Vivemos em um país com muitas contradições e profundas desigualdades. Nossa cultura é diversa, como apontado ao longo deste trabalho, mostrando-se desafiadora para qualquer pessoa que se dedique a estudá-la.

Minha esperança, motivada dentro e fora das salas de aula, é reforçada pelas palavras de Paulo Freire e pelo que vejo e revejo nas práticas docentes. É extremamente motivador enxergar na juventude seu potencial criativo, inovador e transformador. Quando escrevo juventude, retirando-me dessa classificação, faço-o conscientemente, pois me coloco no lugar – ainda de pesquisador, inacabado e curioso – de quem quer observar o que os mais novos trazem, sem esquecer o legado dos mestres. Essa é uma atitude que chamou minha atenção ao observá-la na relação com minhas orientadoras, com as quais aprendi pelo exemplo. Percebi a importância de estarmos receptivos e de abrir espaços para quem está chegando se apresentar, acertar, errar, (re)ver, decidir, ouvir, falar etc. Essa é uma postura inclusiva, acolhedora e transformadora, como a educação deve ser. Como já foi dito nesta tese, também a partir de Paulo Freire, alguma coisa fundamental a educação pode.

## REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Tradução de Manuel Adolpho. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. (Tradução de Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven: ontworpen in opdracht van de Vereeniging van Archivarissen in Nederland). Disponível em: <[http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual\\_dos\\_arquivistas.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf)>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], n. 117, p. 127-147, nov. 2002.
- ASSMANN, Aleida. A memória como Ars e Vis. In: \_\_\_\_\_. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. São Paulo: Unicamp, 2017. p. 31-36.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 31000: gestão de riscos: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro, 2009.
- \_\_\_\_\_. **NBR ISO 31000: gestão de riscos: diretrizes**. Rio de Janeiro, 2018.
- ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO (São Paulo). **CPBA: projeto cpba**. Projeto CPBA. 2001. Disponível em: <<https://arqsp.org.br/cpba/>>. Acesso em: 12 out. 2020.
- ATLAN, Henri. **Entre o cristal e a fumaça**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- AUGUSTIN, Raquel França Garcia. **Políticas de gestão de acervos, instrumentos auxiliares na tomada de decisão: análises de documentos disponibilizados por museus brasileiros na web**. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2017.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Da Biblioteca Nacional a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: traços do ensino de conservação na formação de bibliotecários. In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO, 2., 2013, São João del Rei. **Anais...** São João del Rei: PPGA, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BARATEIRO, José; ANTUNES, Gonçalo; BORBINHA, José. **Addressing digital preservation: proposals for new perspectives**. Searcy: Harding University, 2009. Disponível em: <<http://cs.harding.edu/indp/papers/barateiro7.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

BASTARDIS, Jean. **O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no IPHAN**. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

BAUCOM, Erin. Preservation as risk management: ensure your digital materials are available for future users. **American Libraries Magazine**, Chicago, 3 set. 2019. Disponível em: <<https://americanlibrariesmagazine.org/2019/09/03/preservation-risk-management/>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

BECK, Ingrid. **O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia**: perspectivas para formar um novo profissional. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Terminologia em conservação de bens culturais em papel**: produção de um glossário para profissionais em formação. 2018. 292 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

BORGES, Jorge Luis. **Funes, o Memorioso**. Tradução de Marco Antonio Franciotti. Barcelona: Ed. Bruguera, 1979. p. 477 - 484. (Prosa Completa, v. 1). Disponível em: <<http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20141/SLC0630-1/Funes,%20o%20Memorioso.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 jan. 2021.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Tradução de Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2016.

BUCKLAND, Michael Keeble. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S. l.], v. 45, n. 5, p.351-360, 1991.

CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE. Government of Canada. **Stefan Michalski**. 2019. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/conservation-experts/stefan-michalski.html>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

CARTA de Atenas. Atenas: [s. n.], 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

CARTA de Atenas. Atenas: [s. n.], 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

CARTA de Veneza. Veneza: [s. n.], 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

CARVALHO, Ana Paula Corrêa de. **O curso de especialização em Conservação de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da UFRJ**. 2018. 269 f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2018.

CASANOVA, Eugenio. **Archivística**. 2. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil**. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

CÓDIGO DE ÉTICA DO CONSERVADOR-RESTAURADOR. [S. l.]: Arco.it, 2005. Disponível em: <<https://www.arcoit.com.br/wp/wp-content/uploads/2018/04/CODIGO-DE-ETICA.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Trabalho com informação: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital**. Rio de Janeiro: CFCH: ECO, 2012.

DAY, Ronald E.. Preface. In: BRIET, Suzanne; DAY, Ronald E.. **What Is Documentation?**: english translation of the classic french text. Lanham, Maryland • Toronto • Oxford: The Scarecrow Press, Inc., 2006. p. v-ix. Translated and edited by Ronald E. Day, Laurent Martinet with Hermina G. B. Anghelescu.

DECLARAÇÃO do México. [S. l.]: [s. n.], 1985. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

DICIONÁRIO Brasileiro da Língua Portuguesa. [S. l.]: Editora Melhoramentos, [2020?]. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

EDMONDSON, Ray. **Memória do mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental mundial**. Versão para português Maria Elisa Bustamante. Edição revisada. Paris: Divisão da Sociedade da Informação da UNESCO, 2002.

ELIAS, Ísis Baldini. **Conservação e restauro de obras de arte em suporte de papel**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ENCONTRO SOBRE O ENSINO DE PRESERVAÇÃO: BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ACERVOS DE MEMÓRIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2., **Programa**. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho de 2012. Disponível em: <<https://livrozilla.com/doc/743472/ii-encontro-sobre-o-ensino-de-preserva%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

EPSTEIN, Isaac. **Teoria da informação**. São Paulo: Ática, 1986.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. *E-book*.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ: MinC-IPHAN, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FROHMANN, Bernd. **A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação**. *Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas* - Ano 09, número 14, 2012. Artigo reimpresso com a permissão de The Johns Hopkins University Press.

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. **Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR: EBA: UFMG, 2008.

GARCIA, Eugênio Vargas. Liga das nações. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV, 1984. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DAS%20NA%C3%87%C3%95ES.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.

GLOSBE. **Glosbe dicionário**. [2020?]. Disponível em: <<https://pt.glosbe.com/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

GOMES, Neide Aparecida. **O ensino de conservação, preservação e restauração de acervos documentais no Brasil**. 2000. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus: Revista de Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

GUICHEN, Gaël de. La conservación preventiva: ¿simple moda pasajera o cambio trascendental? **Museum International**, [S. l.], v. 51, n. 201, p. 4 - 6, 1999.

HANNESCH, Ozana. **Patrimônio Arquivístico em Museus**: reflexões sobre seleção e priorização em conservação-restauração de documentos em suporte papel. Orientador Marcus Granato. 2013. 229 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2013.

HEIN, Stefan; SCHMITT, Karlheinz. Risk management for digital long-term preservation services. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON PRESERVATION OF DIGITAL OBJECTS, 13., 2013, Lisbon. **Proceedings...** Viena: Universitat Wien, 2013. Disponível em: <[http://purl.pt/24107/1/iPres2013\\_PDF/Risk%20Management%20for%20Digital%20Long-Term%20Preservation%20Services.pdf](http://purl.pt/24107/1/iPres2013_PDF/Risk%20Management%20for%20Digital%20Long-Term%20Preservation%20Services.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2020.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Entre o passado e o futuro**: os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **O futuro da memória digital da administração pública federal brasileira**. 2014. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_; PEDERSOLI JÚNIOR, José Luiz. Gerenciamento de risco: uma abordagem interdisciplinar. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 72 - 81, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, c2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY. **Preventive conservation in 7 points**. [S. l.]: ICCROM, 2019. Disponível em: <<https://www.iccrom.org/sites/default/files/2019-06/iccrom-preventive-conservation-in-7-points-v2.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Canadian Conservation Institute. **Guia de destão de riscos para o patrimônio museológico**. Tradução de José Luiz Pedersoli Júnior. Brasília: IBERMUSEUS: ICCROM, 2017.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - COMMITTEE FOR CONSERVATION. **Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage**: resolution adopted by the ICOM-CC membership at the 15th Triennial Conference. New Delhi: ICOM-CC, 2008.

JEDLOWSKI, Paolo. Memória e a mídia: uma perspectiva sociológica. In: SÁ, Celso Pereira de (Org.). **Imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 87-98.



JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**. Oxford: Claredon Press, 1922. 251 p. Disponível em: <<http://archive.org/details/manualofarchivea00jenkuoft>>. Acesso: 17 dez. 2020.

JODELET, Denise. As representações sociais. In: \_\_\_\_\_. **Representações sociais: um domínio em expansão**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p.17-44.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare brandi e a teoria da restauração. **Pós**, São Paulo, n. 21, p. 198 - 243, jun. 2007.

\_\_\_\_\_. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista CPC**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16 - 40, abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a Carta de Veneza. **Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 28.7-320, dez. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539/7069>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito. In: BOITO, Camillo. **Os restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884**. Tradução de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl; apresentação de Beatriz Mugayar Kühl; revisão de Renata Maria Parreira Cordeiro. 3. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. p. 9-28.

\_\_\_\_\_. Viollet-le-Duc e o verbete restauração. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Apresentação e tradução de Beatriz Mugayar Kühl; revisão de Renata Maria Parreira Cordeiro. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2019. p. 9-24.

LE GOFF, Jacques. "Memória" In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992. p. 366-418

LEITE, Bruno Ferreira. **Arquivos pessoais e seus usos: um estudo de caso sobre o acervo de Dom Adriano Mandarino Hypólito**. 2011. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MANINI, Miriam P.; OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges. As ações de preservação nos arquivos brasileiros e o ensino de preservação nas universidades. In: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. (Org.). **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. v. 1. p. 121-131.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, 2004.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. Brasília: FCI/UnB, 2011. 399 fl. (Tese de Doutorado). Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Georgete Medleg Rodrigues.

MEIRELLES, Mariana Barros. DOCUMENTO, DOCUMENTAÇÃO E DOCUMENTALIDADE: A TEORIZAÇÃO DE BERND FROHMANN. In: \_\_\_\_\_ **Documento, objeto em disputa: a busca pela materialidade documental para a realização de direitos homoafetivos**. Rio de Janeiro, 2019. 198f. Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lídia Silva Freitas. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019, p. 19-41.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 98-103, jun. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

MICHALSKI, Stefan. Care and preservation of collections. In: OYLAN, Patrick; WOOLLARD, Wicky. **Running a museum: a practical handbook**. Paris: ICOM, 2004. p. 51- 89. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001410/141067e.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA. **Preserving access to digital information digital preservation policies (PADI)**. Canberra, [2011].

OTLET, Paul (1868–1944). **TRATADO DE DOCUMENTAÇÃO**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde, Letícia Alves, Virginia Arana, Silvana Arduini, Cristian Brayner, Marcilio de Brito, Magno Evangelista, Maria Yêda de Filgueira Gomes, Guillaume Achilles Clair Marie Isnard Filho, Nair Kobashi, Ana Regina Luz Lacerda, Antonio Agenor Briquet de Lemos, Ercília Mendonça, José Antonio Pereira do Nascimento, Martha Suzana Nunes, Regina Obata, Edmir Perrotti, Ivete Pieruccini, Alice Araújo Marques de Sá, Camila Silva, Max Evangelista da Silva, Johanna Wilhelmina Smit, Rosemeri Bernieri de Souza, Maria Carolina de Deus Vieira. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018. 742 p.

PEDERSOLI JÚNIOR, José Luiz. Entrevista com José Luiz Pedersoli. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 7-12, jul.-dez. 2010.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Fronteiras e horizontes da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. In: ALBAGLI, Sarita. **Fronteiras da Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: IBICT, 2013. p. 7-33.

POMIAN, Krzysztof. Memória. In: GIL, Fernando. **Sistemática**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2000. p. 507- 516. (Enciclopédia Einaudi, v. 42).

RAYWARD, W. Boyd. Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e queda e ascensão das ideias de Paul Otlet. In: OTLET, Paul (1868–1944). **TRATADO DE DOCUMENTAÇÃO**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde, Letícia Alves, Virginia Arana, Silvana Arduini, Cristian Brayner, Marcilio de Brito, Magno Evangelista, Maria Yêda de Filgueira Gomes, Guillaume Achilles Clair Marie Isnard Filho, Nair Kobashi, Ana Regina Luz Lacerda, Antonio Agenor Briquet de Lemos, Ercilia Mendonça, José Antonio Pereira do Nascimento, Martha Suzana Nunes, Regina Obata, Edmir Perrotti, Ivete Pieruccini, Alice Araújo Marques de Sá, Camila Silva, Max Evangelista da Silva, Johanna Wilhelmina Smit, Rosemeri Bernieri de Souza, Maria Carolina de Deus Vieira. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018. p. xi- xxvii.

RECOMENDAÇÃO Paris. Paris: [s. n.], 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201964.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

RECOMENDAÇÃO Paris. Paris: [s. n.], 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2020f.

RECOMENDAÇÃO Paris. Paris: [s. n.], 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>Acesso em: 28 jun. 2020.

RECOMENDAÇÃO Paris. Paris: [s. n.], 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

RECOMENDAÇÕES DO II ENCONTRO SOBRE O ENSINO DE PRESERVAÇÃO: Biblioteconomia, Documentação e Preservação de Acervos de Memória na cidade do Rio de Janeiro. **Programa**. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho de 2012. Disponível em: <<https://abdf.org.br/sobre-abdf/noticias/item/855-recomendacoes-do-ii-encontro-sobre-o-ensino-de-preservacao>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

REDE CARINIANA. **Glossário**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, [2016a]. Disponível em: <<https://cariniana.ibict.br/index.php/referencias/2016-02-19-18-56-47/R>>. Acesso em: 9 nov. 2020

REDE CARINIANA. **Glossário**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, [2016b]. Disponível em:

<<https://cariniana.ibict.br/index.php/referencias/2016-02-19-18-56-47/D>>. Acesso em: 9 nov. 2020.

REZENDE, Antônio Martinez de; BIANCHET, Sandra Braga. **Dicionário do latim essencial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 512 p.

RIBEIRO, Fanny do Couto. **Análise de risco: uma metodologia a serviço da preservação digital**. 2012. 285 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 31-58, jul.-dez. 2013.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SFEZ, Lucien. **A comunicação**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. 2008. 431 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

\_\_\_\_\_. **Algumas reflexões sobre a preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

SINGH, Jagjit. **Teoría de la información, del lenguaje y de la cibernética**. Madri: Alianza Editorial, 1982.

SOUZA, Camila Lima. Princípios arquivísticos na literatura internacional e nacional: mapeamento do princípio da proveniência. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 45-62, jul.-dez., 2012.

STANDARDS AUSTRALIA. **AS/NZS 4360:2004: risk management**. [S. l.]: Joint Australian/New Zealand Standard, 2004. Disponível em: <<http://www.riskmanagement.com.au/Default.aspx?tabid=148>>. Acesso em: 06 mar. 2009.

TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda. **Análise de risco e preservação digital: uma abordagem sistêmica na rede memorial Pernambuco**. 2014. 214 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

\_\_\_\_\_. Gestão de risco: um novo olhar para a preservação digital. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.

THOMAZ, Kátia P.; SOARES, Antonio José. A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS). **DataGramZero**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2004.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **General Conference documents**. [S. l.]: UNESCO, 2013-2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/collections/governing-bodies/general-conference>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **UNESCO Charter on the Preservation of the Digital Heritage**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000229034>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

VAM DE BERG, Thayane Vicente. **Recomendações para a proteção da saúde dos profissionais que atuam em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, e a preservação dos documentos em suporte papel em tempos de COVID-19**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2020. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cch/pda/publicacoes>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

VIANNA, Letícia C. R. **Dicionário do Patrimônio Cultural**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, c2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85/patrimonio-imaterial>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

WEITZEL, Simone Rocha. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Ideia Editora, 2009. p. 1900-1919.

\_\_\_\_\_. Informação. In: **Enciclopédia Einaudi: Comunicação - Cognição**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2001. v. 34. p. 11-77.

ZARNITZ, Monika; TUNNAT, Yvonne. **Preservation policy: guidelines for digital preservation at the ZBW**. 2018. Disponível em: <<https://www.zbw.eu/en/about-us/key-activities/digital-preservation/preservation-policy/>>. Acesso em: 21 maio 2020.

ZBW. Leibniz Information Centre for Economics. **Risk management and preservation planning in the digital archive of the ZBW**. [2017?]. Disponível em: <<https://www.zbw.eu/en/about-us/key-activities/digital-preservation/risk-management/>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

ZÚÑIGA, Solange Sette Garcia de. **Documentos como objeto de políticas públicas em preservação e o acesso à informação: o caso das bibliotecas e arquivos**. 2005. 267 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2005.

**Apêndice A:** Dados encontrados nas disciplinas sobre preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação – 2018/2019.

\*Alguns títulos das disciplinas abaixo foram alterados para a grafia formal do português, pois em alguns currículos encontramos nomes abreviados, em caixa alta e/ou sem acentuação. Em razão disso, padronizamos todos os títulos, deixando apenas a primeira letra em maiúsculo. Os demais dados do quadro abaixo se encontram exatamente como os extraímos dos currículos de cada curso.

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Fundamentos de conservação e preservação de documentos	Arquivologia	FURG	Sim	Bacharelado	História e estrutura do papel. Agentes de degradação: identificação e controle. Técnicas de conservação preventiva: higienização, condições ambientais de guarda e acondicionamento. A conservação de outros suportes de informação. Reformatação. Emergências.	30/10/2018
Preservação digital	Arquivologia	FURG	Sim	Bacharelado	Obsolescência tecnológica. Políticas de preservação digital. Patrimônio arquivístico digital. Estratégias de preservação digital.	30/10/2018
Preservação digital	Arquivologia	UEL	Sim	Bacharelado	Conceitos, desafios e estratégias para a preservação digital. Modelo de Referência Open Archives Information System (OAIS).	30/10/2018
Preservação e conservação de acervos documentais	Arquivologia	UEL	Sim	Bacharelado	Noções teóricas sobre os agentes agressores. Medidas preventivas na conservação de documentos e sua contribuição para a educação ambiental. Políticas e programas voltados para a manutenção dos suportes de informação.	30/10/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Preservação e restauração de documentos	Arquivologia	UFAM	Sim	Bacharelado	Não encontrada	15/11/2020
Organização e preservação de acervos fotográficos	Arquivologia	UFBA	Não	Bacharelado	História, organização e preservação de acervos fotográficos incluindo a base dos filmes fotográficos.	31/10/2018
Organização e preservação de acervos sonoros e audiovisuais	Arquivologia	UFBA	Não	Bacharelado	Gerenciamento, tratamento técnico e preservação de arquivos de registros sonoros e audiovisuais.	31/10/2018
Preservação de acervos	Arquivologia	UFBA	Sim	Bacharelado	Concepção moderna da preservação/conservação de documentos. Conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. Agentes de deterioração.	31/10/2018
Preservação digital	Arquivologia	UFBA	Não	Bacharelado	Preservação digital: conceito, requisitos e mecanismos. Planejamento de preservação digital. Estratégias e políticas de preservação. Metadados de preservação. Sistema Aberto para Arquivamento de Informação (SAAI). – ISO 14.721/2003,	31/10/2018
Preservação digital	Arquivologia	UFES	Não	Bacharelado	Conceito e evolução da Preservação Digital. Objetos Digitais. Estratégias de Preservação Digital.	31/10/2018
Preservação e conservação de documentos I	Arquivologia	UFES	Sim	Bacharelado	Conceitos básicos de preservação, conservação e restauração de documentos. Planejamento de edifícios para arquivos. Meio-ambiente. Armazenagem e segurança. Reformatação para preservação.	31/10/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Preservação e conservação de documentos II	Arquivologia	UFES	Não	Bacharelado	Conceitos básicos de preservação, conservação e restauração de documentos. Diagnóstico das condições do documento. A preparação e as técnicas de preservação, conservação e restauração em ambiente de laboratório.	31/10/2018
Preservação e conservação de acervos documentais	Arquivologia	UFF	Sim	Bacharelado	Não encontrada	31/10/2018
Preservação de acervos	Arquivologia	UFMG	Sim	Bacharelado	Conceitos de preservação, conservação, restauração. Componentes físicos, biológicos e químicos na constituição dos suportes de informação. Arquitetura e condições de preservação. Preservação de acervos em suportes digitais. Políticas e planejamento da preservação. Cultura, memória e preservação.	31/10/2018
Preservação e conservação de unidades de informação	Arquivologia	UFPB	Sim	Bacharelado	Não encontrada	31/10/2018
Preservação e conservação de acervos	Arquivologia	UFPB	Sim	Bacharelado	Aspectos teóricos de conservação e preservação. Controle ambiental. Controle dos agentes físicos, químicos e biológicos. Técnicas de investigação de acervos. Armazenamento e exposição de acervos. Planos de segurança e de administração de emergência. Políticas de preservação.	31/10/2018



Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Fundamentos da preservação de documentos	Arquivologia	UFRGS	Sim	Bacharelado	Estrutura e tecnologia do papel. Agentes de degradação: identificação e controle. Técnicas de conservação preventiva: higienização, condições ambientais de guarda e acondicionamento. A conservação de outros suportes de informação. Reformatação, emergências e planejamento.	31/10/2018
Documentos digitais	Arquivologia	UFRGS	Sim	Bacharelado	Produção, preservação e acesso a documentos digitais. Digitalização.	31/10/2018
Gerenciamento de documentos arquivísticos digitais	Arquivologia	UFRGS	Sim	Bacharelado	Documento Eletrônico Digital. Preservação Digital. Análise Diplomática de Documento Eletrônico Arquivístico. Sistemas de Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos Digitais.	31/10/2018
Preservação digital	Arquivologia	UFSC	Sim	Bacharelado	Preservação digital. Estratégias estruturais: adoção de padrões; elaboração de normas e manuais; metadados de reservação digital; montagem de infraestrutura; formação de consórcios e parcerias. Estratégias Operacionais: migração; emulação; preservação de tecnologia; encapsulamento. Modelos de referência e projetos.	31/10/2018
Preservação e conservação de documentos	Arquivologia	UFSC	Sim	Bacharelado	Políticas de preservação de documentos. Conservação de documentos.	31/10/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Conservação preventiva de arquivos	Arquivologia	UFSM	Sim	Bacharelado	Distinguir os diferentes fatores de deterioração dos documentos, bem como aqueles indispensáveis à sua preservação. UNIDADE 1 - CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO PREVENTIVA UNIDADE 2 - SUPORTES DOCUMENTAIS UNIDADE 3 - CAUSAS DE DEGRADAÇÃO DO PAPEL UNIDADE 4 - SEGURANÇA NOS ARQUIVOS UNIDADE 5 - ARMAZENAGEM UNIDADE 6 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	31/10/2018
Encadernação de documentos	Arquivologia	UFSM	Não	Bacharelado	Desenvolver atividades de encadernação, exercendo todas as etapas do processo.  DESMONTE DO MATERIAL ENCADERNADO HIGIENIZAÇÃO REPARO DO SUPORTE DANIFICADO MONTAGEM E COSTURA COLOCAÇÃO DA CAPA	31/10/2018
Preservação digital	Arquivologia	UFSM	Não	Bacharelado	Não encontrada	31/10/2018
Repositórios arquivísticos digitais	Arquivologia	UFSM	Não	Bacharelado	Não encontrada	31/10/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Restauração de documentos	Arquivologia	UFSM	Sim	Bacharelado	Conhecer as etapas da restauração, bem como estar apto a interromper o processo de degradação dos documentos.  UNIDADE 1 - RESTAURAÇÃO UNIDADE 2 - DIAGNÓSTICO DO DOCUMENTO UNIDADE 3 - PROCEDIMENTOS PRELIMINARES DE RESTAURAÇÃO UNIDADE 4 - RECONSTITUIÇÃO DOS DOCUMENTOS UNIDADE 5 - MIGRAÇÃO DE SUPORTE	31/10/2018
Conservação e restauração de documentos	Arquivologia	UNB	Sim	Bacharelado	A importância de um planejamento de preservação envolvendo os documentos em papel e os eletrônicos, os registros sonoros e as fotografias; recomendações para construção de edifícios de arquivo; os fatores intrínsecos e extrínsecos de degradação dos documentos; os planos de prevenção de desastres e técnicas de restauração.	11/10/2018
Museologia e preservação 1	Arquivologia	UNB	Não	Bacharelado	Não encontrada	10/10/2018
Museologia e preservação 2	Arquivologia	UNB	Não	Bacharelado	Não encontrada	10/10/2018
Preservação e restauração de documentos	Arquivologia	UNB	Sim	Bacharelado	Não encontrada	30/10/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Preservação digital	Arquivologia	UNESP	Sim	Bacharelado	Conceituação de preservação digital. Apresentação dos elementos para a preservação do acesso a longo prazo de informações digitais. Estudo sobre as estratégias de preservação digital. Análise e aplicação de metadados de preservação digital.	30/10/2018
Preservação em arquivo	Arquivologia	UNESP	Sim	Bacharelado	Preservação preventiva de documentos: conceitos, finalidades, procedimentos, políticas e programas.	30/10/2018
Conservação preventiva de documentos	Arquivologia	UNIRIO	Sim	Bacharelado	Conceitos de preservação e conservação. Origem e evolução do papel. Agentes agressores dos documentos. Preservação e políticas públicas de conservação. Tecnologias de preservação. Aplicação na preservação dos acervos.	31/10/2018
Documentação audiovisual e digital	Arquivologia	UNIRIO	Não	Bacharelado	Estudo dos vários arquivos audiovisuais. Os métodos utilizados na organização e recuperação da informação em suporte não convencional. A importância e a metodologia de preservação destes documentos.	31/10/2018
Restauração de documentos	Arquivologia	UNIRIO	Não	Bacharelado	História e evolução da restauração. Conceituação preliminar: preservação, conservação e restauração de documentos. Laboratório de restauração de documentos. As técnicas de restauração: diagnóstico, banhos químicos, velatura/laminação, enxerto, remendo e obturação.	31/10/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Fundamentos arquivísticos	Biblioteconomia	FABCI/FESPSP	Sim	Bacharelado	Apresentar as origens, evolução, relações interdisciplinares com outras áreas e aspectos técnico-científicos e profissionais da Arquivologia. Abordar os fundamentos teórico-conceituais e metodológicos da Arquivística. Métodos e operações técnicas de Gestão e Identificação Documental, normas, diretrizes e instrumentos de gestão arquivística. Aplicação de tecnologias de gestão, preservação e difusão Arquivística de Documentos Eletrônicos.	07/11/2018
Preservação e conservação de acervos	Biblioteconomia	FABCI/FESPSP	Sim	Bacharelado	Através de conceitos básicos sobre preservação, o conhecimento sobre os materiais que constituem os documentos, condições ambientais, rotinas e práticas de conservação orientadas, a disciplina possibilitará ao aluno atuar de forma interdisciplinar no campo da preservação e conservação do patrimônio documental e bibliográfico em arquivos e bibliotecas.	07/11/2018
Preservação e conservação de acervos bibliográficos I	Biblioteconomia	FAED	Sim	Bacharelado	Não encontrada	17/11/2018
Preservação e conservação de acervos bibliográficos II	Biblioteconomia	FAED	Sim	Bacharelado	Não encontrada	17/11/2018
Conservação e conforto ambiental em unidades de informação	Biblioteconomia	FAINC	?	Bacharelado	Não encontrada	17/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Preservação digital	Biblioteconomia	FAJ	Sim	Bacharelado	Não encontrada	17/11/2018
Preservação e conservação de acervos	Biblioteconomia	FATEA	Sim	Bacharelado	Não encontrada	17/11/2018
Gestão de estoques informacionais	Biblioteconomia	UDESC	Sim	Bacharelado	Desenvolvimento de estoques informacionais: conceitos e objetivos. Elaboração de políticas. Metodologias de Avaliação de estoques informacionais. Preservação e conservação de acervos.	06/11/2018
Tecnologias aplicadas a bibliotecas digitais	Biblioteconomia	UDESC	Sim	Bacharelado	Ferramentas para construção de bibliotecas digitais. Convergência de mídias digitais (html, pdf e outras). Padrões, formatos e protocolos. Periódicos eletrônicos: edição e ferramentas. Publicação eletrônica. Arquivos abertos. Preservação e segurança da informação em bibliotecas digitais.	06/11/2018
Preservação digital	Biblioteconomia	UEL	Sim	Bacharelado	Conceitos, desafios e estratégias para a preservação digital. Modelo de Referência Open Archives Information System (OAIS).	05/11/2018
Preservação e conservação de acervos documentais	Biblioteconomia	UEL	Sim	Bacharelado	Noções teóricas sobre os agentes agressores. Medidas preventivas na conservação de documentos e sua contribuição para a educação ambiental. Políticas e programas voltados para a manutenção dos suportes de informação.	05/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Técnica de restauração e preservação de documentos	Biblioteconomia	UFAL	Eletiva	Bacharelado	Não encontrada	12/11/2018
Arquivística	Biblioteconomia	UFBA	Não	Bacharelado	Conhecimento dos arquivos como instituição e a identificação dos documentos, da formação dos arquivos correntes, intermediários e permanentes, dos aspectos básicos de planejamento e da aplicação de novas tecnologias em arquivos e a preservação dos acervos arquivísticos.	17/11/2018
Conservação e restauração de documentos	Biblioteconomia	UFBA	Não	Bacharelado	Concepção. Teoria, prática e ética da conservação-restauração; conceituação; normalização. A cooperação internacional e a preservação de documentos; conservação preventiva. A restauração: método curativo e fase final do tratamento do documento.	17/11/2018
Formação e desenvolvimento de coleções	Biblioteconomia	UFBA	Sim	Bacharelado	Princípios e técnicas de formação e desenvolvimento de coleções. Políticas de seleção, aquisição, expansão e preservação do acervo. Métodos manuais e automatizados de aquisição. Métodos e técnicas de avaliação de coleções. Adequação do acervo e descarte.	17/11/2018
Conservação preventiva de acervos documentais	Biblioteconomia	UFC	Não	Bacharelado	Capacitar o futuro bibliotecário a gerir riscos e salvaguardar acervos documentais, para prevenir danos, e a realizar diagnósticos preliminares do estado de conservação de acervos em geral e itens em particular, de modo a recorrer a profissionais conservadores-restauradores sempre que necessário remediar danos imprevisíveis ou inevitáveis, conscientizando-o, ainda, acerca da	12/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					ética profissional aplicável à conservação e restauro.	
Evolução dos registros do conhecimento	Biblioteconomia	UFES	Sim	Bacharelado	Visão geral da história da produção e dos registros de conhecimento como reflexo da história da civilização. A produção dos suportes para registro, guarda, preservação e disseminação do conhecimento.	07/11/2018
Formação e desenvolvimento de coleções	Biblioteconomia	UFES	Sim	Bacharelado	Seleção e aquisição de material informacional. Princípios e técnicas de avaliação de coleções. Política de desenvolvimento de coleções. Conservação de coleções.	07/11/2018
Preservação em unidades de informação	Biblioteconomia	UFES	Sim	Bacharelado	Conceitos básicos. Planejamento de edifícios. Meio ambiente. Armazenagem e segurança. Reformatação para preservação. Políticas de preservação e conservação de unidades de informações. Preservação de acervos em suportes digitais.	07/11/2018
Serviço de recuperação de informação II	Biblioteconomia	UFES	Sim	Bacharelado	Seleção e aquisição de material informacional. Princípios e técnicas de avaliação de coleções. Política de desenvolvimento de coleções. Conservação de coleções.	07/11/2018
Conservacao e restauracao documentos I	Biblioteconomia	UFF	Sim	Bacharelado	Não encontrada	17/11/2018



Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Teoria da ação cultural	Biblioteconomia	UFG	Sim	Bacharelado	Sociedade e cultura no Brasil. As contribuições históricas da cultura-Afro brasileira e indígena. A diversidade na cultura brasileira. O Sistema de produção cultural. Biblioteca e política cultural. A Biblioteca no circuito cultural do Estado. Centros de cultura. Biblioteca e ação cultural. Preservação e geração de bens culturais.	16/11/2018
Conservação de papel I	Biblioteconomia	UFMG	Complementar	Bacharelado	Não encontrada	07/11/2018
Conservação preventiva	Biblioteconomia	UFMG	Complementar	Bacharelado	Não encontrada	07/11/2018
Memória e patrimônio cultural	Biblioteconomia	UFMG	Sim	Bacharelado	Conceitos. Interrelações entre memória e patrimônio cultural. Políticas públicas, organizacionais e comunitárias. Preservação e memória. Difusão da informação. Atividades educacionais e culturais nas unidades de informação.	07/11/2018
Preservação digital	Biblioteconomia	UFMG	Não	Bacharelado	Não encontrada	07/11/2018
Preservação do acervo	Biblioteconomia	UFMG	Sim	Bacharelado	Conceitos de preservação, conservação, restauração. Componentes físicos, biológicos e químicos na constituição dos suportes da informação. Políticas e planejamento da preservação. Arquitetura e condições de preservação. Preservação de acervos em suportes digitais.	07/11/2018
Restauração de livros e documentos	Biblioteconomia	UFMG	Complementar	Bacharelado	Não encontrada	07/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Documentação e arquivística	Biblioteconomia	UFMT	Sim	Bacharelado	Conceito de documento. Identificação de documentos. Leitura de documentos. Documentação audiovisual. Organização do centro de documentação. Sistemas do centro de documentação. Conservação de documentos. Arquivística e arquivos. Natureza e tipos de arquivos. Planejamento e organização de arquivos administrativos e técnicos. Fluxo de informações: levantamento, análise, tabela de temporalidade. Sistemas e métodos de arquivamento. Controle de recebimento, tramitação e expedição de documentos. Informatização de arquivos.	05/11/2018
Preservação e restauração de documentos	Biblioteconomia	UFPA	Não	Bacharelado	Não encontrada	07/11/2018
Preservação e conservação de unidades de informação	Biblioteconomia	UFPB	Sim	Bacharelado	Não encontrada	12/11/2018
Conservação e restauração de documentos	Biblioteconomia	UFPE	Eletiva	Bacharelado	NOÇÕES BÁSICAS SOBRE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS.	12/11/2018
Gestão documental	Biblioteconomia	UFPE	Sim	Bacharelado	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS EM MEIO DIGITAL, INCLUINDO CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PARA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE DIGITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DIGITAL.	12/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Preservação de documentos	Biblioteconomia	UFPE	Sim	Bacharelado	PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONSERVAÇÃO DOS SUPORTES DOCUMENTÁRIOS, NOS SUPORTES ANALÓGICOS E DIGITAIS.	12/11/2018
Documentos digitais	Biblioteconomia	UFRGS	Sim	Bacharelado	Produção, preservação e acesso a documentos digitais. Digitalização.	12/11/2018
Fundamentos da preservação de documentos	Biblioteconomia	UFRGS	Eletiva	Bacharelado	Estrutura e tecnologia do papel. Agentes de degradação: identificação e controle. Técnicas de conservação preventiva: higienização, condições ambientais de guarda e acondicionamento. A conservação de outros suportes de informação. Reformatação, emergências e planejamento.	12/11/2018
Curadoria digital, fundamentos e aplicações	Biblioteconomia	UFRGS	Eletiva	Bacharelado	Apresentação do contexto histórico de Curadoria digital, partindo de princípios fundamentais que dizem respeito aos processos de seleção, preservação, descrição, manutenção, coleção e arquivamento de ativos ou dados digitais, considerando a continuidade e compatibilidade semântica e ontológica de conteúdo, na perspectiva de unidades de informação da internet.	12/11/2018
Conservação e preservação de suportes informacionais	Biblioteconomia	UFRJ	Sim	Bacharelado	O papel da conservação e da preservação. Abordagem histórica. Princípios conceituais da conservação. A importância da preservação. Agentes de deterioração e seu controle: agentes externos e ambientais. Agentes bibliófagos e seu controle. Normas e procedimentos de ação. Tratamentos para a conservação. Desastres em	17/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					bibliotecas: medidas de prevenção contra incêndio e inundações.	
Planejamento em unidades de informação	Biblioteconomia	UFRJ	Sim	Bacharelado	Planejamento estratégico: diagnóstico e prognóstico. Plano anual de trabalho. Elaboração e implementação de projetos e programas. Prédios e instalações. Adequação do ambiente às normas e critérios de preservação do bem-estar físico dos recursos humanos e informacionais. O processo contínuo de avaliação no contexto nacional e internacional.	17/11/2018
Preservação e conservação de documentos impressos e digitais	Biblioteconomia	UFRN	Não	Bacharelado	Teoria e métodos de preservação e conservação de documentos em suporte analógico e digital. Memória e sua Materialização na perspectiva da preservação documental. Conservação preventiva e curativa. Preservação Digital.	07/11/2018
Preservação digital	Biblioteconomia	UFSC	Sim	Bacharelado	Preservação digital. Estratégias estruturais: adoção de padrões; elaboração de normas e manuais; metadados de preservação digital; montagem de infraestrutura; formação de consórcios e parcerias. Estratégias Operacionais: migração; emulação; preservação de tecnologia; encapsulamento. Modelos de referência e projetos.	17/11/2018
Publicação bibliográfica	Biblioteconomia	UFSC	Sim	Bacharelado	Publicação bibliográfica: histórico e organização. Processo editorial de publicações bibliográficas impressas e digitais. Mercado nacional e	17/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					internacional da publicação bibliográfica. Depósito legal e direitos autorais. Recursos e instrumentos para editoração e preservação de publicação bibliográfica.	
Gestão de coleções e do patrimônio em unidades de informação	Biblioteconomia	UFSCAR	Sim	Bacharelado	<p>princípios e teorias da formação, organização, desenvolvimento, avaliação, descarte e preservação de coleções em unidades de informação. Critérios para o estabelecimento de políticas de formação, organização, desenvolvimento, avaliação, preservação e descarte de coleções, impressas e ou digitais, em unidades de informação. Estudos de necessidades e de usos da informação por pessoas e organizações. Princípios éticos e legais e política de privacidade de dados e informações. Uso de tecnologias da informação e da comunicação na formação, desenvolvimento, acesso e uso de coleções diversas. Critérios para planejamento, organização, desenvolvimento e conservação de coleções em unidades de informação.</p> <p>Cooperações e consórcios de aquisição planejada, permuta, comutação bibliográfica, empréstimo e Intercâmbio de registros entre unidades de informação. Coleções não convencionais. Aspectos da obsolescência de hardware e software e de segurança de dados que impactam no gerenciamento de coleções digitais e ou virtuais.</p>	17/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Repositórios institucionais e gestão de documentos eletrônicos	Biblioteconomia	UFSCAR	Sim	Bacharelado	aspectos teóricos e práticos referentes à concepção de bibliotecas digitais e repositórios institucionais. Modelos e métodos utilizados para representação, armazenamento, preservação, acesso, disseminação e recuperação de documentos eletrônicos. Aspectos sociais e econômicos relacionados à implantação de repositórios institucionais. Tecnologias Web aplicadas ao desenvolvimento de repositórios institucionais e bibliotecas digitais.	17/11/2018
Conservação e restauração de documentos	Biblioteconomia	UNB	Não	Bacharelado	A importância de um planejamento de preservação envolvendo os documentos em papel e os eletrônicos, os registros sonoros e as fotografias; recomendações para construção de edifícios de arquivo; os fatores intrínsecos e extrínsecos de degradação dos documentos; os planos de prevenção de desastres e técnicas de restauração.	05/11/2018
Museologia e preservação 1	Biblioteconomia	UNB	Não	Bacharelado	Conservação Preventiva. Montagem de laboratórios de conservação. Segurança em museus: Documentação para aplicação em análise, descrição e controle do estado de conservação.	05/11/2018
Museologia e preservação 2	Biblioteconomia	UNB	Não	Bacharelado	Estudo dos elementos necessários para executar planejamento, organização e gestão de reservas técnicas museológicas. Estudo dos procedimentos de manuseio, exibição e transporte. A relação da reserva técnica com o público e a pesquisa.	05/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Preservação digital	Biblioteconomia	UNESP	Sim	Bacharelado	Conceituação de preservação digital. Apresentação dos elementos para preservação do acesso a longo prazo de informações digitais. Estudo sobre as estratégias de preservação digital. Análise e aplicação de metadados de preservação digital.	06/11/2018
Preservação em unidades de informação	Biblioteconomia	UNESP	Não	Bacharelado	Não encontrada	06/11/2018
Conservação preventiva dos documentos	Biblioteconomia	UNIFAI	Sim	Bacharelado	Não encontrada	07/11/2018
Conservação e preservação do acervo	Biblioteconomia	UNIFORMG	Sim	Bacharelado	Noções básicas sobre conservação e preservação de documentos. O papel como suporte da escrita, sua composição, fatores de degradação intrínsecos e extrínsecos. Estrutura, problemas, soluções e processos de reparos em livros. Técnicas de higienização e reestruturação do suporte papel. Métodos de armazenamento e práticas de manuseio de livros, folhetos, fotografias. Preservação digital. Educação ambiental.	17/11/2018
Preservação e conservação de arquivos	Biblioteconomia	UNIMES	Sim	Bacharelado	Não encontrada	17/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Formação e desenvolvimento de acervo	Biblioteconomia	UNIR	Sim	Bacharelado	<p>Conceituação e visão geral sobre a situação do desenvolvimento de coleções nas diferentes unidades de informação. A comunidade como fonte principal para o estabelecimento de objetivos. O desenvolvimento de coleções como um processo dinâmico. Estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de coleções. Modelos de políticas. A seleção como processo técnico e intelectual. Princípios. Variações por tipo de unidade de informação. Seleção e temas correlatos. Censuras. Direitos autorais. Cooperação interbibliotecárias. Instrumentos auxiliares à seleção. Seleção de materiais não-bibliográficos. Organização do serviço de aquisição. Doação e permuta. Desbastamento. Avaliação de coleções. Preservação e conservação de acervos.</p>	17/11/2018
Gestão de multimeios	Biblioteconomia	UNIR	Sim	Bacharelado	<p>Documentação audiovisual: fundamentos e importância. Seleção e aquisição, armazenagem, conservação e preservação da documentação audiovisual. Representação descritiva e temática da documentação audiovisual.</p>	17/11/2018
Restauração e conservação de documentação	Biblioteconomia	UNIR	Não	Bacharelado	<p>Concepção. Teoria, prática e ética da conservação-restauração; conceituação; normalização. A cooperação internacional e a preservação de documentos; conservação preventiva. A restauração: método curativo e fase final do tratamento do documento.</p>	17/11/2018



Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Teoria da ação cultural	Biblioteconomia	UNIR	Não	Bacharelado	Sociedade e cultura no Brasil. Políticas de cultura no Brasil. O Sistema de produção cultural. O consumo cultural. Sociedade de massa, cultura e informação. Modalidades da produção cultural. Unidades de informação, comunicação e cultura. Biblioteca e política cultural. A Biblioteca no circuito cultural do Estado. Biblioteca, educação formal e educação informal. Centro de cultura. Biblioteca e ação cultural. Da conservação à geração de bens culturais. A formação de um público. Modalidades de relacionamento com a comunidade.	17/11/2018
Conservação de bens culturais I	Biblioteconomia	UNIRIO	Não	Bacharelado	Técnicas de conservação de documentos gráficos e de obras de arte sobre papel.	17/11/2018
Conservação preventiva de documentos	Biblioteconomia	UNIRIO	Não	Bacharelado	Conceitos de preservação e conservação. Origem e evolução do papel. Agentes agressores dos documentos. Preservação e políticas públicas de conservação. Tecnologias de preservação. Aplicação na preservação dos acervos.	17/11/2018
Gestão de documentos	Biblioteconomia	UNIRIO	Não	Bacharelado	Princípios de gestão documental: conceituação e campo de aplicação. O ciclo de vida documental: produção, recuperação, eliminação e preservação da informação. Usuários. Estruturação de arquivos: elaboração de projeto.	17/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Políticas de preservação de acervos bibliográficos	Biblioteconomia	UNIRIO	Sim	Bacharelado	Preservação de acervos: conceitos, princípios e políticas. Políticas nacionais de preservação de acervos e coleções. Conceitos e princípios do patrimônio bibliográfico. Políticas de preservação do patrimônio bibliográfico. Conservação Preventiva, Bibliotecas e Patrimônio Bibliográfico. Planejamento de ações de preservação de coleções e acervos. Preservação digital. Planejamento de ações preventivas contra roubos, furtos e seguro de coleções e acervos bibliográficos. Planejamento de ações preventivas para coleções especiais incluindo obras raras. A política de preservação e o desenvolvimento de coleções.	17/11/2018
Restauração de documentos	Biblioteconomia	UNIRIO	Não	Bacharelado	História e evolução da restauração. Conceituação preliminar: preservação, conservação e restauração de documentos. Laboratório de restauração de documentos. As técnicas de restauração: diagnóstico, banhos químicos, velatura/laminação, enxerto, remendo e obturação.	17/11/2018
Gestão de documentos	Biblioteconomia	UNIRIO	Não	Licenciatura	Princípios de gestão documental: conceituação e campo de aplicação. O ciclo de vida documental: produção, recuperação, eliminação e preservação da informação. Usuários. Estruturação de arquivos: elaboração de projeto.	17/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Políticas de preservação de acervos bibliográficos	Biblioteconomia	UNIRIO	Sim	Licenciatura	Preservação de acervos: conceitos, princípios e políticas. Políticas nacionais de preservação de acervos e coleções. Conceitos e princípios do patrimônio bibliográfico. Políticas de preservação do patrimônio bibliográfico. Conservação Preventiva, Bibliotecas e Patrimônio Bibliográfico. Planejamento de ações de preservação de coleções e acervos. Preservação digital. Planejamento de ações preventivas contra roubos, furtos e seguro de coleções e acervos bibliográficos. Planejamento de ações preventivas para coleções especiais incluindo obras raras. A política de preservação e o desenvolvimento de coleções.	17/11/2018
Formação e desenvolvimento de coleções	Biblioteconomia	UNIVERSO	Sim	Bacharelado	Políticas, princípios, métodos, técnicas e instrumentos para formação, desenvolvimento, seleção, avaliação, preservação e descarte de coleções. Legislação e procedimentos de aquisição. Aquisição cooperativa e consorciada.	17/11/2018
Preservação de documentos	Biblioteconomia	UNIVERSO	Sim	Bacharelado	Preservação de documentos: conceitos e referenciais teóricos. O acervo: degradação, fatores internos e externos. Políticas e estratégias de preservação. Rotinas de atividades no ambiente de trabalho a serem evitadas. Deterioração física e química do acervo. Medidas preventivas. Preservação digital: conceito. Estratégias de acesso a informação. Perspectivas da preservação de acervos bibliográficos.	17/11/2018

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Formação e desenvolvimento de coleções	Biblioteconomia	UNOCHAPECÓ	Sim	Bacharelado	Princípios e políticas de seleção de material bibliográfico e audiovisual. Fontes de informação para seleção. Seleção para tipos especiais de bibliotecas e usuários. Princípios e técnicas de avaliação da coleção. Política de desenvolvimento da coleção. Conservação de coleções.	17/11/2018
Técnicas de conservação e restauração de documentos	Biblioteconomia	UNOCHAPECÓ	Eletiva	Bacharelado	Distinguir os diferentes fatores de deterioração dos documentos e de preservação. Conhecer as etapas da restauração. Interromper o processo de degradação dos documentos. Conhecer políticas de preservação de documento.	17/11/2018
Preservação, proteção e recuperação da informação.	Ciência da Informação	UFBA	Não	Doutorado	Diretrizes científicas da preservação documental e de proteção e mediação tecnológica da informação. Passagem do paradigma custodial e patrimonialista ao paradigma pós-custodial, informacional e científico. Abordagens teóricas e aplicadas acerca da permanência da base material sobre a/na qual foram inscritos conteúdos informacionais.	21/01/2019
Preservação, proteção e recuperação da informação	Ciência da Informação	UFBA	Não	Mestrado	Diretrizes científicas da preservação documental e de proteção e mediação tecnológica da informação. Passagem do paradigma custodial e patrimonialista ao paradigma pós-custodial, informacional e científico. Abordagens teóricas e aplicadas acerca da permanência da base material sobre a/na qual foram inscritos conteúdos informacionais.	21/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Tecnologias da informação para a área da saúde	Ciência da Informação	UFC	Não	Mestrado	Informação para a saúde. Políticas de informação para a saúde. Tecnologias da Informação e da Comunicação no âmbito da Saúde. Sistemas de Informação em saúde. Padrões Nacionais e Internacionais de informação em saúde. Documentação sanitária. Codificação e metadados. Curadoria e preservação digital.	21/01/2019
Fundamentos da organização e representação do conhecimento II	Ciência da Informação	UFCA	Não	Mestrado Profissional	Estudos e práticas de representação descritiva em ambientes de informação. Relevância das técnicas de representação descritiva da informação para preservação do conhecimento em suportes físicos e virtuais. Práticas em AACR2 e Marc21. Uso dos FRBR. Estudos e práticas em RDA. AACR2 e RDA: relações, diferenças e aplicabilidades.	21/01/2019
Fundamentos da organização e representação do conhecimento III	Ciência da Informação	UFCA	Não	Mestrado Profissional	Estudos e práticas de representação temática em ambientes de informação. Relevância das técnicas de representação temática da informação para preservação do conhecimento em suportes físicos e virtuais.	21/01/2019
Informação e memória	Ciência da Informação	UFCA	Não	Mestrado Profissional	Relações conceituais entre informação e memória. Práticas de informação como fenômenos de preservação da memória. A memória como fundamento para construção da informação. Estudos e práticas de preservação da memória em centros de informação. Memória digital.	21/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Informação, cultura e memória	Ciência da Informação	UFCA	Sim	Mestrado Profissional	Abordagens filosóficas e históricas do conceito de informação. A informação como fenômeno cultural. A informação e conceitos correlatos como dado, documento, artefato e acervo para preservação da memória. Contribuições da informação para construção de costumes e crenças comunitárias. Informação no contexto da cultura digital. Informação como fenômeno de mediação cultural. Reflexões sobre memória social. Informação como desiderato da formação identitária de indivíduos e grupos sociais. Práticas para estímulo à cultura e preservação da memória.	21/01/2019
Teorias e práticas de memória em ambientes de informação	Ciência da Informação	UFCA	Não	Mestrado Profissional	Estudos sobre práticas de memória em bibliotecas, arquivos e museus. Relações entre museu e memória. Arquivo como fonte de preservação da memória. Bibliotecas como ambientes de preservação da memória. Práticas de preservação da memória em ambientes de informação.	21/01/2019
Preservação da informação digital	Ciência da Informação	UFPB	Não	Doutorado	Práticas e políticas de preservação da informação em ambientes digitais. Elementos para preservação do acesso a de informações digitais. Modelos de preservação de arquivos digitais. Atualização de metadados de preservação digital. Migração e conversão de formatos de softwares e de hardware.	21/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Gestão da segurança da informação	Ciência da Informação	UFPB	Não	Doutorado	Sociedade da Informação e do Conhecimento. Ativos intangíveis. Código de prática para a gestão da segurança da informação; Gestão de riscos; Continuidade do Negócio; Sistemas de gestão da Segurança da Informação; Auditorias em sistemas de informação; Segurança do Conhecimento; Direitos autorais e patentes.	20/08/2019
Preservação da informação digital	Ciência da Informação	UFPB	Não	Mestrado	Práticas e políticas de preservação da informação em ambientes digitais. Elementos para preservação do acesso a de informações digitais. Modelos de preservação de arquivos digitais. Atualização de metadados de preservação digital. Migração e conversão de formatos de softwares e de hardware.	21/01/2019
Gestão da segurança da informação	Ciência da Informação	UFPB	Não	Mestrado	Sociedade da Informação e do Conhecimento. Ativos intangíveis. Código de prática para a gestão da segurança da informação; Gestão de riscos; Continuidade do Negócio; Sistemas de gestão da Segurança da Informação; Auditorias em sistemas de informação; Segurança do Conhecimento; Direitos autorais e patentes.	20/08/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Preservação da informação digital	Ciência da Informação	UFPE	Eletiva	Doutorado	A preservação da informação em ambientes digitais. Elementos para preservação do acesso a longo prazo de informações digitais em ambientes hipermídia. Modelos de preservação de arquivos digitais. Metadados de preservação digital. Migração e conversão de formatos de softwares e de hardware.	21/01/2019
Preservação da informação digital	Ciência da Informação	UFPE	Eletiva	Mestrado	A preservação da informação em ambientes digitais. Elementos para preservação do acesso a longo prazo de informações digitais em ambientes hipermídia. Modelos de preservação de arquivos digitais. Metadados de preservação digital. Migração e conversão de formatos de softwares e de hardware.	21/01/2019
Imagens: produção, conceito, preservação	Ciência da Informação	UNESP	?	Doutorado	Com a disciplina pretende-se introduzir os conceitos e o estatuto epistemológico da imagem fotográfica e cinematográfica; linguagem fotográfica e cinematográfica: discurso e uso; condições sociais da produção da imagem. Apresentar os dispositivos técnicos necessários e fundamentais na elaboração e composição da imagem fotográfica. Compreender sua introdução e institucionalização nas unidades informacionais. Cuidados e procedimentos para sua preservação.	21/01/2019



Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Políticas de preservação da memória e conhecimento organizacional: interfaces com a gestão do conhecimento	Ciência da Informação	UNESP	?	Doutorado	Patrimônio histórico e memória: conceitos. Políticas de preservação do patrimônio histórico em ambientes organizacionais e arquivos e centros de memória. Usos da memória em ambiente empresarial: interfaces com a competência informacional e a gestão do conhecimento. Memória documental e memória oral e aplicações dos conceitos de documento explícito e documento tácito.	21/01/2019
Imagens: produção, conceito, preservação	Ciência da Informação	UNESP	?	Mestrado	Com a disciplina pretende-se introduzir os conceitos e o estatuto epistemológico da imagem fotográfica e cinematográfica; linguagem fotográfica e cinematográfica: discurso e uso; condições sociais da produção da imagem. Apresentar os dispositivos técnicos necessários e fundamentais na elaboração e composição da imagem fotográfica. Compreender sua introdução e institucionalização nas unidades informacionais. Cuidados e procedimentos para sua preservação.	21/01/2019
Políticas de preservação da memória e conhecimento organizacional: interfaces com a gestão do conhecimento	Ciência da Informação	UNESP	?	Mestrado	Patrimônio histórico e memória: conceitos. Políticas de preservação do patrimônio histórico em ambientes organizacionais e arquivos e centros de memória. Usos da memória em ambiente empresarial: interfaces com a competência informacional e a gestão do conhecimento. Memória documental e memória oral e aplicações dos conceitos de documento	21/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					explícito e documento tácito.	
Arquivo, documentos digitais e tecnologia da informação	Gestão de Documentos e Arquivos	UNIRIO	Não	Mestrado Profissional	Informação, arquivo, documento, documento eletrônico e documento digital. Características dos documentos digitais. Gestão arquivística de documentos digitais. Validade legal de documentos digitais. O papel das tecnologias da informação e comunicação na produção, classificação, avaliação, preservação e acesso a documentos digitais. Formatos contemporâneos de mídia digital e tecnologias da informação em mudança. Avaliação, uso e desenvolvimento de sistemas de acesso. Identificação e aplicação de soluções tecnológicas apropriadas. Elementos de modelagem de web design básico e banco de dados. Estudos de caso.	21/01/2019
Preservação da informação arquivística	Gestão de Documentos e Arquivos	UNIRIO	Não	Mestrado Profissional	Princípios teóricos, conceituais e metodológicos da preservação da informação. A preservação da informação arquivística no contexto brasileiro e internacional. Preservação como recurso de gestão, acesso e difusão da informação. Políticas de preservação. Planejamento de preservação e a gestão de recursos humanos, tecnológicos e financeiros para preservação. Programas e Projetos para a preservação. Reformatação:	21/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					microfilmagem e digitalização. Preservação de documentos digitais: estratégias, diretrizes, metadados e custódia. Estudos de caso.	
Conservação e gerenciamento de coleções de obras raras (disciplina optativa)	Memória e Acervos	FCRB	Não	Mestrado Profissional	Conservação de livros raros no Brasil: panorama histórico. História da encadernação, história da conservação-restauração, materiais e técnicas empregadas, elementos estruturais das encadernações, critérios de intervenções e ética profissional.	17/01/2019
Conservação preventiva: a interface entre edifícios e coleções (disciplina optativa)	Memória e Acervos	FCRB	Não	Mestrado Profissional	Aborda relações existentes entre os acervos móveis, os edifícios que os abrigam e os sítios onde estes se localizam, compreendidos como conjuntos sistêmicos, nos quais a ação pontual pode comprometer sua preservação. São objetos de estudo os museus e suas reservas técnicas, e, também, os arquivos, bibliotecas e centros de documentação com seus depósitos e áreas de guarda. Conservação preventiva como estratégia de gestão da preservação: técnicas e conceitos.	17/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Gestão museológica	Memória e Acervos	FCRB	Não	Mestrado Profissional	<p>A formação do gestor. O papel do gestor para a realização da missão institucional. Legislação e regulamentos afetos à gestão museológica. O Estatuto dos Museus e o Plano Museológico. O gerenciamento de pessoal: formação e coordenação da equipe museológica, os estagiários, bolsistas e voluntários. O gerenciamento do acervo museológico: tratamento da documentação, conservação dos acervos, medidas de segurança e políticas de doação, aquisição, baixas e empréstimos. Gerenciamento da pesquisa: pesquisa do acervo e produção de conhecimento. Gerenciamento da comunicação: museografia, exposição, interpretação e educação, visibilidade do museu e marketing. Gerenciamento da visitação: serviços ao público, benefícios ao usuário, acessibilidade, consulta ao público e integração com a comunidade. Os novos públicos e a demanda social. Gerenciamento de patrimônio e instalações. Gerenciamento financeiro: planejamento, orçamento, projetos e contratações. As redes de museus. Agências de fomento e patrocínios, os ingressos, as lojinhas, cafeterias e restaurantes. As Associações de Amigos. Discussões sobre a estrutura organizacional dos museus brasileiros, os nacionais e os pequenos museus, em especial os museus casas.</p>	17/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					Reflexões sobre a relação entre ética e gestão museológica, a responsabilidade pública do gestor e os museus como agentes de desenvolvimento social.	
Museu casa: musealização da vida privada	Memória e Acervos	FCRB	Não	Mestrado Profissional	Casas históricas em museus casa: funcionamento e gestão. Intervenção museológica. Metodologias específicas para o estudo do espaço e de coleções enquanto lugares de memória, conservação preventiva, restauração e segurança. Políticas pedagógicas. Exposições temporárias. Serviços, financiamento e sustentabilidade desses espaços em	17/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					sua diversidade tipológica.	
Oficina de história oral	Memória e Acervos	FCRB	Não	Mestrado Profissional	Possibilidades de aplicação da história oral. Procedimentos teóricos e metodológicos no uso da história oral. Preparação e realização de entrevistas gravadas. Técnicas de transcrição e edição. Reflexão sobre a produção do documento. Especificidades do trabalho com documentos sonoros. Debates sobre a construção, conservação e disponibilização de arquivos sonoros. Aspectos técnicos e éticos.	17/01/2019
Preservação e conservação de objetos tridimensionais	Museologia	CEUCLAR	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Preservação e conservação de objetos em suporte papel	Museologia	CEUCLAR	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Projeto - preservação e conservação de objetos em suporte papel	Museologia	CEUCLAR	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Projeto - preservação e conservação de objetos tridimensionais	Museologia	CEUCLAR	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
História geral da arte B	Museologia	PUC-CAMPINAS	Sim	Bacharelado	Reflete sobre as diferentes manifestações artísticas produzidas pelo Homem, do Renascimento até os movimentos artísticos do século XX, objetivando a compreensão do objeto visual enquanto documento histórico, museológico e museográfico. Visita orientada a instituições de estudo, exposição, conservação, guarda e preservação de bens artísticos e culturais.	11/01/2019
Museologia e turismo cultural	Museologia	PUC-CAMPINAS	Sim	Bacharelado	Estuda as políticas e as metodologias do turismo cultural, aplicadas à Museologia e a relação entre cultura e turismo e preservação. Observa a função do museu para práticas de responsabilidade social e ambiental. Atividade prática América Latina.	11/01/2019
Processos museológicos comunitários	Museologia	PUC-CAMPINAS	Sim	Bacharelado	Estuda os fundamentos teóricos e práticos das chamadas Nova Museologia, Museologia Comunitária, Ecomuseologia e as determinações legais para a preservação do território, da paisagem, do meio ambiente, do homem e seu patrimônio, a cultura viva e o desenvolvimento sustentável.	11/01/2019
Conservação preventiva de acervos museológicos	Museologia	PUC-CAMPINAS	Sim	Bacharelado	Apresenta ações de conservação e prevenção do acervo museológico. Princípios teóricos de conservação e restauro, história da teoria da restauração, trajetória do patrimônio no Brasil, teoria da restauração proposta por Cesare Brandi, metodologia de trabalhos de restauro.	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Fundamentos em arquitetura de museus	Museologia	PUC-CAMPINAS	Sim	Bacharelado	Estuda os conceitos de arquitetura e de museu, bem com a relação entre a arquitetura e a conservação de acervos. A relação entre as funções dos museus (preservação, investigação e comunicação) e a arquitetura dos edifícios adaptados e edifícios construídos especialmente para museus.	11/01/2019
Laboratório de conservação preventiva de acervos museológicos	Museologia	PUC-CAMPINAS	Sim	Bacharelado	Desenvolvimento de atividades práticas de conservação e prevenção com vista ao entendimento sobre os materiais que constituem o bem cultural e seus agentes de degradação. Preparação e execução dos manuais de diagnóstico de conservação e gerenciamento de risco.	11/01/2019
Políticas de preservação do patrimônio cultural edificado	Museologia	PUC-CAMPINAS	Sim	Bacharelado	Discute a preservação do patrimônio edificado como instrumento de formulação de memórias coletivas, tomando-a como expressão de indivíduos ou grupos políticos e sociais. Atividades Práticas em São Paulo.	11/01/2019
Conservação e restauração da pintura e da escultura	Museologia	UFBA	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Conservação e Restauração da Pintura	Museologia	UFBA	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019



Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Ação cultural e educativa com patrimônios	Museologia	UFBA	Sim	Bacharelado	Planejamento de ações voltadas para a elaboração e aplicação do programa da ação cultural e educativa direcionado à preservação de patrimônios em instituições museológicas e afins, incluindo estratégias de acessibilidade.	11/01/2019
Conservação de acervos	Museologia	UFBA	Sim	Bacharelado	Estudo dos princípios da preservação e teorias da conservação, aplicados a programas de conservação preventiva de patrimônios, análise das ações de agentes de deterioração, programas de segurança e normas para Reservas Técnicas.	11/01/2019
Laboratório conservação	Museologia	UFBA	Sim	Bacharelado	Elaboração de diagnósticos de conservação dos diversos patrimônios utilizando equipamentos de aferição e monitoramento, enfatizando normas técnicas relativas ao manuseio, transporte, armazenamento, exibição e higienização de acervos, objetivando sua aplicação em planos de conservação preventiva.	11/01/2019
Tópicos de museologia I - museologia aplicada a acervos	Museologia	UFG	Não	Bacharelado	De acordo com o ministrante, serão oferecidas diferentes versões desta disciplina. Serão abordadas as características específicas da documentação e da conservação, mas também da extroversão de uma tipologia de acervos à escolha do professor, por exemplo: a) acervos arqueológicos, b) acervos de mobiliário e artes decorativas, c) acervos de indumentária, d)	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					acervos de cultura popular, e) acervos de arte contemporânea, f) acervos audiovisuais, g) acervos etnográficos, h) acervos sacros, i) acervos paleontológicos, j) artes visuais / belas artes, l) acervos biológicos, etc.	
História e patrimônio de Goiás	Museologia	UFG	Sim	Bacharelado	História de Goiás a partir das referências patrimoniais preservadas ou em processo de reconhecimento e registro, identificação de lacunas e recortes patrimoniais datados.	11/01/2019
Salvaguarda patrimonial II - conservação preventiva e segurança	Museologia	UFG	Sim	Bacharelado	Introdução à conservação preventiva e diferenciação da restauração. As principais teorias de conservação e restauração. Agentes de degradação. Monitoramento e controle ambiental. Noções básicas de procedimentos, métodos e equipamentos de conservação preventiva de acervos museológicos de diferentes naturezas em países de clima tropical. Noções de segurança patrimonial e pessoal aplicada a museus. Equipamentos e princípios de segurança adequados a instituições museológicas. Planejamento e gestão de reservas técnicas	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Salvaguarda patrimonial IV-práticas laboratoriais de conservação preventiva	Museologia	UFG	Sim	Bacharelado	Práticas de diagnóstico e descrição de estados de conservação. Higienização e acondicionamento de acervos de diferentes naturezas. Manipulação e aplicabilidade dos recursos materiais e equipamentos empregados na conservação museológica em atividades de prática laboratorial.	11/01/2019
Tópicos em conservação restauração B	Museologia	UFMG	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Tópicos em conservação restauração	Museologia	UFMG	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Tópicos em conservação restauração A	Museologia	UFMG	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Tópicos em conservação restauração C	Museologia	UFMG	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Conservação e museus I	Museologia	UFMG	Sim	Bacharelado	Introdução às teorias da conservação. Estudo dos materiais e técnicas constitutivas dos bens culturais: materiais orgânicos e inorgânicos. Processos de degradação dos materiais: agentes físicos, químicos e biológicos. Diagnóstico e descrição do estado de conservação.	11/01/2019
Conservação e museus II	Museologia	UFMG	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Políticas patrimoniais: conceitos e estratégias de preservação	Museologia	UFOP	Eletiva	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Tópicos especiais em conservação	Museologia	UFOP	Eletiva	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Tópicos especiais em restauração	Museologia	UFOP	Eletiva	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Documentação fotográfica e preservação digital	Museologia	UFOP	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Preservação e conservação de bens culturais I	Museologia	UFOP	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Preservação e conservação de bens culturais II	Museologia	UFOP	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Preservação e gestão do patrimônio cultural	Museologia	UFOP	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Laboratório de conservação	Museologia	UFPA	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Laboratório de conservação de acervos	Museologia	UFPA	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Laboratório de prática documental para museus	Museologia	UFPA	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Museologia e conservação	Museologia	UFPA	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Tópicos especiais em conservação	Museologia	UFPE	Eletiva	Bacharelado	TEMAS ESPECIAIS EM CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS MATERIAIS	11/01/2019
Elaboração de projetos culturais	Museologia	UFPE	Eletiva	Bacharelado	A DISCIPLINA OBJETIVA OFERECER CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS QUE POSSIBILITEM REFLEXÕES E PRÁTICAS INTEGRADAS DE GESTÃO CULTURAL (PRESERVAÇÃO CULTURAL E PRODUÇÃO CULTURA), E DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUEM NAS ÁREAS DE PRODUÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, TURISMO, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL, ENTRE OUTRAS POSSIBILIDADES DA ATUAL ECONOMIA DA CULTURA.	11/01/2019
Estágio supervisionado em Museologia I	Museologia	UFPE	Sim	Bacharelado	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO POR UM PROFESSOR DA UFPE E UM PROFISSIONAL DA INSTITUIÇÃO MUSEOLÓGICA, CONSTANDO DE ATIVIDADES NAS ÁREAS DE: PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO.	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Estágio supervisionado em Museologia II	Museologia	UFPE	Sim	Bacharelado	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO POR UM PROFESSOR DA UFPE E UM PROFISSIONAL DA INSTITUIÇÃO MUSEOLÓGICA, CONSTANDO DE ATIVIDADES NAS ÁREAS DE: PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO.	11/01/2019
Conservação de bens culturais I	Museologia	UFPE	Sim	Bacharelado	ANÁLISE, DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DOS ESTADOS DE CONSERVAÇÃO.	11/01/2019
Conservação de bens culturais II	Museologia	UFPE	Sim	Bacharelado	PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE RESERVAS TÉCNICAS; ARQUITETURA E ESPACIALIDADE; ESPECIFICIDADES DOS ACERVOS; MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS; FUNCIONALIDADE; RESERVAS E PÚBLICO, RESERVAS E PESQUISA, CLIMATIZAÇÃO; HIGIENIZAÇÃO, ACONDICIONAMENTO, TRANSPORTES E MANUSEIO DE ACERVOS.	11/01/2019
Patrimônio natural e científico	Museologia	UFPE	Sim	Bacharelado	OBJETIVOS E MÉTODOS DE CONSTITUIÇÃO E CONSERVAÇÃO DE COLEÇÕES DE ANIMAIS, VEGETAIS E MINERAIS COM A FINALIDADE DE EXPOSIÇÃO E DE PESQUISA.	11/01/2019
Acervos de registros sonoros	Museologia	UFPEL	Não	Bacharelado	Oralidade, tradição e história; narrativas, documentos orais, técnicas de coleta, classificação e arquivamento; acervos musicais, formas de classificação, catalogação e acondicionamento.	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Arqueologia e acervos museais	Museologia	UFPEL	Não	Bacharelado	Disciplina teórica que apresenta a gestão de acervos arqueológicos (móveis e imóveis), pressupondo sua correspondência com a documentação gerada em campo e laboratório, e as necessárias ações de conservação preventiva e curativa. Objetiva expor e debater a inter-relação entre os trabalhos de Arqueólogos, Museólogos e demais profissionais de Museu envolvidos na gestão de acervos arqueológicos, suas implicações curatoriais e expográficas. Para tanto, considera levantamentos históricos, conceituais e metodológicos, bem como estudos de caso.	11/01/2019
Conservação e preservação I	Museologia	UFPEL	Sim	Bacharelado	Histórico da preservação de bens culturais. Conceitos básicos: preservação, conservação preventiva e restauração. Fatores de degradação: ação humana, condições ambientais, ataques biológicos e reações químicas. Medidas de segurança e conservação. Museus e preservação patrimonial. Legislação, cartas e recomendações nacionais e internacionais sobre preservação de bens culturais e naturais. Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados. O tombamento e a preservação patrimonial. O registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Conservação e preservação II	Museologia	UFPEL	Sim	Bacharelado	Diagnóstico de conservação. Monitoramento de temperatura e umidade relativa. Iluminação. Poluentes gasosos e particulados. Aparelhos e materiais para conservação em museus. Equipamentos de proteção individual - EPI. Higienização mecânica a seco. Acondicionamento e manutenção em Reserva Técnica. Manuseio e embalagem e transporte de acervos. Prevenção e segurança em museus. Cuidados com a limpeza dos espaços museológicos. Conservação de acervos museológicos: materiais de suportes orgânicos e inorgânicos.	11/01/2019
Conservação e restauração de acervos documentais	Museologia	UFRB	Não	Bacharelado	A importância da Preservação, Conservação e Restauração dos acervos documentais (livros, documentos, jornais, revistas, fotografias e plantas arquitetônicas), desde o século XIX até a atualidade e o combate aos agentes de degradação.	11/01/2019
Conservação e restauro em meios eletrônicos	Museologia	UFRB	Não	Bacharelado	Gestão eletrônica de informação. Estratégias de armazenamento e digitalização de documentos. Tipologias de mídias eletrônicas. Conservação e recuperação de dados em meios eletrônicos e magnéticos.	11/01/2019



Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Interpretação dos centros históricos	Museologia	UFRB	Não	Bacharelado	Estudo dos centros históricos em suas características tipológicas e humanas . Inclui análise de processos de intervenção para conservação dos ambientes históricos, impactos da ordem jurídica do tombamento , gestão dos centros tombados, mapeamento de monumentos históricos e elementos culturais envolvidos.	11/01/2019
Introdução às técnicas de restauro de madeira	Museologia	UFRB	Não	Bacharelado	Noções gerais das técnicas e produtos empregados para a restauração de madeiras.	11/01/2019
Introdução às técnicas de restauro de material têxtil	Museologia	UFRB	Não	Bacharelado	Noções gerais das técnicas e produtos empregados para a restauração de materiais têxteis.	11/01/2019
Introdução às técnicas de restauro de mídias magnéticas	Museologia	UFRB	Não	Bacharelado	Noções gerais das técnicas e produtos empregados para a restauração de mídias magnéticas	11/01/2019
Introdução às técnicas de restauro de obras de arte	Museologia	UFRB	Não	Bacharelado	Noções gerais das técnicas e produtos empregados para a restauração de bens culturais constituídos em diversos materiais.	11/01/2019
Introdução às técnicas de restauro de papel	Museologia	UFRB	Não	Bacharelado	Noções gerais das técnicas e produtos e equipamentos empregados para a restauração de papel.	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Estágio curricular	Museologia	UFRB	Sim	Bacharelado	Estágio curricular supervisionado por um (1) professor do Curso de Museologia da UFRB constando atividades nas áreas de: Pesquisa, documentação, informação, preservação e conservação.	11/01/2019
Fundamentos de museologia	Museologia	UFRB	Não	Bacharelado	Noções de Teoria Museológica, Documentação e Inventário de acervos, Conservação preventiva e reparadora, Expografia, Educação Patrimonial e Ações educativas em museus desde o século XIX até a atualidade.	11/01/2019
Conservação preventiva aplicada em bens culturais	Museologia	UFRB	Sim	Bacharelado	Relação teoria x prática entre os conceitos de conservação preventiva, suas formas de manipulação e aplicabilidade em instituições de acervos museológicos.	11/01/2019
Conservação preventiva de bens culturais	Museologia	UFRB	Sim	Bacharelado	Noções básicas dos procedimentos, métodos e equipamentos de conservação preventiva de acervos que compõem a museologia contemporânea em países de clima tropical.	11/01/2019
Práticas laboratoriais de conservação preventiva em bens	Museologia	UFRB	Sim	Bacharelado	Manipulação e aplicabilidade dos recursos materiais, equipamentos e recursos empregados na conservação museológica, através de práticas laboratoriais.	11/01/2019
Tópicos especiais em preservação	Museologia	UFRGS	Eletiva	Bacharelado	Seminário dirigido sobre a temática da preservação de bens culturais.	11/01/2019
Práticas em conservação preventiva	Museologia	UFRGS	Sim	Bacharelado	Materiais que compõem acervos. Suportes de informação em acervos museológicos. Técnicas de higienização mecânica. Materiais e formas de	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					acondicionamento em museus.	
Conservação e preservação de bens culturais	Museologia	UFRGS	Sim	Bacharelado	Políticas e programas de preservação em museus. Agentes de degradação: identificação e controle. Técnicas de conservação preventiva: condições ambientais de guarda, higienização e acondicionamento. Segurança e emergências.	11/01/2019
Conforto ambiental em museus	Museologia	UFS	Não	Bacharelado	Projeto Arquitetônico e Conforto Ambiental para acervos e visitantes: Conforto higrotérmico, conforto luminoso, conforto acústico; condicionantes fisiológicas: termorregulação, visual, audição; condicionantes ambientais: hidrotérmicas, acústicas.	08/01/2019
Conservação reparadora de bens culturais I	Museologia	UFS	Não	Bacharelado	Noções básicas sobre técnicas de conservação reparadora de diferentes acervos: documentos gráficos, obras de arte sobre papel e materiais fotográficos.	08/01/2019
Conservação reparadora de bens culturais II	Museologia	UFS	Não	Bacharelado	Noções básicas sobre técnicas de conservação reparadora de diferentes acervos: têxteis e óleo sobre tela.	08/01/2019
Arte brasileira II	Museologia	UFS	Sim	Bacharelado	Século XIX até a década de 1940: Academismo/Ecletismo/Art Nouveau/Art Déco/1º e 2º Modernismo. A Arte Acadêmica e o Projeto de Imaginário Nacional. O Positivismo e os Museus no século XIX. Neocolonial, Nacionalismo e Políticas de Preservação. Modernismo, Nacionalismo e	08/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					Estado Novo. A Preservação e as contradições do Estado Novo. Os primeiros Museus de Arte Moderna	
Estágio supervisionado em museologia	Museologia	UFS	Não	Bacharelado	Estágio curricular supervisionado em instituição museológica, constando de atividades nas áreas de: Pesquisa, Documentação, Informação, Preservação e Conservação.	08/01/2019
Gestão ambiental	Museologia	UFS	Não	Bacharelado	Biodiversidade: os grandes grupos animais e vegetais. Níveis de organização ecológica. A estrutura e funcionamento dos ecossistemas. As cadeias e as teias alimentares. As relações entre seres vivos. As sucessões ecológicas. Os ecossistemas terrestres e aquáticos. A importância da ecologia da atualidade. A dinâmica populacional. As comunidades. A preservação dos recursos naturais e suas técnicas.	08/01/2019
Patrimônio natural	Museologia	UFS	Sim	Bacharelado	Conceitos de Natureza, Paisagem e Patrimônio Natural. Relação homem – natureza. Tipologia de Patrimônio Natural: ambiental, geológico e biológico. Patrimônio Integral. Ecomuseus. Patrimônio da Humanidade. Proteção e Conservação do Patrimônio Natural. Patrimônio	08/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					Natural e o desenvolvimento local.	
Museologia e conservação preventiva III	Museologia	UFS	Sim	Bacharelado	Planejamento, organização e gestão de Reservas Técnicas: funcionalidade, arquitetura, especificidades dos acervos, mobiliário e equipamentos. Reservas e público, reservas e pesquisa. Procedimentos técnicos e de rotina: acondicionamento, transportes e manuseio de acervos. Noções básicas dos procedimentos técnicos de conservação reparadora: higienização.	08/01/2019
Museologia e conservação preventiva I	Museologia	UFS	Sim	Bacharelado	Conservação de bens culturais móveis em países de clima tropical: conceituações teóricas e princípios básicos. Políticas e legislações nacionais e internacionais para a conservação do patrimônio cultural. Tipos de acervo e fatores de degradação. Agentes Agressores. Degradação e Danos. Análise, Diagnóstico e Descrição do Estado de Conservação.	08/01/2019
Museologia e conservação preventiva II	Museologia	UFS	Sim	Bacharelado	Laboratório de conservação preventiva: arquitetura, materiais e equipamentos. Documentação e Conservação. Fichas Técnicas de Tratamento, Laudos, Pareceres e Relatórios. O Courier e o Condition Report. Planejamento e Gerenciamento de Projetos de Conservação,	08/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					Segurança e Controle Ambiental. Equipamentos e Instrumental de Conservação Preventiva e Segurança.	
Pesquisa aplicada a acervos museológicos II	Museologia	UFSC	Não	Bacharelado	Estudos Aplicados a Pesquisa Museológica – investigação, comunicação, conservação.	11/01/2019
Tópico especial: história, patrimônio cultural e memória	Museologia	UFSC	Não	Bacharelado	O patrimônio cultural como bens tangíveis e intangíveis. As representações do passado e da memória na construção de identidades e tradições. A espetacularização do patrimônio cultural e o turismo. Historicidades e conflitos no campo das políticas preservacionistas.	11/01/2019
Preservação e conservação de bens culturais I	Museologia	UFSC	Sim	Bacharelado	Histórico da preservação; Conceitos de preservação, conservação preventiva e conservação curativa; Legislação, cartas e recomendações nacionais e internacionais sobre preservação de bens culturais; Prevenção e segurança nos Museus; Ética profissional na conservação/restauro.	11/01/2019
Preservação e conservação de bens culturais II	Museologia	UFSC	Sim	Bacharelado	: Materiais e Métodos em conservação preventiva; Acervos orgânicos e inorgânicos; Tipologia de materiais que compõem acervos; Ambiente; Edificação; Mobiliário; Manuseio; Embalagem; Transporte; Reservas Técnicas e Exposição;	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
					Diagnóstico e Descrição do estado de conservação	
Conservação e preservação de documentos	Museologia	UNB	Sim	Bacharelado	A importância de um planejamento de preservação envolvendo os documentos em papel e os eletrônicos, os registros sonoros e as fotografias; recomendações para construção de edifícios de arquivo; os fatores intrínsecos e extrínsecos de degradação dos documentos; os planos de prevenção de desastres e técnicas de restauração.	04/01/2019
Museologia e preservação 1	Museologia	UNB	Sim	Bacharelado	Conservação Preventiva. Montagem de laboratórios de conservação. Segurança em museus: Documentação para aplicação em análise, descrição e controle do estado de conservação.	04/01/2019
Museologia e preservação 2	Museologia	UNB	Sim	Bacharelado	Estudo dos elementos necessários para executar planejamento, organização e gestão de reservas técnicas museológicas. Estudo dos procedimentos de manuseio, exibição e transporte. A relação da reserva técnica com o público e a pesquisa.	04/01/2019
Conservação de bens culturais I (papel)	Museologia	UNIRIO - integral	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Conservação de bens culturais II (Fotografia)	Museologia	UNIRIO - integral	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Conservação de bens culturais III (Têxteis)	Museologia	UNIRIO - integral	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Conservação de bens culturais IV (metais)	Museologia	UNIRIO - integral	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Conservação de bens culturais V (óleo s/tela)	Museologia	UNIRIO - integral	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Conservação de bens culturais VI (madeira)	Museologia	UNIRIO - integral	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019



Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Conservação de bens culturais VII (Pat. Arqueológico)	Museologia	UNIRIO - integral	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Conservação de bens culturais VIII (col. Audiovisuais)	Museologia	UNIRIO - integral	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Conservação de coleções científicas	Museologia	UNIRIO - integral	Não	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Museologia e preservação I	Museologia	UNIRIO - integral	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Museologia e preservação II	Museologia	UNIRIO - integral	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019
Museologia e preservação III	Museologia	UNIRIO - integral	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019

Nome da disciplina	Curso	Instituição	Obrigatória	Grau	Ementa	Data da pesquisa
Museologia e preservação IV	Museologia	UNIRIO - integral	Sim	Bacharelado	Não encontrada	11/01/2019